



## A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Ana Claudia Alcaide<sup>1</sup>

[ana\\_alcaide@outlook.com](mailto:ana_alcaide@outlook.com)

Vanderlene Moura Silva<sup>1</sup>

[lennems@hotmail.com](mailto:lennems@hotmail.com)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita De Cássia Arruda Fajardo<sup>1</sup>

[ritacaf@gmail.com](mailto:ritacaf@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho teve por objetivo apresentar uma reflexão sobre como os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), enquanto propriedade coletiva, exercem sua função social, segundo o princípio da função social da propriedade, presente na Constituição Federal do Brasil de 1988, que condiciona a legitimidade das atividades empresariais. Para consecução da pesquisa foram apresentadas as principais características desses empreendimentos, no tocante às suas relações internas e externas, relacionadas ao preceito estudado. Para isso, foram realizados estudos utilizando livros, artigos, documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis, além de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Como resultado, observou-se que os EES cumprem claramente a sua função social, em sua dimensão interna, promovendo, por exemplo, relações baseadas na cooperação e autogestão, e, também oferecendo uma alternativa de trabalho e renda aos excluídos do mercado de trabalho. Cumprem também a função social na dimensão externa, promovendo relações de respeito com o meio ambiente, consumidores e concorrência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empreendimentos Econômicos Solidários. Economia Solidária. Função Social.

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, São Carlos, SP, Brasil.

## **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

### **1 INTRODUÇÃO**

De acordo com Ferraz (2007), as desigualdades sociais, a degradação ambiental e o desemprego são marcas da sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que a grande concorrência, o individualismo e a busca pelo lucro marcam as relações sociais e econômicas do sistema capitalista atual.

Hoje, no entanto, o princípio da função social, exaustivamente assinalado na Constituição Federal de 1988, como por exemplo, no Art. 5º, inciso XXIII e Art. 170, inciso III, apresenta a ideia de que organizações produtivas (empresas), embora sejam propriedade privada, possuem o dever de promover benefício também à sociedade, com o intuito de reequilibrar as relações sociais desiguais e assim legitimar suas atividades.

Diante disto, as organizações, de um modo geral, têm buscado adaptar-se a um novo papel social. Observa-se o surgimento de novos modelos de organização, mais adequados a novas demandas, para além das relações empresariais tradicionais. Nesse mesmo contexto, na década de 1990, passou a ser difundido o termo Economia Solidária (ES), quando despontaram no Brasil inúmeras atividades econômicas organizadas com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática.

Ocorre que nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a propriedade dos meios de produção é coletiva. Não obstante, mostra-se inerente ao próprio conceito de ES o exercício de uma funcionalidade social. Nesse sentido, o presente trabalho teve o objetivo de responder ao seguinte problema: como os Empreendimentos Econômicos Solidários, enquanto propriedade coletiva, exercem sua função social?

#### **1.1 Metodologia**

A presente pesquisa possui natureza aplicada ao contexto brasileiro, envolvendo interesses locais (SILVA; MENEZES, 2005). Com relação aos seus objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, caracteriza-se como bibliográfica e documental. Sua abordagem é qualitativa.

Para sua realização, foram utilizados livros, artigos, documentos e trabalhos acadêmicos disponíveis na internet e em bibliotecas, relacionados aos temas Função Social Empresarial e Economia Solidária, buscando caracterizar o princípio constitucional estudado, bem como os Empreendimentos Econômicos Solidários, possibilitando a compreensão do problema. Também foram consultados dados do Sistema de Informações em Economia Solidária.

## **2 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA E OS EES**

Dentre os princípios essenciais para o exercício das atividades empresariais, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, encontra-se o da função social da propriedade (LUZ, 2015).

A Carta Magna brasileira garante a posse da propriedade privada (inciso II, do Art.170.). Para que o proprietário usufrua dos benefícios que esta propriedade venha a lhe proporcionar, ela deve cumprir a sua função social (inciso III, do Art. 170), com o propósito de assegurar a todos existência digna (BRASIL, 1988).

Conforme explica Luz (2015), a discussão sobre a atual delimitação da doutrina da função social, passou a ser baseada em uma nova categorização de bens, passando estes a serem analisados de acordo com sua destinação, sejam bens próprios para consumo ou bens de produção.

Assim, quando os bens são para consumo de seus titulares, deverão ser vistos como objetos de propriedade particular e não empregáveis na capitalização de riquezas. Já no que se refere aos bens de produção, que podem ser vistos como fontes de riquezas, à luz da doutrina da função social, o emprego desses bens deve agregar valores e gerar benefícios em prol da sociedade, além do intento de gerar lucros aos seus proprietários (LUZ, 2015).

Por meio do princípio da função social, foram atribuídas às empresas responsabilidades e obrigações perante a sociedade, e não somente junto aos proprietários e acionistas como outrora, para que suas atividades sejam legitimadas. Assim, a doutrina da função social trouxe a relação entre direitos e deveres. O titular do direito à propriedade privada, aplicado também à propriedade da empresa, deve não somente se abster de atitudes negativas, como também proporcionar benefícios à sociedade por meio de suas atividades.

Então, pode-se dizer que cumprir uma função social é atingir uma finalidade útil para a coletividade, e não apenas para as pessoas diretamente envolvidas. Ela determina uma limitação interna, no sentido de que legítimo será o interesse individual quando realizar o direito social, e, não apenas quando não o exercer em prejuízo da coletividade (PEREIRA, 2010, p.62-63).

Nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a propriedade dos meios de produção é coletiva. Assim, observando a definição apresentada acima, mostra-se inerente ao próprio conceito de Economia Solidária (ES) o exercício de uma funcionalidade social.

Luz (2015), explica que o exercício da atividade empresarial, no intento de atender à função social, é dividido em áreas de atuação, que o autor analisa observando as relações com fatores internos e externos à organização.

Relacionados aos fatores internos observa-se, por exemplo, como se dão as relações trabalhistas e se estas contribuem para a dignidade humana e busca do pleno emprego, além da postura do administrador que deve conduzir as atividades empresariais de forma ética, respeitando o direito dos sócios e da coletividade (LUZ, 2015).

Quando se verificam as relações com os fatores externos à atividade desenvolvida pela empresa, a observação volta-se para a promoção da livre concorrência, de forma que não haja abuso de poder econômico; também, é considerado se a conduta empresarial é exercida de boa fé e respeita às máximas de proteção aos consumidores; e por fim, como se dá a relação com o meio ambiente, que em razão de ser comum a toda a humanidade necessita de proteção especial (LUZ, 2015).

Para efeito deste estudo foram considerados fatores internos de uma organização questões relacionadas aos administradores e funcionários e fatores externos as questões referentes ao meio ambiente, consumidores e concorrência.

É necessário observar que, os EES têm uma característica de propriedade coletiva

do empreendimento, o que se reflete em suas práticas e ideais como modelo de organização, tanto em dimensões internas como externas, referentes ao exercício da função social, conforme proposto por Luz (2015).

Historicamente, a Economia Solidária surgiu em decorrência do capitalismo industrial, no início do século XIX, em que a propagação do uso das máquinas e a crescente industrialização causaram a escassez de trabalho, e com isso o empobrecimento dos artesãos. Nesse contexto social, os trabalhadores se organizaram em pequenos grupos, buscando alternativas de geração de trabalho e renda, baseadas em laços solidários objetivando o desenvolvimento de todos os membros (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Assim, a origem histórica da ES se deu por meio do “cooperativismo revolucionário”, relacionado essencialmente com a crítica operária e socialista do capitalismo (SINGER, 2002).

No Brasil, o termo Economia Solidária foi cunhado apenas na década de 1990, quando despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas com base nos princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Também foi neste período que os EES ganharam, servindo como instrumento de resposta ao cenário de desemprego e exclusão social presente no país, assumindo em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades autogestionárias (SINGER, 2002).

De acordo com Gaiger (2009), a presença dos empreendimentos solidários tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Essas organizações produtivas adotam arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, em proporção variável, minimizando, ou mesmo eliminando de seus quadros, as relações assalariadas.

Para melhor compreensão da função social dos EES, são apresentadas a seguir como acontecem as relações relativas aos aspectos internos e externos relacionados ao princípio constitucional da função social.

## **2.1 Relações internas: administradores e funcionário nos EES**

Há duas questões imprescindíveis a serem abordadas em relação aos funcionários e administradores dos Empreendimentos Econômicos Solidários. A primeira questão se



refere à forma organizativa dos EES, que praticam autogestão e, portanto, são formados por sócios-proprietários, eliminando a relação hierárquica administrador-funcionários. A outra, refere-se ao fato de serem uma alternativa para reinserção de desempregados e excluídos sociais à produção econômica.

Como explica Singer (2002), o maior diferencial das empresas solidárias trata da forma democrática com que são administradas. Os EES praticam autogestão, e pode ser definida como a

gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: fim do assalariamento; organização do trabalho com base na gestão democrática; eliminação da hierarquia; decisões tomadas por democracia direta. (NÚCLEO DE GESTÃO; BARBIERI; RUFINO, 2007, p. 17)

Para Singer (2002, p.21) “a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” e ainda, “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”.

Para que a autogestão se realize de fato, é necessário que todos os sócios se informem a respeito do que acontece no empreendimento e das alternativas disponíveis para as ações administrativas. Assim, a prática da autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois, além de cumprir as tarefas inerentes a seu trabalho, cada trabalhador deve se preocupar com os problemas gerais da gestão do empreendimento solidário (SINGER, 2002).

Justamente por todos estarem informados do que acontece, possibilita-se a cooperação inteligente entre os sócios, que sabem o que está em jogo, e não veem necessidade de competição para saber quem é o melhor (SINGER, 2002). Dessa forma, o caráter participativo e autogestionário dos empreendimentos é que sustenta o empenho dos trabalhadores, que além do mais são detentores do capital.

Outra questão fundamental nos EES é o oferecimento de uma alternativa de emprego e renda para os desempregados, excluídos sociais ou ameaçados de o serem. Conforme exposto anteriormente, justamente a escassez de trabalho é que propiciou o surgimento das primeiras cooperativas de Economia Solidária. De acordo com Moraes (2010), no Brasil, o cenário de desemprego acentuado a partir da década de 1980, abriu



espaço para o ressurgimento das práticas de ES.

Singer (2002), elucida igualmente essa questão, afirmando que grande parte dos trabalhadores busca nos EES um meio de se reinsserir à produção social e escapar da pobreza. Essa afirmação se sustenta com os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários do Sistema de Informações em Economia Solidária. Dos 19.708 EES registrados, 9.106 deles (46,2% do total), citaram a ‘alternativa ao desemprego’, como razão pela qual o empreendimento foi criado (SIES, 2013).

Desse modo, observa-se que estas organizações apresentam uma função social clara em benefício de seus membros, que são sócios-proprietários e trabalhadores, substituindo a figura de administradores e funcionários de uma empresa tradicional. Além disso, tratam de uma importante alternativa de trabalho, pautada no interesse compartilhado e na cooperação inteligente, possibilitando o desenvolvimento de todos por igual.

## **2.2 Relações externas: meio ambiente, consumidores e concorrência nos EES**

Morais (2010, p. 67) explica que “ [...] é possível incorporar, entre as principais características da Economia Solidária, a questão ambiental e a sustentabilidade como partes inerentes de suas propostas e de seu modelo de desenvolvimento”. Por meio da autogestão, cooperação e da relação com a sociedade, seja local, regional ou nacional, é possível fomentar práticas autossustentáveis, que levem adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade socioambiental.

Os valores da Economia Solidária podem contribuir também com a reflexão de se repensar o padrão de produção e consumo brasileiro, possibilitando uma mudança na atitude consumista, por meio do comércio justo e solidário. Assim, a relação com os consumidores e com o meio ambiente se entrelaçam na proposta dos EES (MORAIS, 2010). Para Cotera e Ortiz (2009, p. 60) “pode-se definir o comércio justo como a relação de troca econômica e ética entre produtores responsáveis e consumidores éticos, orientados ao desenvolvimento humano integral solidário. Em sua base, está o trabalho por uma economia justa e solidária.”



Deste conceito deriva o comércio justo e solidário, enquanto prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e da solidariedade realizada por Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES/MTE, 2013).

Os EES não devem ser analisados apenas como estratégia de comercialização, mas também como meio para a promoção da produção local permanente e sustentável, para a geração de trabalho, para a mobilização de valores ético-culturais, para estabelecer equidade entre homens e mulheres e entre gerações, bem como para promover desenvolvimento a partir do espaço local. “O poder transformador do comércio justo permite estabelecerem-se outros tipos de relações entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na cooperação, na confiança e no interesse compartilhado” (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 63).

Esse desenvolvimento possibilita melhores condições em todos os níveis do processo, “preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos e todas, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente de forma integral” (COTERA; ORTIZ, 2009, p. 60).

A comercialização justa também visa a educar os consumidores para um consumo solidário, que não apenas objetiva o próprio bem-estar, mas também o bem coletivo, preocupando-se com o trabalhador que produziu o produto ou serviço, bem como com a preservação ambiental. Trata-se assim, do consumo que dá preferência aos produtos provenientes de empreendimentos solidários em detrimento dos produtos de empresas tradicionais que exploram os trabalhadores e degradam o meio ambiente (MANCCE, 2002).

O consumo solidário dos produtos e serviços possibilita que os EES vendam toda a sua produção, o que aumenta as possibilidades de reinvestimento coletivo dos excedentes alcançados na implantação de outros empreendimentos, criando-se assim novos postos de trabalho e possibilitando a produção de novos produtos ainda não comercializados. Isso acaba por assegurar maior variedade e qualidade no oferecimento de bens e serviços aos consumidores, bem como uma maior distribuição de renda devido ao aumento de pessoas no processo produtivo, o que por sua vez propicia um aumento na demanda por produtos finais, preservando-se assim o equilíbrio dos ecossistemas (MANCCE, 2002).

Assim, com a integração entre consumidores e produtores de forma colaborativa, por meio da criação de redes de comercialização solidária, a ES apresenta uma forma de se produzir e consumir capaz de promover desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e socialmente justo, contrapondo as relações comerciais e a concorrência tradicionais.

Sobre o aspecto concorrencial, Gaiger (1999) explica que as micro e pequenas empresas dividem com os EES as mesmas fatias de mercado, além de apresentarem estruturas produtivas semelhantes, com modesto padrão tecnológico, poucos recursos para sua reconversão, subordinação a empresas maiores e outros agentes econômicos, atuação em pequena escala, etc. No entanto, se diferenciam dos EES por serem negócios por conta própria, com mão de obra assalariada ou de cunho familiar, em condições muitas vezes precárias.

Sendo assim, a forma organizativa é um diferencial competitivo dos empreendimentos solidários. Segundo Gaiger (1999, p. 5), “a cooperação no trabalho, portanto, seria a alavanca que torna os EES superiores ao trabalho artesanal e individualizado dos pequenos produtores autônomos, bem como mais produtivos do que as empresas convencionais de mesmo porte”.

Para além dos benefícios da autogestão, a construção de redes solidárias, compostas por EES da mesma cadeia produtiva, ou não, representam outra forma de diferencial competitivo no mercado.

Nos EES o trabalho desempenha um papel central, como fator produtivo preponderante. O trabalho solidário estabelece eficiência com efeitos diferenciais em relação às formas de organização produtiva convencionais, garantindo, dessa forma, vantagens para os EES, frente aos concorrentes (GAIGER, 1999).

Em síntese, os EES promovem relações justas, transparentes e duradouras entre produtores e consumidores por meio do comércio justo e solidário. As trocas econômicas baseiam-se na solidariedade com vistas a um desenvolvimento que garanta também a preservação ambiental. Contrapõem-se, assim, às relações comerciais e à concorrência tradicional, possibilitando um desenvolvimento integral.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em um contexto de desequilíbrios ambientais e gritante desigualdade social, a Constituição Federal do Brasil de 1988 instituiu como um dos princípios básicos para o exercício da atividade econômica a função social da propriedade privada, do qual deriva a função social das empresas, condicionante da legitimidade de suas atividades.

Merece destaque a ponderação de que o exercício da funcionalidade social é intrínseco ao conceito de Economia Solidária. Assim, o presente trabalho apresentou uma reflexão sobre como os EES exercem o preceito da função social. Para isso, foi utilizada a análise de fatores internos e externos das organizações produtivas, propostos por Luz (2015).

Considerando-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários têm como característica fundamental a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão do negócio, observou-se que estas organizações apresentam uma função social clara em benefício de seus membros e da sociedade como um todo, ao pautar-se na cooperação e solidariedade como “esteio para sua eficiência e viabilidade” (GAIGER, 2009, p.181). Além disso, representam uma importante alternativa de trabalho e renda e um meio de reinserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou excluídas, no mercado de trabalho.

Também faz parte da concepção de EES a preocupação com as questões ambientais e a sustentabilidade. Esses empreendimentos primam pela adoção de práticas autossustentáveis, que levam adiante a produção de bens e serviços com responsabilidade socioambiental.

Os EES buscam a prática da comercialização justa e solidária, promovendo relações transparentes e duradouras entre produtores e consumidores, estimulando o consumo solidário.

Em relação à concorrência, sua forma organizativa e a cooperação entre os membros e demais empreendimentos (redes) tratam de um importante diferencial competitivo no mercado.

A reflexão realizada sobre a relevância social das organizações solidárias permitiu concluir que estas cumprem claramente sua função social.

A presente pesquisa não teve a pretensão de ser conclusiva a respeito do tema, mas apresentar uma reflexão teórica acerca do tema função social nos EES e, considera-se que este objetivo foi atingido, observando-se que houve uma limitação de tempo para



sua consecução. Esta limitação tornou inviável o estudo de como se dão essas relações na prática cotidiana dos EES. Dessa forma, fica a sugestão para continuidade da pesquisa em futuros trabalhos, por meio de estudos de caso, o que possibilitará resultados práticos a partir da teoria apresentada.

Por fim, observa-se que a literatura a respeito do tema função social da propriedade é, majoritariamente, voltada para a área de direito empresarial. Não foram encontrados estudos relevantes na área de gestão que apresentem uma reflexão de como a função social é exercida nos EES, verificando-se a existência de uma lacuna teórica e prática. Nesse sentido, novos estudos poderão contribuir grandemente para uma melhor compreensão de como os EES exercem a função social da propriedade.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:  
<[http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_12.07.2016/ind.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/ind.asp)>.  
Acesso em: 16 ago. 2016.

COTERA, A.; ORTIZ, H. Comércio justo. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 60- 67.

FERRAZ, A. C. S. L. **A Responsabilidade Social como estratégia empresarial de desenvolvimento**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Marília, Marília. 2007.

GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 181-187

\_\_\_\_\_. O trabalho ao centro da economia popular solidária. **Encontro anual da ANPOCS**: Caxambú, v. 23, 1999.

GONÇALVES, T.J.T; SOBRINHO, A. P. de M. Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

LUZ, P. de A. F. da. **Empresa e função social**: aspectos em prol da dignidade humana. Curitiba: Appris, 2015.

MANCE, E. A. **Consumo Solidário**. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação, 2002.



MORAIS, L. P. Empreendimentos econômicos solidários no meio urbano e a agenda ambiental: possibilidades e entraves no Brasil atual. In: **Mercado de Trabalho**, fev. 2010. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

NÚCLEO DE GESTÃO; BARBIERI, L; RUFINO, S. A gestão da autogestão nas cooperativas. In: \_\_\_\_\_ *et al.* **A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais**. Porto Alegre: Calábria, 2007. p. 17-24.

PEREIRA, H. V. **A função social da empresa**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

SENAES/MTE. **POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Termo de Referência: apoio ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário**. v. 5. Brasília, 2013.

SIES- SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <[www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf](http://www.posarq.ufsc.br/download/metPesq.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



**RECONHECIMENTO SOCIAL DE PESSOAS COM TRAJETÓRIA DE VIDA NAS RUAS PELA VIA DO TRABALHO:** a experiência de uma cooperativa da economia solidária

Ana Laura Gschwend Monteiro  
Graduanda em Direito na UFMG

Mariana Acácio Magalhães  
Graduanda em Psicologia na UFMG

Tobias Viana Paiva  
Graduando em Direito na UFMG

Comunicação para submissão ao XV Encontro Nacional da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, como requisito para apresentação no GT 12 – Trabalho e Economia Solidária.

Orientadora: Sielen Barreto Caldas de Vilhena

Belo Horizonte  
2017

## **Introdução**

Os países capitalistas vêm se inserindo no modelo político-econômico neoliberal, que ascendeu mais fortemente após a década de 1980, com a crise estrutural iniciada nos anos de 1970 (ANTUNES, 2011). Essa reestruturação supõe o encolhimento, ao máximo possível, das políticas sociais do Estado, que deve limitar-se a garantir o livre funcionamento do mercado e centrar-se nas denominadas políticas de segurança. O triunfo da desregulamentação da economia e a supressão das seguridades sociais por parte do Estado contribuíram para o agravamento das instabilidades das condições de existência, especialmente das classes marginalizadas. De acordo com Antunes, essa precarização da vida dos trabalhadores é fruto das transformações produtivas dos últimos trinta anos, quando se observa, além do processo de financeirização do capital, o avanço tecnológico, a intelectualização do trabalho, a *desproletarização do trabalho industrial* e o inchaço do setor de serviços, acompanhado do processo de flexibilização das relações de trabalho.

Dos grupos em maior vulnerabilidade no mundo do trabalho, destacam-se as pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua, às margens até mesmo da categoria dos *subtrabalhadores*, que exercem as “formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 2011, p. 49). Prepondera na sociedade uma visão estereotipada em relação a essas



pessoas, por meio da qual, de acordo com a perspectiva individualista e meritocrática de psicologização das questões sociais na pós-modernidade (BARROS; NOGUEIRA, 2007), responsabiliza-se exclusivamente o indivíduo, sugerindo que tais pessoas se encontram nessa condição por uma escolha pessoal. Nessa perspectiva, são desconsiderados os fatores *estruturais* desse fenômeno, que “vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; [já que] sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital” (SILVA, 2009, p. 105).

No entanto, uma pesquisa realizada em São Paulo pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social apresenta um perfil de trabalhadores em situação de desemprego e subemprego que contraria a crença socialmente compartilhada de que as pessoas em situação de rua são desocupadas, contrapondo o paradigma clássico da “vagabundagem” (NOGUEIRA, 2008). A pesquisa demonstrou que muitas delas, apesar da situação de extrema desvantagem social, não deixavam de procurar outras maneiras para sua subsistência e de se manterem ocupadas. Essa nova forma de trabalho altamente flexibilizada, móvel e precarizada, que é constitutiva especialmente da vida de pessoas com baixa qualificação profissional e renda frente às transformações produtivas neoliberais, tem sido designada como *viração*. O termo sinaliza para as várias ocupações que um trabalhador possui em sua trajetória de vida diante da necessidade imposta pela instabilidade no mundo do trabalho.

*Motogirl* hoje, antes diarista, copeira, coordenadora de clínica para viciados em drogas. Motofretista, serralheiro, repositor de mercadorias; confeitiro e também ajudante de pedreiro (...), este é o movimento com que grande parte dos brasileiros tecem o mundo do trabalho (ABÍLIO, 2017).

Nesse contexto, encontram-se os cooperados da Cooperativa de Trabalhadores - Serviços Múltiplos de Reparos e Consertos (COOPMULT). Esse grupo de trabalhadores de Belo Horizonte e Região Metropolitana, cuja maioria possui trajetória de rua, surgiu dos vínculos formados nos espaços de debate da sociedade civil, como o Fórum da População de Rua de BH, e nos abrigamentos temporários. Eles vêm se organizando desde 2015 para gerar trabalho e renda por meio dos princípios da autogestão, da valorização do trabalho, da sustentabilidade, da cooperação e da solidariedade; na contramão, portanto, da subordinação, hierarquização e heterogestão, valores próprios do trabalho na economia de mercado, do qual têm sido excluídos de forma sistemática.

Esta cooperativa da economia solidária<sup>1</sup> representa para esses trabalhadores, com longa trajetória de exclusão do mundo do trabalho digno (DELGADO, 2006), possibilidades reais de empoderamento econômico, político e social. No entanto, eles também estão sujeitos às limitações impostas pelas necessidades materiais e contradições pelos valores arraigados nas mentes e nas práticas dos atores sociais da cultura capitalista.

Essas reflexões foram elaboradas a partir de projeto em desenvolvimento no Programa de Extensão Polos de Cidadania<sup>2</sup>, da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde abril de 2016, por

---

<sup>1</sup> “[...] de baixo para cima está surgindo uma reação que é interessante. As pessoas que estão sem perspectiva, jovens ou pessoas desempregadas, estão se unindo sob formas associativas muito interessantes, para tentar voltar à atividade econômica. Estão conseguindo. Chamo isso de economia solidária (SINGER, 2000, p. 63).

<sup>2</sup> Este artigo é um desdobramento do trabalho em desenvolvimento no projeto *Direito ao Trabalho Digno e População em Situação de Rua* do Programa Polos de Cidadania, no qual os autores participam como bolsistas extensionistas.



meio da metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005), a equipe composta por membros das áreas de Direito, Psicologia e História vem desenvolvendo junto com esses trabalhadores atividades de assessoria sócio-jurídica, a partir das demandas do próprio grupo. Este trabalho tem o propósito de favorecer o processo de constituição formal da COOPMULT e desempenhar atividades de formação técnica e política pensadas a partir das questões do cotidiano trazidas pelos cooperados.

Ressalta-se aqui a discussão da centralidade ontológica do trabalho para a vida social, na qual se inserem dois polos antagônicos, a Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas, e a Ontologia do Ser Social, de Lukács (LESSA, 1997). A primeira defende que a sociedade estaria vivendo a era do fim do trabalho, porém experiências têm apontado elementos de convicção de que o trabalho permanece ocupando uma posição central na transformação pelo homem de seu ambiente, mas também de si próprio. O desenvolvimento da COOPMULT tem reafirmado a segunda tese na criação de valores socialmente úteis por meio da experiência com o cooperativismo, de acordo com a ação no campo da prática e investigação a respeito dela (TRIPP, 2005).

Assim, pretende-se discutir ideias acerca da formação da identidade e o reconhecimento social pela via do trabalho digno, a partir das experiências de uma cooperativa da economia solidária voltada principalmente a reparos e manutenções prediais. Para isso, serão abordados os desafios enfrentados por essas pessoas no processo de rompimento com as condições de subalternização e marginalização do mundo do trabalho, que vêm se evidenciando no trabalho de pesquisa-ação desenvolvido há cerca de um ano no Programa Polos de Cidadania.

## **1 Pessoas em Situação de Rua e a Exclusão no Mundo do Trabalho**

O estigma que as pessoas em situação de rua sofrem está relacionado à questão social, que se constitui nas contradições entre capital e trabalho, e remete, neste caso, a um público que se destina a ser exército de descarte e reserva no mundo do trabalho. As perdas, exclusão, subalternização e desqualificação educacional que marcam o cotidiano desses sujeitos geram um sentimento de autoexclusão e não reconhecimento de si mesmo como parte integrante da sociedade. Ao prejudicar e discriminar esses indivíduos, a sociedade e o poder público os excluem do convívio social, da reinserção no mercado de trabalho e da condição de assumirem papel de protagonistas de suas vidas.

Fabiana Nogueira (2009) desenvolve um recorte histórico da formação do fenômeno das pessoas em situação de rua na sociedade, que é marcado pela exclusão em diversos níveis, principalmente econômico. A autora destaca que “o peso desclassificador da estrutura econômica e das superestruturas de poder o empurram [o marginalizado] para as fímbrias da sociedade, onde passa a vegetar, na impossibilidade de colocar sua força de trabalho no mercado”. Segundo ela, foi se formando uma população que vivia às margens e que hoje compõe as ruas, subúrbios e favelas. É deste processo também a identidade de “vagabundos, malandros e desocupados” conferida a essas pessoas pelo senso comum.

## 1.1 A Centralidade do Trabalho

Acredita-se que uma relação de pertencimento é possibilitada pelo significado que o trabalho pode trazer para a vida dos sujeitos. Ele é capaz de transformar a natureza, produzir bens materiais e, ao mesmo tempo, gerar uma autotransformação em quem o executa, por meio da relação do ser com a cultura, de suas relações de identificação com grupos e da sua autorealização e promoção de autoestima (BARROS; NOGUEIRA, 2007, p. 2). Dentre os teóricos que defendem essa tese, encontra-se Lukács, que distingue a passagem do ser meramente biológico àquele tornado social, como afirma Antunes (2011),

o simples fato de que no trabalho se realiza uma posição teleológica, o configura como uma experiência elementar da vida cotidiana, tornando-se desse modo um componente inseparável dos seres sociais, o que permite a Lukács afirmar que a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir a ser estão fundadas no trabalho (p. 91).

Em contraposição à *crise da sociedade do trabalho* anunciada na pós-modernidade, nossas reflexões partem da perspectiva marxiana de centralidade do trabalho na construção das subjetividades do indivíduo. Dessa maneira, rejeita-se a separação sugerida por Habermas entre trabalho e “mundo da vida” (LIMA, 2003). Antunes (2011, p. 94) acrescenta, ainda, que “embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social [...], em um processo de emancipação simultaneamente do trabalho e pelo trabalho”.

## **1.2 Formação da Identidade das Pessoas em Situação de Rua**

Segundo Pollak (SANTOS, PEYERL; DAMBRÓS, 2007 apud POLLAK, 1992), a identidade de uma pessoa decorre da imagem que ela adquire de si própria por meio de experiências, memórias e subjetividades que ela desenvolve no decorrer de sua vida; da imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si mesma para acreditar na sua própria representação. O estigma que a sociedade tem em relação às pessoas em situação de rua impõe-lhes reiteradamente uma auto-imagem de subalternos que dificulta sua emancipação pessoal e (re)inclusão social.

Essa exclusão social é condição de funcionamento do sistema econômico e social neoliberal. Para legitimá-la e naturalizar as leis econômicas, a sociedade cria um discurso moralizador e meritocrático sustentado por uma visão de que a marginalidade e a precariedade de vida são resultantes de uma vontade individual de não trabalhar, e não uma imposição do sistema produtivo que cria relações de poder (BARROS; NOGUEIRA, 2007). A reprodução acrítica desse ideário repercute negativamente na autoestima da pessoa, de modo a dificultar a construção de uma imagem valorizada e sólida de si. Esse sentimento de autculpabilização reforça a condição de subalterno na qual o indivíduo se encontra e compromete a assunção de uma posição de autonomia frente à sua própria vida.

Nesse sentido, fica evidente a correlação entre o trabalho e o valor social que este atribui a quem o realiza. No entanto, verifica-se que o simples acesso a alguma ocupação não garante uma identidade reconhecida neste caso, pelo fato de a contribuição das pessoas em situação de rua à vida social ser

desprezada em termos econômicos e culturais. Com isso, se cria um obstáculo na construção da identidade desses indivíduos, na medida em que o trabalho se revela fundamental para definir o homem socialmente, ao se mostrar imprescindível para uma formação identitária.

## **2 Trabalho Digno como Direito Fundamental e a *Viração* como Realidade da Precarização no Mundo do Trabalho**

Como forma de reconhecimento da sua importância, o trabalho foi elevado à categoria de direito fundamental na Constituição Federal (BRASIL, 1988), estando no rol dos direitos sociais previstos no artigo 6º, cujo principal objetivo é a promoção da igualdade entre os cidadãos. Ademais, esse direito é condição indispensável à efetivação de outros direitos humanos. De acordo com o artigo 6º do Protocolo de San Salvador, do qual o Brasil é signatário por meio do Decreto nº3321/1999, “toda pessoa tem direito ao trabalho, o que inclui a oportunidade de obter os meios para levar uma vida digna e decorosa por meio do desempenho de uma atividade lícita, livremente escolhida ou aceita” (BRASIL, 1999).

Delgado (2006) argumenta que há um vínculo indissociável entre o direito ao trabalho e a dignidade humana. Pois,

Se o trabalho é um direito fundamental deve se pautar na dignidade da pessoa humana. Por isso, quando a Constituição Federal de 1988 refere-se ao direito do trabalho *implicitamente* já está compreendido que o trabalho valorizado pelo texto constitucional é o trabalho digno.



Primeiro, devido ao nexo lógico existente entre direitos fundamentais [...] e o fundamento nuclear do Estado Democrático de Direito que é a dignidade da pessoa humana.

Segundo, porque apenas o trabalho exercido em condições dignas é que é instrumento capaz de construir a identidade social do trabalhador (p. 209. Grifo da autora).

Assim, o que interessa aqui é a efetividade da proteção ao *trabalho digno* por parte do Estado e da comunidade.

Em consonância com o Decreto nº7053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Minas Gerais criou a Política Estadual, por meio da Lei nº20846/2013. Em suas diretrizes, foi estabelecida a participação da sociedade civil nos esforços para a efetivação dos objetivos propostos, dentre os quais o de “incluir a população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego e na qualificação profissional” (MINAS GERAIS, 2013).

No entanto, não é esta realidade de proteção que os trabalhadores com trajetória de rua, particularmente os da COOPMULT, relatam. Ao contrário. Esses indivíduos encontram-se por longos períodos excluídos do mercado formal de trabalho por razões que vão desde as exigências das transformações tecnológicas no mundo do trabalho, o desemprego estrutural e o baixo nível de escolaridade; até o estigma a que estão submetidos pela sociedade e suas limitações materiais – como no cumprimento da exigência preliminar dos empregadores de um comprovante de residência.

Rizek (2006), em estudo com moradores de baixa renda de centros urbanos brasileiros acerca das formas de inserção no mercado de trabalho, destacou que 80% dos entrevistados nas regiões de Fortaleza e Belo Horizonte encontram-se desempregados ou vivem de bicos e da viração. Os trabalhadores

da COOPMULT representam esse perfil. Para a maioria, a viração foi, e ainda é, a principal forma de inserção no mundo do trabalho, perpassando, assim, por variadas áreas laborais ao longo da vida, em relação às quais pouco opera a autonomia da vontade desses sujeitos.

### **3 A experiência da COOPMULT: Economia Solidária e seus desafios**

A COOPMULT é formada atualmente por dez trabalhadores da Grande Belo Horizonte. Eles vêm se organizando com o objetivo de gerar trabalho e renda de forma autogestionária, por meio do auxílio de alguns parceiros, entre os quais o Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, e o Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais.

Esses trabalhadores em intensa vulnerabilidade social se uniram em laços de solidariedade vinculados à experiência em comum de terem vivido em situação de rua e/ou excluídos do mercado de trabalho formal de maneira sistemática. Com o objetivo de superar tais condições, se associaram na busca por formas alternativas de reinserção no mundo do trabalho. Sobre isso, Singer argumenta: “essas formas coletivas permitem uma entrada em mercados que individualmente não dá para entrar. Portanto, ela cria um novo tipo de organização social do trabalho, muito pequena ainda, mas significativa, que está crescendo muito e é competitiva” (2000, p. 64).

Por também partilharem experiências laborais na construção civil, quase todas sob a forma da *viração*, esses trabalhadores visam alcançar a emancipação



econômico-social através da formação de uma cooperativa de trabalho voltada à prestação de serviços na área. Segundo Singer,

esse tipo de criação coletiva de atividades é completamente diferente da empresa capitalista clássica. É inversa. Ela tem por finalidade a criação de trabalho e não o lucro [...]. E a finalidade desse tipo de organização de produção é gerar ou garantir, no mínimo, todos postos de trabalho possíveis (p. 65).

Em janeiro de 2015, iniciaram um processo de construção coletiva por meio de assembleias entre os cooperados, com vistas a debater e deliberar sobre assuntos relevantes para a sua consolidação. Além da participação em eventos promovidos por parceiros e em cursos de formação técnica e política nas áreas de construção civil e cooperativismo.

Em 2015, dos dez trabalhadores hoje envolvidos na COOPMULT, três encontravam-se em locais de acolhimento temporário para pessoas em situação de rua da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), as repúblicas; uma residia em imóvel cedido por instituição filantrópica vinculada à Igreja Católica e um em imóvel alugado com auxílio do Programa Bolsa Moradia, da PBH. Todos estavam desempregados, alguns deles não tendo acesso nem mesmo a “bicos”.

No decorrer do trabalho realizado no Programa Polos desde abril de 2016, além das graves consequências psico-sociais, demonstrou-se que as limitações materiais ameaçam a própria viabilidade da Cooperativa. Desde a auto-organização do grupo - já que os trabalhadores muitas vezes não possuem recursos para a alimentação, quiçá para o transporte aos encontros -, até o sustento do negócio, para o qual a maioria não conseguiu contribuir nem mesmo



com a integralização das quotas-parte; passando pela impossibilidade de investirem na capacitação técnica e na formalização do empreendimento.

Além dos fatores materiais, há a permanente disputa de sentido entre os binômios autogestão-cooperativismo, de um lado, e, de outro, heterogestão-subordinação - ao qual os trabalhadores são historicamente educados no capitalismo. Esses atravessamentos político-ideológicos influenciam desde suas decisões até a organização do grupo para o trabalho, apresentando-se como um dos principais desafios à formação do empreendimento solidário.

Nesse cenário, o grupo vem realizando “bicos”, no contexto da *viração*, a fim de possibilitar sua subsistência e a da família e tornar viável a própria Cooperativa. Esses trabalhos vão desde pequenas reformas e pinturas, sobretudo em ambientes residenciais, como os chamados serviços de “marido de aluguel”, até serviços de estética, faxina, catação de resíduos sólidos e pequenas vendas, que não guardam qualquer semelhança com as atividades que a Coopmult prevê em seu objeto social.

Assim, apesar dos obstáculos, os trabalhadores têm conseguido, mesmo que timidamente, aumentar a sua renda e autonomia. Concomitantemente aos “bicos” e outras formas laborais, têm realizado trabalhos pela COOPMULT, embora ainda não formalizada. Nesse período de um ano de trabalho conjunto, dois trabalhadores conseguiram superar a condição de acolhimento temporário, a um deles sendo possível arcar com o aluguel de um quarto. A cooperada também alugou uma casa em uma comunidade menos violenta. Nesse tempo, dois cooperados se reinseriram no mercado formal de trabalho, apesar do que continuam na Cooperativa. Além disso, sete deles foram aprovados para o Curso Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (CIPMOI) – projeto



de extensão da Faculdade de Engenharia da UFMG - onde estão cursando a formação de Mestre de Obras e Eletricista, de acordo com as preferências de cada um, durante o ano letivo de 2017.

## **Conclusão**

Frente ao cenário de discriminação e estigma enfrentado pelas pessoas com trajetória de rua e sua exclusão do convívio social e do mercado de trabalho formal, alguns desses indivíduos veem no cooperativismo uma alternativa para sobreviverem às consequências da marginalização. Apesar dos desafios cotidianos para sua realização, essas práticas econômicas solidárias têm favorecido a inclusão econômica, social, política e cultural desses sujeitos, cujas diferenças entre as situações que vivem atualmente e o contexto de isolamento a que estavam submetidos antes da formação do grupo são sensíveis. Ocorre, então, a valorização da experiência humana dessas pessoas, de acordo com as três regras tácitas ao funcionamento dos empreendimentos solidários: “‘todos são iguais’; ‘todos são responsáveis’ e ‘todos estão no mesmo barco’”. Cada regra destas apresenta um conjunto próprio de significações e possibilita um leque de ações aos cooperados na defesa dos interesses próprios e coletivos” (ESTEVEZ, 2010, p. 92).

Portanto, pode-se dizer que a forma como o trabalho é realizado depende e determina o que o homem é. Ou seja, a articulação entre trabalho digno e identidade é indispensável para o reconhecimento social do sujeito e o

protagonismo de sua própria vida, ao se sentir capaz de superar uma condição subalternizada em direção à emancipação pela via do trabalho.

## Referências

- ABÍLIO, L. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/565264-uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez. 2011.
- BARROS, V. A.; NOGUEIRA, M. L. M. Identidade e Trabalho: reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes. *Educação & Tecnologia*, v. 12, n. 3. 2007.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 3321*, de 30 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=215628&no\\_rma=228560](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=215628&no_rma=228560)>. Acesso em: 10 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.053*, de 23 de dezembro de 2009. *Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 10 maio 2017.
- DELGADO, G. N. *Direito Fundamental ao Trabalho Digno*. São Paulo: Ltr. 2006.
- ESTEVES, E. G. Sócio-trabalhador: uma identidade psicossocial em construção? *Psicologia e economia solidária: Interfaces e perspectivas*, v. 1, p. 91-114. 2010.
- LESSA, S. Centralidade do trabalho: qual centralidade? *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 22, p. 153-164. 1997.
- MINAS GERAIS. Lei nº 20846, de 06 de agosto de 2013. *Institui a política estadual para a população de rua*. Disponível em: <



<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=20846&ano=2013>> Acesso em: 10 maio 2013.

NOGUEIRA, F. G. P. População de rua e pobreza: conceitos e interseções históricas. \_\_\_\_\_. *Hóspedes incômodos: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência* [dissertação]. Rio de Janeiro: PUC-Rio de Janeiro. 2008.

PROGRAMA CIDADE E ALTERIDADE. *Relatório Final das condições de trabalho e atividades de geração de renda das pessoas em situação de rua no hipercentro de Belo Horizonte (MG)*. Belo Horizonte. 2015. Disponível em: <http://www.cidadeealteridade.com.br/2016/05/relatorio-trabalho-e-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

RIZEK, C. S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.11, n. 21, p. 49-58. 2006.

SANTOS, A. P dos; PEYERL, D.; TORRES, L. C. Projeto Banco de Histórias de Trabalhadoras e Trabalhadores e a Economia Solidária: uma tecnologia social de valorização da experiência humana. 2007.

SILVA, M. L.da. *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez. 2009.

SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: JERUSALINSK, A. et. al. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios. p. 57-65. 2000.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez. 2008.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466. 2005.



## **Desafios para a implementação e o acompanhamento descentralizados das políticas de fomento à economia solidária**

Anze, Viviani R (autor principal)

Filiação Institucional: Analista técnico de políticas sociais da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.

Antunes, Diogo de Carvalho

Filiação Institucional: Analista técnico de políticas sociais da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Passarela, Guilherme

Filiação Institucional: Agente administrativo da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar elementos que possam subsidiar a análise e reflexão dos desafios para a implementação e o acompanhamento descentralizados das políticas de fomento à economia solidária realizadas por meio de transferências voluntárias da União e operacionalizadas por meio de convênios celebrados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo apresentar elementos que possam subsidiar a análise e reflexão dos desafios para a implementação e o acompanhamento descentralizados das políticas de fomento à economia solidária realizadas por meio de transferências voluntárias da União e operacionalizadas por meio de convênios celebrados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Parte-se, neste exercício de reflexão, da experiência conduzida pela Seção de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, em ações associadas ao acompanhamento descentralizado de convênios e congêneres firmados entre a SENAES e instituições do Estado de São Paulo.



Desde a sua criação, em 2003, a SENAES busca instituir condições para a realização do acompanhamento local das políticas de fomento à economia solidária. Neste sentido, em 2008, conforme redação dada pelo Decreto nº5.063, as antigas Delegacias Regionais do Trabalho passaram a se denominar Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), passando a ter, entre as suas atribuições “a execução, a supervisão, o monitoramento de ações relacionadas a políticas afetas ao Ministério do Trabalho e Emprego na sua área de jurisdição, especialmente as de fomento ao trabalho, emprego e renda, execução do Sistema Público de Emprego, as de fiscalização do Trabalho, mediação e arbitragem em negociação coletiva, melhoria contínua nas relações de trabalho, e de orientação e apoio ao cidadão, observando as diretrizes e procedimentos emanados do Ministério”.

Por meio deste decreto, foram instituídas as Seções ou Núcleos de Economia Solidárias junto às SRTE, que atuam, em parceria com a SENAES, no acompanhamento de convênios, entre outras funções, tais como a implantação das Comissões do Cadastro, Informações e Comércio Justo e Solidário e a elaboração de Planos Estaduais de Economia Solidária.

O Ministério do Trabalho, no sentido de conferir unidade organizacional às ações desenvolvidas por suas unidades descentralizadas e órgãos singulares, publica as metas relativas tanto ao Planejamento Estratégico, quanto às metas de desempenho institucional. Em ambos os instrumentos de planejamento e coordenação, as Seções e Núcleos de Economia Solidária possuem metas para realização no exercício, relativas tanto ao acompanhamento de convênios, quanto às demais ações mencionadas.

Com o intuito de fortalecer a atuação das unidades descentralizadas, a SENAES realiza, anualmente, reuniões de treinamento e orientação aos servidores destas seções e núcleos, bem como disponibiliza materiais voltados à orientação e regulação da execução e acompanhamento das políticas de fomento à economia solidária, como, por exemplo, através da publicação de Instruções Normativas, dos Termos de Referência de políticas setoriais de fomento à economia solidária,



dos manuais de orientação ao conveniente e dos modelos de relatórios de acompanhamento e de execução.

Em que pesem estes esforços, um dos maiores desafios ao acompanhamento descentralizado de políticas sociais tem sido a necessidade de ampliação da força de trabalho e da profissionalização da gestão pública, por meio da ampliação do quadro de servidores de carreiras típicas de Estado, com a atribuição do acompanhamento e monitoramento de políticas sociais, com previsão de exercício descentralizado nos órgãos da administração pública federal. Esta demanda se refere às estruturas das Superintendências Regionais do Trabalho, mas é igualmente presente no âmbito dos órgãos específicos e singulares do Ministério do Trabalho, em Brasília.

O Acórdão do Tribunal de Contas da União TC 018.840/2014-0, cujo relator era o Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, mostra que o Ministério do Trabalho representa a quarta maior despesa do Governo Federal. A efetividade do gasto social, contudo, depende do acompanhamento e aprimoramento da execução das políticas implementadas de forma descentralizada pelo Ministério, por meio da celebração de convênios e congêneres, com outros entes da federação e com entidades públicas não estatais, tais como as Organizações da Sociedade Civil. Assim, destacou o referido acórdão a necessidade do Ministério do Trabalho aperfeiçoar o acompanhamento das transferências voluntárias sob sua responsabilidade, de forma a garantir o alcance dos objetivos destas ações.

A SENAES, desde a sua criação, vem buscando aperfeiçoar o a execução e o acompanhamento das ações, programas e políticas de fomento à economia solidária implementados pela secretaria, por meio da análise da legislação pertinente e da jurisprudência na matéria e a regulamentação da execução e do acompanhamento de convênios e congêneres, sobretudo através da implantação de instrumentos, procedimentos e processos de trabalho em conformidade à legislação vigente.

No âmbito do Governo Federal, a profissionalização da administração pública vem sendo realizada por meio da instituição de carreiras típicas de Estado e da



realização de concursos e provimento de pessoal, nos cargos criados, visando à ampliação das capacidades estatais para a gestão de políticas e programas governamentais.

A experiência apresentada neste artigo foi conduzida pela equipe da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, que conta com servidores dos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, de Administrador, de Analista Técnico de Políticas Sociais e de Agente Administrativo.

A disponibilidade de força de trabalho e a sua profissionalização permitiram a condução das experiências apresentadas nesta pesquisa, que refletem, assim, um processo virtuoso de desenvolvimento de capacidades estatais para a gestão de políticas sociais e o consequente aprimoramento da implementação das políticas públicas de fomento à economia solidária, a partir da realização do acompanhamento, monitoramento e avaliação das iniciativas, projetos e programas vinculados às transferências voluntárias realizadas pela União, por meio de convênios e congêneres celebrados com a Subsecretaria Nacional de Economia Solidária.

### **Estratégias para o Acompanhamento Descentralizado de Políticas de Fomento à Economia Solidária**

No Estado de São Paulo, entre 2011 e 2016, foram celebrados 34 convênios ou congêneres entre a SENAES e instituições com sede no Estado. Segundo Anze (2017:62-63), “no Estado de São Paulo, no período analisado, foram investidos em políticas de fomento à Economia Solidária pelo Governo Federal, aproximadamente, R\$78,5 milhões de Reais, ou seja, neste período, o investimento médio anual com estas políticas no estado foi da ordem de R\$15,75 milhões de Reais: o Estado de São Paulo representou, em termos comparativos, mais de 30% do volume total de recursos aportados nestas políticas, considerando-se tanto os gastos diretos do Governo Federal, quanto as transferências de recursos, que, juntos, totalizaram, aproximadamente, R\$260 milhões de Reais”.

Destes convênios ou congêneres, 20 foram celebrados com governos locais (19 com governos na esfera municipal e 01, na esfera estadual) e 14 com entidades de apoio e fomento, incluindo entre estas entidades universidades e organizações públicas não estatais. Atualmente, encontram-se em prestação de contas 11 convênios, e, em fase final de execução, com encerramento ainda em 2017, outros 10 convênios.

Neste artigo apresentamos os resultados da pesquisa diagnóstica aplicada a prefeituras conveniadas com o Ministério do Trabalho, por intermédio da SENAES, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, na medida em que esta pesquisa ilustra os desafios para a execução e implementação de políticas públicas em parcerias com entes públicos governamentais, na esfera municipal e, por extensão, do acompanhamento destes convênios.

### **Considerações Metodológicas**

A pesquisa de campo foi conduzida no primeiro trimestre de 2017, junto a gestores públicos de programas e políticas de fomento à economia solidária de governos municipais conveniados com a SENAES, por meio dos editais de chamada pública MTE/SENAES n°003 e 004, de 2011, lançados no contexto do Plano Brasil sem Miséria.

A aplicação do questionário foi realizada presencialmente, por ocasião de reunião de orientação aos convenientes, promovida pela Seção de Economia Solidária (SES) da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo (SRTE-SP), do Ministério do Trabalho (MT).

O questionário de múltipla escolha foi distribuído no início da reunião a todas as prefeituras presentes, sendo garantido aos gestores públicos o anonimato nas respostas, mediante participação voluntária. Este questionário, composto de 12 questões, foi, assim, aplicado a 08, dos 11 municípios conveniados, uma vez que três destes não compareceram a referida reunião.

O objetivo da pesquisa era avaliar o grau de apropriação dos gestores municipais de programas e políticas de fomento à economia solidária, nas etapas

finais da execução de convênios, no que tange ao(s): i) objeto, ii) plano de trabalho, iii) execução e iv) resultados alcançados no convênio; v) gestão e operacionalização de convênios; vi) Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV); vii) economia solidária; viii) políticas públicas de fomento à economia solidária.

A pesquisa também abordou: ix) o processo de troca de equipes na gestão municipal, se parcial ou total; x) a existência de instrumentos ou processos de transição entre as equipes de governo; xi) a experiência anterior dos gestores na administração pública e em que nível de governo (Estadual ou Municipal).

A pesquisa visava, assim, orientar as ações a serem promovidas pela Seção de Economia Solidária da SRTE-SP e, por extensão, pela SENAES, no âmbito do acompanhamento da implementação e encerramento destes convênios.

Fazia-se, assim, necessário, à luz das eleições municipais realizadas em 2016 e de eventuais trocas na administração pública local, compreender o estágio de apropriação dos gestores públicos de municípios conveniados com a SENAES nos temas abordados na pesquisa, de forma a estabelecer estratégias de acompanhamento coerentes com as realidades encontradas naqueles municípios.

Considerando-se que o Estado de São Paulo possui número relativamente elevado de convênios em relação aos demais estados da federação, o estabelecimento da estratégia de acompanhamento descentralizado dependia, assim, do diagnóstico do perfil do conveniente municipal e das suas necessidades, em termos de orientação e supervisão.

Os convênios abordados nesta pesquisa foram originados dos editais de chamada pública MTE/SENAES n°003 e 004, lançados em 2011, tendo por objeto, respectivamente:

- i. Ações de Apoio à Implantação de Ações Integradas de Economia Solidária como Estratégia de Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável visando à Superação da Extrema Pobreza (Ações Integradas);

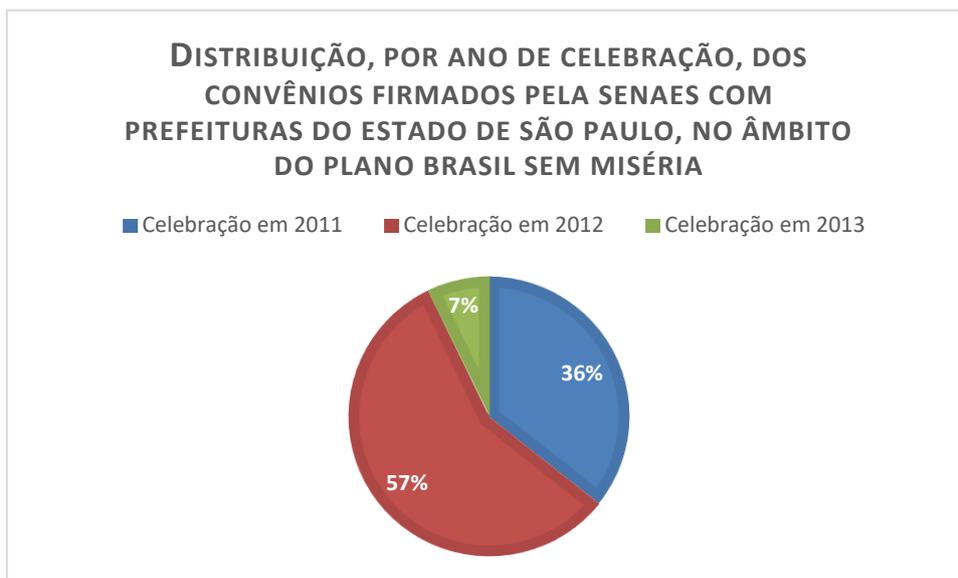
- ii. Ações de Fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação constituídas por Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Catadores).

No anexo deste artigo são apresentadas as questões presentes ao questionário aplicado e a tabulação dos resultados.

### Justificativa

A celebração dos convênios tratados na pesquisa foi realizada ao longo do período 2011- 2013, sendo a maioria dos instrumentos celebrados entre 2011 e 2012, conforme ilustra o gráfico 1.

**Gráfico 1**



Elaboração dos autores. Fonte: SICONV.

A maior parte destes instrumentos encontra-se, assim, em fase final de execução, tendo a sua previsão original de execução, de 24 meses, prorrogada por meio de aditamento de prazo, alcançado a vigência regular máxima de 60 meses, sendo que, em alguns casos, as prefeituras solicitaram prorrogação excepcional da vigência.

Assim, destaca-se que o prazo original previsto no edital, de 24 meses, no caso dos convênios celebrados com entes públicos, não foi suficiente para



execução do objeto dos convênios. Neste sentido, é importante compreender as razões da necessidade da ampliação do prazo previsto, à luz da dinâmica e das especificidades da administração pública municipal.

Para compreender este descompasso entre a vigência prevista e a empiricamente observada, importa, assim, considerar, a dinâmica política municipal: os projetos submetidos e aprovados aos editais de chamada pública nº003 e 004, de 2011, foram elaborados pela gestão municipal eleita para o período 2008-2012, que tinha as políticas, programas e ações de fomento à economia solidária em sua plataforma de governo, dado este inferido a partir da submissão voluntária do projeto ao edital de chamada pública.

Considerando-se, contudo, que a maior parte dos convênios foi celebrada em 2012, já ao final do primeiro semestre, e que neste mesmo ano foram realizadas as eleições municipais, pontua-se que a vedação imposta pela Lei nº9.504, de 1997, referente ao repasse de recursos de transferências voluntárias da União a Estados e Municípios nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, realizado em 02 de outubro de 2012, significou, na prática, que os recursos da primeira parcela para a maior parte destes convênios só puderam ser descentralizados após o pleito, que, nos casos em que houve segundo turno, somente pôde ser realizada ao final do exercício, no contexto mais amplo de fim de mandato destas prefeituras.

Assim, a efetiva implementação das ações previstas nos convênios associados a estes editais foi realizada no âmbito de uma nova administração municipal, em relação a qual os desafios trazidos pela dinâmica eleitoral para a gestão de políticas públicas de fomento à economia solidária perpassam as variáveis presentes no questionário aplicado na presente pesquisa e fazem referência à:

- i. troca de equipes;
- ii. realização ou não de processos de transição de governo;



- iii. qualificação e preparo dos gestores ingressantes no que se refere às políticas de fomento à economia solidária, à economia solidária *per se*, à gestão e operacionalização de convênios, ao manuseio do Sistema de Convênios do Governo Federal, às rotinas e procedimentos da Administração Pública.

Estes desafios, de caráter eminentemente procedimentais, se associam, em última análise, a outro desafio, de caráter estruturante, referente à prioridade dada às políticas de fomento à economia solidária nos programas e planos da administração eleita em 2012.

Esta pesquisa, entretanto, centrou a caracterização do impacto da mudança de gestão municipal em variáveis de corte instrumentais em relação às quais o acompanhamento descentralizado pode vir a contribuir com as administrações locais, no sentido do treinamento e qualificação, em contextos específicos e gerenciáveis relativos a mudanças de equipe, que podem ou não estar associadas à processos mais amplos, como é o caso das eleições: numa mesma administração, a mudança de dirigentes em posições chave pode levar a alterações substanciais nas equipes gestoras dos projetos estabelecidos em parceria com a SENAES, podendo, assim, ser também alvo de ações específicas de treinamento e acompanhamento.

Por outro lado, a baixa adesão das administrações eleitas, no que concerne aos programas, políticas e ações de fomento à economia solidária, dizem respeito a dimensões abrangentes, alçadas na plataforma de governo e na orientação política conferida pela dinâmica eleitoral. Embora constituam dimensões estruturantes ao êxito de projetos implementados de forma descentralizada pelo Governo Federal em parceria com os demais entes da federação, estas questões envolvem dinâmicas complexas, ancoradas em processos mais amplos de articulação política e de coordenação federativa em políticas públicas que ultrapassam os limites das ações envolvidas no acompanhamento de convênios *strictu sensu*.



A presente pesquisa tratou, assim, da dimensão ao nível de gerência envolvida no acompanhamento da implementação de programas e ações estabelecidos em parceria com o Governo Federal, considerando que esta dimensão se apresenta como crítica, mesmo quando existe consenso federativo e setorial acerca da relevância destas políticas.

De outro lado, esta pesquisa fornece elementos substantivos para a reflexão sobre os desafios para a implementação de políticas públicas executadas pela União em parceria com os demais entes da federação, na medida em que oferece uma interpretação alternativa àquela que imputa aos procedimentos e processos legais a que está submetida a administração pública a responsabilidade pela dilatação dos prazos na execução ou a baixa adesão das ações aos resultados esperados, em termos de efetividade, eficácia e eficiência.

Este argumento fragiliza a análise em políticas públicas, em primeiro lugar porque supõe e imputa ao pressuposto da legalidade responsabilidade objetiva, no que concerne ao campo dos resultados de políticas. É mister reconhecer, entretanto, que é o pressuposto da legalidade que confere a ação do Estado eficácia e eficiência, na medida em que exigem da Administração Pública observância aos princípios do Direito Público que visam, exatamente, direcionar as ações estatais segundo a economicidade, a publicização, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência, a observância às competências, normas e diretrizes emanadas e conferidas pelas normas constitucionais e infraconstitucionais que regem as ações e relações estabelecidas pelo poder público.

A análise das variáveis intervenientes, no campo da ação estatal, sobretudo no nível de gerência, é, neste sentido, uma fonte rica para a reflexão dos desafios para a implementação de políticas públicas, na medida em que representam um campo passível de atuação no âmbito do acompanhamento da execução de convênios e congêneres sobretudo quando estas envolvem transferências voluntárias da União aos demais entes da federação.

## **Resultados e discussão**

Para avaliar o grau de apropriação das equipes atuais à frente dos convênios celebrados com o Governo Federal, por intermédio da SENAES, a Seção de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo aplicou questionário de múltipla escolha às prefeituras conveniadas com o Ministério do Trabalho.

Os resultados mostram que, no caso de convênios e congêneres estabelecidos com governos subnacionais, devem ser levados em conta, no cronograma envolvido na seleção de projetos, execução e prestação de contas a dinâmica política eleitoral ao nível local.

Nas eleições de 2016, que conduziram as equipes que atuam nas fases finais da execução dos convênios celebrados com a SENAES, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, no Estado de São Paulo, destacamos que, em sua maioria (59%) as equipes foram substituídas, sendo o percentual de substituição destas relativamente elevado, na medida em que trocas parciais ou totais conduziram a alterações de pessoal em 59% dos casos observados.

Das equipes atuais, apenas 50% possuíam experiência anterior na administração pública, neste caso sobretudo municipal. Assim, o conhecimento declarado destas equipes acerca da gestão de convênios, para 17% dos casos, é baixo, sendo que, em 34% dos casos, as prefeituras possuem pouco ou muito pouco domínio do Sistema de Convênios do Governo Federal, instrumento fundamental para a gestão e implementação de políticas públicas viabilizadas por meio de transferências voluntárias da União e operacionalizadas por meio de convênios.

Estes achados podem estar associados à não existência de processos ou procedimentos de transição de governo: na maioria das prefeituras entrevistadas (42%) estes processos e procedimentos não foram realizados, levando, assim, a que 17% das prefeituras reportassem ter pouco domínio sobre o objeto do convênio, 16% reportassem ter pouco ou muito pouco domínio sobre o plano de trabalho e a execução do convênio e a que 33% não

tivessem propriedade sobre os resultados alcançados até aquele momento, por meio da execução dos convênios.

No caso específico das políticas de fomento à economia solidária, um quarto das prefeituras que responderam ao questionário possuíam pouco ou muito conhecimento sobre estas políticas: apenas 34% das prefeituras presentes no universo de pesquisa declararam ter conhecimento suficiente. Há, também, para 17% delas desconhecimento sobre a economia solidária *per se*.

Estes achados trazem, assim, em primeiro lugar, a necessidade de, no caso de políticas públicas cuja implementação ultrapassem o mandato municipal, a necessidade imperiosa do treinamento e qualificação destes gestores, seja em matéria de economia solidária e as políticas de fomento, seja em termos de elementos envolvidos na gestão e operacionalização de convênios, como é o caso do SICONV.

Ressalta-se que estas equipes, que irão conduzir o processo de prestação de contas destes convênios, possuem baixo domínio sobre os resultados alcançados pelos convênios, o que demandará ações visando a sistematização da execução destes instrumentos, de forma a auxiliar estas equipes a documentar e consolidar os resultados alcançados por meio da implementação destas políticas.

### **Conclusão**

Este artigo buscou apresentar elementos para a análise e reflexão dos desafios para a implementação e o acompanhamento descentralizados das políticas de fomento à economia solidária realizadas por meio de transferências voluntárias da União e operacionalizadas por meio de convênios celebrados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Os resultados mostram que, no caso de convênios e congêneres estabelecidos com governos subnacionais, devem ser levados em conta, no



cronograma envolvido na seleção de projetos, execução e prestação de contas a dinâmica política eleitoral ao nível local.

A dinâmica eleitoral, conforme se observou na pesquisa, conduz a troca de equipes nas administrações públicas municipais, no contexto da ausência de processos e procedimentos de transição de governo, o que compromete a apropriação das equipes ingressantes acerca dos convênios e dos instrumentos necessários à sua implementação (plano de trabalho, objeto, resultados).

O ingresso, em percentual relativamente elevado de equipes sem experiência na gestão pública imprime a necessidade de treinamento acerca da gestão, documentação e operacionalização de convênios. No caso específico das políticas de fomento à economia solidária, observa-se, a partir dos casos analisados, a necessidade imperiosa do treinamento nesta modalidade de políticas, de forma a fornecer ao gestor subsídios para a sua atuação a frente de convênios associados à estas políticas.

### **Referências Bibliográficas**

Anze, V.R. Políticas de Fomento à Economia Solidária no Estado de São Paulo no período recente (2011-2016): simulação de possíveis *paybacks* para o investimento público e considerações para a expansão do fluxo de benefícios associados. Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, n°62. Brasília: IPEA, 2017.

## **Organização do Trabalho e Formação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis em Belém/PB**

Crislene Rodrigues da Silva Morais<sup>1</sup>

Maiara Lígia da Silva<sup>2</sup>

Kalina Ferreira Ribeiro<sup>3</sup>

Mário Henrique Guedes Ladosky<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Seguindo atualmente as solicitações de organização que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, vários empreendimentos econômicos solidários (ESS) de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis têm sido criados nas mais variadas regiões brasileiras, buscando a formalização e inclusão junto aos sistemas de gestão de resíduos sólidos municipais. Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo analisar a experiência de organização, formação e assessoramento realizada pela Incubadora Universitária de

---

<sup>1</sup> Professora da Unidade Acadêmica de Engenharia de Materiais, pesquisadora, extensionista e coordenadora da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários, Universidade Federal de Campina Grande (IUEES-UFCG). E-mail: [crislene.morais@ufcg.edu.br](mailto:crislene.morais@ufcg.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande-PB, bolsista PROBEX pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES-UFCG). E-mail: [mayaralygia@hotmail.com](mailto:mayaralygia@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Design pela Universidade Federal de Campina Grande-PB, voluntária PROPEX pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES-UFCG). E-mail: [kalina.ferreira@gmail.com](mailto:kalina.ferreira@gmail.com)

<sup>4</sup> Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, pesquisador e extensionista da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários, Universidade Federal de Campina Grande (IUEES-UFCG). E-mail: [mhladosky@gmail.com](mailto:mhladosky@gmail.com)

Empreendimentos de Economia Solidária da UFCG (IUEES/UFCG), que possibilitou a formalização da Associação de Catadores e Catadoras de Material Reciclável Vida Nova, de Belém/PB (ACAMARE), tendo em vista a sua viabilidade, por meio do apoio do programa de extensão universitária (PROBEX), em parceria com o Instituto Novo Olhar, da mesma cidade. Foi realizada pesquisa bibliográfica e análise de dados de fonte primária obtidos nos trabalhos da IUEES/UFCG. O projeto vem atuando com capacitações e assessoramento sociotécnico a 25 catadores e catadoras, desde a elaboração do estatuto e formalização do empreendimento. Os resultados parciais do projeto que apontam êxito e desafios na organização para o trabalho coletivo e formação da ACAMARE, numa perspectiva de inclusão socioprodutiva e promoção de uma maior visibilidade do grupo de catadores(as) perante a sociedade civil.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Sustentabilidade, Inclusão Socioprodutiva, ESS.

## **1 Introdução**

A maioria das cidades paraibanas apresentam características rurais, embora, contraditoriamente, vivam um processo de urbanização intenso devido ao esvaziamento populacional do campo, causado pelo recrudescimento da pobreza rural. Assim, a favelização das grandes e pequenas cidades provocam problemas como o aumento do desemprego, que já era crônico, bem como problemas ambientais, falta de moradia digna, saneamento básico e de saúde, esta última agravada pela fome, em geral amenizada pelas políticas sociais do Governo Federal implementadas sobretudo até 2016 (MORAIS, 2015).

Nas grandes e pequenas cidades surge uma chamada economia informal e até a “economia submersa”, da prostituição, da droga, mas também da corrupção e da malversação dos recursos públicos. Famílias inteiras, homens, mulheres, jovens e crianças procuram nos lixões à céu aberto destas cidades formas de ocupação e de aquisição de meios de sobrevivência. São estes os catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis que representam um segmento da população marginalizada, sobrevivendo da comercialização de resíduos sólidos que são descartados como rejeitos pela sociedade.

Para Gonçalves (2005) catar lixo, além de ser uma alternativa de renda para quem está desempregado e tem baixo nível de escolaridade, também é uma prestação de serviço em

benefício ao meio ambiente.

Conforme apresenta Culti (2009), diariamente, esses homens, mulheres e até crianças colaboram no processo da limpeza urbana, capturando materiais que seriam levados aos lixões ou aos aterros sanitários. Entretanto, apesar de sua importância mediante os benefícios ambientais, na maioria dos casos, mantêm os ganhos destes trabalhadores próximos ao nível de subsistência. Em detrimento dessa situação, diversas instituições de apoio em todo Brasil lutam por conquistas de direitos e organização desses trabalhadores no segmento de formação de empreendimentos, seja este cooperativa, associação ou outros tipos de iniciativas de geração de trabalho e renda.

Com isto, empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis estão sendo criados em diversos municípios brasileiros como uma alternativa para a humanização, formalização e inclusão destes aos sistemas de gestão de resíduos sólidos, em atendimento a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (MORAIS, OLIVEIRA e MORAIS, 2014).

Ainda segundo Moraes, Oliveira e Moraes (2014) estes EES nascem fadados ao fracasso, pois passam por dificuldades que vão além da capacidade de realização das atividades inerentes ao processo produtivo da categoria até a formação educacional e sociotécnica necessária à gestão dos seus empreendimentos.

A população de catadores na Paraíba atinge mais de 10 mil trabalhadores, e é formada basicamente por jovens e adultos (83%), e mais da metade são de mulheres. Entre os catadores e catadoras, 77% possuem renda mensal inferior a um salário mínimo, 21% apresentam renda que varia de R\$ 240,00 a R\$ 360,00, e apenas 2% conseguem perfazer renda superior a um salário mínimo, o que evidencia a pobreza extrema em que vive a maioria destes trabalhadores. Quanto à escolaridade cerca de 70% dos catadores e catadoras não são alfabetizados (MORAIS, 2013).

No que se refere ao apoio dado a esta categoria de trabalhadores no estado da Paraíba, podemos citar a participação de várias instituições que desenvolvem projetos de pesquisa e principalmente de extensão, as quais se podem destacar: a Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG através da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da IUEES/UFCG; os Institutos

Federais da Paraíba; o Centro de Ação Cultural - CENTRAC; a CARITAS; a Prefeitura Municipal de Campina Grande e o próprio Governo do Estado, entre outros mais recentes como Instituto Novo Olhar.

A Universidade Federal de Campina Grande através de sua Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES) já conta com experiência de apoio a diversos grupos de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis ou recicláveis dos seguintes municípios paraibanos: Campina Grande, Barra de Santa Rosa, Fagundes, Riachão do Bacamarte, Serra Redonda, Puxinanã, São Sebastião de Lagoa de Roça, entre outros, e participa atualmente da coordenação do Fórum Estadual da Economia Solidária na Região do Agreste, como forma de não só quebrar o isolamento geográfico e social, mas também de proporcionar aos grupos acompanhados pela IUEES/UFCG um crescimento político no campo da luta por políticas públicas inclusivas e por políticas ambientais.

A equipe da IUEES/UFCG é composta por docentes, técnicos e discentes das mais diversas áreas (engenharias, administração, economia, sociologia, design e arte e mídia) e tem por objetivo desenvolver a incubação e o fortalecimento de empreendimentos econômicos autogestionários, visando gerar trabalho e renda, inclusão socioeconômica dos trabalhadores, para o qual desenvolve ações de sensibilização, capacitação e assessoramento, integrando pesquisa, ensino e extensão.

## **2 Economia Solidária, as incubadoras e os ESS**

A economia solidária baseia-se, segundo Singer (2002),

“...na concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros”.

Dentro desta mesma linha de pensamento está Lara e Costa (2000), quando colocam:

“A eficiência da economia dos setores populares está subordinada à sua lógica, que é o reverso da lógica do capital. Se o capital despreza a vida para priorizar o lucro, a economia dos setores populares se define pela lógica da reprodução da vida”.

Quando seguem esta lógica, os empreendimentos solidários possuem grande significação cultural, tornando-se experiências educativas, proporcionando aos trabalhadores competência comunicativa, uma noção clara de autonomia e de direitos de cidadania.

Assim, para apreender a cultura do trabalho que se constitui nas organizações econômicas é necessário que se faça uma análise ampla e substantiva, considerando os aspectos sociais, políticos, educativos e culturais em que os sujeitos se reproduzem, já que a cultura do trabalho associativo segundo Tiriba (2000),

“não se esgota no interior mesmo do processo de trabalho, mas que é síntese das relações que os trabalhadores estabelecem entre si, com os demais produtores associados, e com a comunidade em geral”.

Gaiger (2000) diz que a ideia de eficiência nos empreendimentos solidários não está relacionada a critérios de rentabilidade, à relação entre custo e benefício, peculiar à empresa capitalista, visto que nas empresas solidárias o trabalho não é apenas um meio, mas transforma-se também em um fim. O fato dos trabalhadores serem o sujeito do empreendimento induz a uma racionalidade econômica diferente. Aqui, não se trataria mais de acumulação ampliada do capital, mas da “reprodução ampliada da vida”. Para Gaiger, é nessa ótica que a eficiência dos empreendimentos solidários deve ser pensada, ou seja, não no âmbito dos empreendimentos em si, mas nas suas relações com a sociedade como um todo, com o ambiente social e natural, sem deixar de envolver também o econômico. Estaria aí situada a sua viabilidade, no grau de eficiência que eles podem chegar enquanto apoiados no trabalho cooperativo (...) a partir dos conceitos de justiça e de igualdade (...) no sentido de aportarem resultados nessa dimensão ampla que envolve também o econômico.

Gaiger (2000) chama esse tipo de racionalidade, própria da economia solidária, de “solidarismo empreendedor”, conceito fundado na confluência de dois princípios, o social e o econômico, que na economia convencional se encontram separados. E defende que isso é possível porque a própria natureza do trabalho cooperativo, associativo, autogestionário e democrático propicia eficácia e eficiência, na medida em que, leva mais facilmente a coalizão dos trabalhadores (sócios) em torno dos objetivos estratégicos do empreendimento, contribuindo, assim, para um maior empenho no trabalho e nas decisões importantes do empreendimento. Portanto, para ele, a eficácia destes não estaria apenas nos seus resultados econômicos, mas, também, nos seus benefícios sociais, incapazes de serem oferecidos pela economia convencional.

No atendimento a essa economia surgem as Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários como parte das entidades de apoio, assessoria e fomento. Elas desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto autossustentável.

Tendo como principal objetivo promover a geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão. A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação (CULTI, 2009).

Por sua vez, Santos (2016) analisa a inserção de empreendimentos de economia solidária na dinâmica capitalista contemporânea e, tendo como objeto de estudo as cooperativas de Campina Grande, observa-se as contradições que surgem nessa relação, impactando negativamente sobre temas fundamentais como a autonomia dos(as) trabalhadores(as) e a democracia na gestão do empreendimento.

## **2.1 A Incubadora IUEES/UFCG e a Organização dos EES de Catadores e Catadoras**

Em 2012 a IUEES/UFCG deu início ao projeto Organização e Formação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de Campina Grande, numa Perspectiva de Constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Esse projeto visava organizar os catadores de materiais recicláveis da região metropolitana de Campina Grande/PB, composta então pelos municípios de Alagoa Nova, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Pocinhos, entre outras.

O desenvolvimento do trabalho com os catadores de Belém-PB teve início, inicialmente, como um desdobramento daquele projeto, possibilitado pela parceria com o Instituto Novo Olhar, que já atuava na cidade e procurou a IUEES-UFCG. E foi formalmente incluído como parte do projeto *Organização e formação de catadores e catadoras de materiais recicláveis de municípios paraibanos, numa perspectiva de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários*, iniciado em 2016, e ainda em andamento, no âmbito do Programa de Extensão da UFCG, o PROBEX.

A partir do interesse dos catadores em formalizar o empreendimento econômico solidário, foram realizadas diversas atividades no intuito de educar por meio de diálogos, em reuniões planejadas e realizadas na sede do Instituto Novo Olhar, instruindo quanto a autogestão, ordem jurídica e contábil, financeiro, relações interpessoais e outros aspectos, ambos com o objetivo de qualificar para constituição do empreendimento de economia solidária.

Existem aproximadamente 10 mil trabalhadores paraibanos na população de catadores com renda mensal inferior a um salário mínimo e baixo nível de escolaridade, o que caracteriza uma situação em extrema pobreza. Os envolvidos diretamente no projeto foram 25 catadores(as) de materiais recicláveis, na maioria homens (70%), com idade que variam de 19 até 69 anos, que sobrevivem da catação de resíduos nas ruas da cidade e no lixão de Belém, na Paraíba. Dentre os integrantes do grupo, todos possuem renda mensal inferior a R\$360,00, o que evidencia a pobreza extrema em que vivem estes trabalhadores. Quanto à escolaridade cerca de 72% dos catadores não são alfabetizados, e os demais possuem o ensino fundamental incompleto. A maioria não possui casa própria, alguns residem na zona rural ou até mesmo em cabanas no próprio lixão.

### **3 Metodologia**

A metodologia desenvolvida neste trabalho seguiu as etapas de incubação de empreendimentos de econômicos solidários, já vivenciados e validados pela equipe da incubadora IUEES/UFCEG, para grupos de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis. As atividades foram organizadas em etapas distintas, mas que se sobrepuseram em alguns momentos, que foram: Sensibilização e Mobilização, Diagnóstico, Formação, Assessoramento Sociotécnico, Registro e Avaliação.

Inicialmente foram realizadas visitas ao Lixão de Belém/PB, como forma de aproximação entre a equipe e os catadores e catadoras que ali, desenvolviam suas atividades. Estas visitas se repetiram ao longo de várias semanas, numa construção mútua de confiança, até que os mesmos aceitaram o convite para participarem de uma primeira reunião em outro espaço, como forma de conhecer a proposta do projeto.

Os objetivos do projeto foram apresentados de forma clara, aos catadores e catadoras de materiais recicláveis, objetivando a sensibilização e o envolvimento destes nas atividades propostas. Nesta etapa, foram ainda realizadas oficinas com o grupo de catadores e catadoras, para elaboração de uma agenda de trabalho.

As experiências demonstram que o sucesso de projetos sociais envolvendo comunidades, se deve basicamente às relações interpessoais que se constroem ao longo do desenvolvimento das atividades, sendo de fundamental importância a realização de ações que visem à sensibilização do grupo.

Para o desenvolvimento das ações de mapeamento e diagnóstico, foram utilizados como instrumentos de pesquisa: a observação participante, questionários com questões fechadas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Os resultados contribuíram na proposição de uma forma de organização coletiva, que possibilita a inclusão socioproductiva destes trabalhadores.

As oficinas, palestras e cursos de formação para catadores e catadoras de materiais recicláveis foram realizados como forma de capacitação dos mesmos. As temáticas abordadas foram: Coleta Seletiva, Reciclagem e Reaproveitamento de Materiais, Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo, Educação Ambiental, Legislação sobre Resíduos Sólidos, Saúde e Segurança no Trabalho.

Estas formações aconteceram no próprio município, tendo alguns dos catadores, participado também de oficinas junto a outros grupos de catadores, que se encontravam em diferentes níveis de organização, inclusive com visitas em galpões de outros municípios, sempre utilizando uma metodologia baseada na educação popular.

Trabalhar a formação, sobretudo no âmbito da gestão dos empreendimentos, a fim de promover o uso de ferramentas que possam auxiliar a gestão do negócio, e da produção/prestação de serviço também foi algo realizado. Esse tipo de formação não se restringiu apenas aos que vão administrar o empreendimento, porque estamos falando de empreendimento autogestionário, onde a visão de conjunto do empreendimento e a rotatividade nas funções administrativas devem ser uma realidade e as decisões devem ser tomadas por todos. Quanto menos concentradas estiverem as informações, quanto mais os conhecimentos estiverem disseminados entre os trabalhadores, mais harmônicas tenderão a ser as relações dentro do empreendimento.

Nesta etapa foram trabalhados os conceitos básicos para formação em Autogestão e Economia Solidária, como forma de sensibilizar para a importância do conhecimento, fazendo uso de recursos didático-pedagógicos na apresentação de informações, como cartilhas, vídeos, animações, entre outros.

No decorrer das atividades, registros em vídeos, fotografias e listas de presença foram utilizadas como forma de valorizar a participação dos catadores e catadoras, bem como de avaliar o andamento das atividades propostas.

E como resultado das oficinas, cursos e palestras, foram elaborados folders com objetivo de promover a visibilidade do grupo de catadores e catadoras de materiais recicláveis, junto à sociedade, além de envolvê-la nas atividades desenvolvidas.

Paralelamente, aconteceram palestras com os gestores públicos e a sociedade civil, com finalidade de sensibilizá-los e envolvê-los também, de forma a garantir aos catadores e catadoras de materiais recicláveis o acesso às políticas públicas. Essa sensibilização foi o primeiro passo para despertar o interesse do grupo em buscar apoio para a formalização da associação.

#### **4 Resultados Parciais**



O principal resultado do projeto, foi a formalização do grupo de catadores e catadoras em Belém. Depois de diversas reuniões o grupo decidiu autonomamente o nome da associação, além de ter sido discutido profundamente o estatuto de criação e elegida a primeira diretoria. Para tais decisões foram realizadas reuniões entre os membros da associação assim como aqueles que integram a IUESS/UFCG e o Instituto Novo Olhar.

E não menos importante, houve a participação posteriormente da associação já como a ACAMARE na audiência pública da câmara municipal da cidade de Belém, onde foi aprovada a doação de um terreno para assim poder ser realizada a estruturação de uma espaço físico para suas atividades. Além disso, todo material gráfico informativo e educativo acerca da associação foi desenvolvido para haver a promoção e conseqüentemente a visibilidade do grupo de catadores e catadoras junto à sociedade civil.

Houve também já a participação da associação ACAMARE no Encontro Intermunicipal de Empreendimentos Solidários de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis, em parceria com o Instituto Novo Olhar e a UFCG, onde houve a troca de experiências e conhecimentos entre os integrantes da ACAMARE com outros grupos de empreendimentos participantes, em prol do fortalecimento e manutenção desses mesmos grupos.

O que se foi alcançado até o momento é motivo de grande satisfação por parte de todos, devido o êxito do trabalho organizativo, embora, sabemos todos, o trabalho está apenas iniciando para a associação.

## **5 Considerações Finais**

A realização do Projeto “Organização e formação de catadores e catadoras de materiais recicláveis de municípios paraibanos, numa perspectiva de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários” pela IUEES/UFCG e Instituto Novo Olhar em Belém vem confirmar, mais uma vez, o enorme desafio de organizar o segmento de catadores(as) na sociedade, sobretudo quando se tem a perspectiva da autonomia, da autogestão, da participação democrática de todos.

A atual conjuntura de crise político-econômica brasileira, e a perspectiva de perda de direitos colocada para o campo da economia solidária com a desestruturação de políticas públicas



que vinham em curso, se constituem no maior risco para o êxito que o projeto vem tendo até o momento.

## **6 Referências**

**CULTI, M. N. Conhecimento e práxis: processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários como Processo Educativo.** Outra Economia, Vol III, No 5, 2009.

**GAIGER, L. I. Sentido e possibilidade de economia solidária hoje. In Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia.** Gabriel Kraychete, Francisco Lara, Beatriz Costa (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

**LARA, F. e COSTA, B. Introdução. In Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia, Gabriel Kraychete, Francisco Lara, Beatriz Costa (organizadores).** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

**MORAIS, S.R.A. A Necessidade da Formação dos Catadores e Catadoras para Gestão do Empreendimento CAVI.** Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Campina Grande - PB, 2013.

**MORAIS, S.R.A., OLIVEIRA, N.M.S, MORAIS, C.R.S. A Necessidade da Formação dos Catadores e Catadoras para Gestão do Empreendimento CAVI.** Anais do 60. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. CD-ROM, Belém - Pará, 2014.

**SANTOS, T. F.R.. Contra a maré? Economia Solidária e Cooperativas de Catadores em meio ao Capital.** f. 232. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

**SINGER, P. (2002). Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2002.

## A FORMALIZAÇÃO JURÍDICA NA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E A QUESTÃO DA ILEGIBILIDADE DO ESTADO

Flávia Almeida Pita

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense –PPGSD-UFF. Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana –UEFS. Pesquisadora da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS – IEPS-UEFS. Email: [fa-pita@uol.com.br](mailto:fa-pita@uol.com.br)

### Introdução

Neste texto proponho-me a refletir sobre o problema da formalização jurídica de grupos populares de trabalho associado pelo viés da *legibilidade* desta população pelo Estado (DAS, 2004). Muito embora as práticas de documentação adotadas pelo Estado venham sendo pensadas por outros acadêmicos como formas de tornar a população legível para si, no que se tem chamado de *efeito de legibilidade* (como J. Scott [2008] e R. Trouillot [2001], *apud* Das e Poole [2008]), a antropóloga indiana Veena Das (2004) apropria-se do tema da legibilidade do Estado e pelo Estado fortemente inspirada na filosofia da linguagem de Jacques Derrida, em especial na sua atenção aos peculiares efeitos da linguagem escrita. É dele a ideia de que, ao contrário do que se poderia supor à primeira vista (e aliás, do que parece ser o objetivo do preponderante uso da linguagem escrita pelas práticas do Estado e do Direito, usualmente vinculados, no modernidade, às ideias de certeza, segurança, previsibilidade), a linguagem escrita, distintamente da oral, tem como marca uma performatividade intensa, que contribuem para um espaço sempre aberto de incerteza, de disrupção entre o que se deseja dizer, entre o que se diz efetivamente, entre o que é compreendido.<sup>1</sup>

A forte presença da ideia de performatividade do filósofo inglês John Austin (Derrida é considerado um representante da escola filosófica de Austin, marcada pela chamada Teoria dos Atos da Fala) aparece no pensamento de Derrida e influencia igualmente o texto de Veena Das, para quem “uma vez que o Estado institui formas de governo através de tecnologia da escrita, ela simultaneamente institui a possibilidade de falsificação, imitação e mimetização de seu poder. Isto,

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora, como também nos demais trechos das obras em inglês.

por sua vez, traz à baila todo o domínio de infelicidades e desculpas da parte do estado para o campo do público” (2004, p. 227).

Veena Das dedica-se, em especial, a observar as *estratégias de resistência* que se estabelecem diante do Estado e de suas regras (2004). A Autora declaradamente inspira-se em Walter Benjamin e seu *insight* sobre como a forma legal parece se desligar do que ela supõe representar, para pensar o Estado “nem como uma organização puramente racional-burocrática, nem como o fetiche, mas como uma forma de regulação que oscila entre o modo racional e o modo mágico de ser” (2004, p. 225) e o Direito, por sua vez, “como um sinal de um distante mas impressionante poder que integra a moldura da vida cotidiana através da representação e performance de suas regras por meio do boato, fofoca, escárnio e mimetismo e também como um recurso para perseguir certos direitos, mesmo que um recurso cujo uso é repleto de incerteza e perigo” (2011, p. 226).

A partir de tal panorama teórico, por meio da pesquisa que ora se descreve analisaram-se as práticas características de processos de formalização jurídica de grupos de trabalhadores da economia popular e solidária. Servirão como fio condutor experiências desenvolvidas, nos últimos anos, pelo Programa de extensão e pesquisa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – IEPS-UEFS (que integro), em especial, observações que envolvem um grupo de trabalhadoras urbanas de Feira de Santana-BA (a que atribuirei o nome fictício *Delícias da Feira*), que participaram de um projeto de incubação iniciado em 2008, e que, entre 2012 e 2016 produziram e comercializaram alimentos em uma das cantinas da UEFS, transformada em espaço pedagógico da Incubadora.

## **O Direito brasileiro e a forma jurídica dos sujeitos de direito coletivos**

Para o Direito brasileiro, os *sujeitos de direito* podem assumir a forma de *pessoas naturais* ou *pessoas jurídicas*, coletividades a que a lei concede a possibilidade de participarem de relações jurídicas enquanto “pessoas” fictícias. Tanto quanto as pessoas “de carne e osso”, as pessoas jurídicas têm nome, registro civil, direitos e obrigações, “nascem” e “morrem” de forma determinada. Para adquirir o status de *sujeito de direito*, no entanto, um coletivo de pessoas deve “encarnar-se” sob uma das formas jurídicas previstas em lei, subordinando-se a determinadas solenidades e exigências procedimentais. Este processo, no entanto, é somente a primeira parte do que se dá o nome de “formalização jurídica”.

Muito embora, segundo a Lei Civil brasileira, a pessoa jurídica, neste caso, “exista” para o Direito já a partir de sua “inscrição do ato constitutivo no respectivo registro”<sup>2</sup>, o processo de formalização somente se completa, verdadeiramente, com um novo processo de “inscrição”, desta feita perante o chamado *Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas*, banco de dados administrado pela Receita Federal. Enquanto o grupo não detém o seu “CNPJ”, mesmo já personificado como uma cooperativa, uma associação ou outro qualquer tipo de pessoa jurídica, o processo de formalização não atinge, de fato, o seu objetivo: isto é, tornar possível ao grupo, sob os olhos do Estado, produzir rendimentos para seus componentes atendendo as exigências estatais, especialmente as tributárias.

Para o Estado, a formalização jurídica cumpre o papel de dar *legibilidade* a esta população. A partir do momento que figura no CNPJ, o grupo torna-se visível ao Estado, que sobre ele pode exercer controles tributários e administrativos de toda ordem (vigilância sanitária, do trabalho, zoneamento urbano etc.).

No caso das pessoas jurídicas o papel conformador de tal processo é muito evidente, já que os coletivos devem, necessariamente, adequar-se a um certo modo de relacionar-se, de proceder e de produzir estabelecido nas formas jurídicas disponíveis, desenhadas a partir de modelos pautados em práticas econômicas e relacionais específicas.

A sigla “CNPJ” parece assumir no discurso dos próprios grupos um papel central, sendo constantemente ouvida quando nos apresentamos na condição de “assessoria jurídica” aos coletivos de trabalho autogestionário. Não parece ser irrelevante que se trata de um cadastro de finalidade precipuamente tributária. Não obstante seja administrado pela União, Estados e Municípios igualmente o utilizam nos seus próprios bancos de dados de contribuintes, pelo que o cadastro se torna fundamental para o exercício de praticamente *qualquer* tipo de atividade econômica (já que cada um dos entes federativos, considerando as regras de distribuição da competência tributária, faz incidir sua tributação sobre diferentes campos – serviços, indústria, comércio – ou propriedade – urbana e rural, imobiliária e mobiliária, de suas formas de transmissão). Assim, poder figurar no “Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas” não apenas significa exercer “licitamente” qualquer atividade econômica, mas, em especial, exercer atividades econômicas dentro de um determinado modelo econômico e relacional, que valoriza elementos específicos, como a “empresa”,

---

<sup>2</sup> “Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.” (Lei n. 10.406/2011 – Código Civil Brasileiro)  
O registro é feito perante as Juntas Comerciais de cada Estado, nos casos das sociedades empresárias, ou nos Cartórios Extrajudiciais de Registro de Pessoas Jurídicas (vinculados ao Poder Judiciário estadual), nos casos das sociedades simples.

“competitividade”, “hierarquia” (sempre presente nas formas jurídicas das pessoas jurídicas, por exemplo), “lucro”, “trabalho assalariado”, entre outros reiteradamente mencionados nos textos legais ou nos documentos por meio dos quais a burocracia se exercita. Desta forma, tanto um empresário capitalista, quanto um grupo de trabalho coletivo autogestionário, para se apresentarem como participantes das relações jurídicas geridas pelo Direito – e, portanto, chanceladas pelo Estado e pelo mercado –, fazem-se *sujeitos de direito* coletivos (dito de outro modo, “*existem*”) por meio das mesmas “máscaras”, dos mesmos filtros, que igualam o inigualável, menosprezando diferenças profundas entre os destinatários dos textos legais.

### **O processo de formalização da *Delícias da Feira***

O grupo que depois veio a se denominar de *Delícias da Feira* constituiu-se, entre 2007 e 2008, com cinco ou seis mulheres de um bairro periférico da cidade de Feira de Santana, que começaram a trabalhar juntas, produzindo alimentos para pequenos eventos ou a serem comercializados em frente às suas residências, nos finais de semana – especialmente *feijoada* e *maniçoba* (alimentos cujo preparo, transmitido tradicionalmente entre gerações, é trabalhoso, envolve diferentes etapas e que, por isso, favorece-se pelo trabalho coletivo). Está a se falar de um bairro popular, predominantemente negro, que vivencia fortemente os problemas da exclusão do mercado de trabalho, notadamente para as mulheres.

De 2008 a 2016 o grupo cresceu e mingou diversas vezes, destacando-se o período em que, a partir de 2012, em razão de um projeto da IEPS-UEFS, passou a exercer suas atividades de forma constante, produzindo e vendendo alimentos em uma das cantinas da UEFS, ao tempo que participava de diversas atividades formativas.

De 2012 a 2016 a questão da formalização jurídica esteve sempre presente nas preocupações do grupo, o que exigiu da IEPS-UEFS o desenvolvimento de atividades específicas sobre o tema. O “CNPJ” era um “desejo” expressado constantemente nas reuniões realizadas, por diversos motivos: desde a necessidade de uma conta bancária em nome do grupo (o que reduziria, ao ver delas, as desconfianças em torno da guarda e controle do dinheiro), passando pela viabilidade da própria atividade (com o “CNPJ” é possível, por exemplo, adquirir matéria-prima em atacadistas, por melhores preços, e fazer vendas maiores, a outras pessoas jurídicas). Destaca-se, no entanto, em especial, a possibilidade de sobrevivência do grupo após o processo de incubação no espaço da Universidade, já que, a experiência acumulada, as relações de amizade construídas e a riqueza da convivência com o ambiente universitário impulsionava-lhes ao objetivo de concorrer a futuras

licitações regularmente realizadas para as demais cantinas da UEFS, ou mesmo de outros espaços públicos semelhantes.

O grupo percebia, enfim, que o CNPJ possibilitava-lhe “existir”. Importante destacar que a equipe de extensionistas apontava a informalidade como uma via possível e, em vista de determinadas consequências da formalização, até mesmo desejável. A formalização propriamente dita, aliás, foi precedida de um longo processo de construção coletiva das “regras de convivência”, com o que se esperava contribuir para a elaboração autônoma de parâmetros para as relações estabelecidas no grupo. As regras resultaram em um documento escrito, mas ainda sem a chancela estatal. Ele, contudo nunca pareceu suficiente, reiterando-se constantemente a demanda expressa do grupo pela formalização, inclusive no sentido de se apontar a informalidade como causa de certos problemas de convivência intergrupais (conflitos na divisão do trabalho e das sobras, por exemplos), e da instabilidade na constituição do grupo (do qual resultou a saída de alguns componentes): “isto acontece porque não temos uma conta no banco em nome da cooperativa”, ou “isto acontece porque ainda não somos uma cooperativa de verdade, não temos CNPJ”<sup>3</sup>.

Simultaneamente, era constante ouvir-se, nestas mesmas oportunidades, a palavra “medo”. A formalização também significava a aproximação com um universo “jurídico” que incitava o mistério, o desconhecido, a insegurança: termos técnicos em textos incompreensíveis, documentos escritos com letras miúdas, ambientes frios e sisudos das repartições públicas. Destaca-se, em especial, a perspectiva de uma suposta imutabilidade, representada por um contrato social, despesas fixas, vínculos que demandam novos rituais para serem revertidos, um universo, afinal, incongruente com a vida real daquelas pessoas. Causam *medo*, de fato, a estabilidade, a permanência, a definitividade que são próprias da lógica de um mundo que se descreve como perfeito, como racional, mas cuja racionalidade é negada nas práticas e vivências cotidianas.

Desenvolveram-se no percurso diversas atividades formativas destinadas a desvelar às trabalhadoras o universo jurídico da formalização, tornando-o, afinal, minimamente *legível*. Imaginava-se que isto as tornaria capazes, em tese, de se posicionarem de forma mais autônoma quanto a se formalizar ou não, e, optando-se pela formalização, qual das diversas formas jurídicas possíveis seria estratégico adotar, assumindo conscientemente suas diferentes consequências.

Desvendar o emaranhado de normas e entender as diversas etapas do processo de formalização é tarefa árdua, mesmo para quem supõe dominar as informações técnicas do Direito. O processo de pesquisa necessário para tais atividades de formação envolveu, por exemplo, rodas de conversa com

---

<sup>3</sup> Falas registradas nas reuniões de incubação.

contadores e entrevistas com servidores públicos da Administração Tributária, sem que chegasse a ser possível afirmar o domínio das informações necessárias para se antecipar respostas a perguntas aparentemente simples feitas pelos grupos, como, por exemplo: quanto cada opção custa, “na prática”?

As discussões iniciais em torno da escolha da forma jurídica a adotar envolveram pesquisa da legislação e, em especial, colheita de informações com contadores – que são, afinal, os profissionais que atuam como intermediários entre os interessados em se formalizar e o Estado. O que se percebe, no entanto, que também para eles as respostas “práticas” não são fáceis, e os processos de formalização acabam sendo levados sem que se pensem as peculiaridades de cada grupo, simplesmente reproduzindo-se práticas e documentos (como os modelos-padrão de contratos sociais que vão sendo adotados mecanicamente), sem que se compreenda exatamente seu significado.

Exemplo do que se deseja dizer parece ser a adoção muito constante, para tais grupos, da forma jurídica da “associação” (os números levantados pela Secretaria de Economia Solidária entre 2010 e 2012 confirmam ser esta a forma adotada por 60% dos grupos identificados no Brasil)

Contraditoriamente, para o Direito Brasileiro, segundo o art. 53 do Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002), no entanto, “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins *não econômicos*” (grifo meu). Nas associações, pessoas reúnem-se, em tese, para atender interesses que não são, primariamente, *próprios* – no sentido de que o produto dos esforços coletivos não se reverte ao patrimônio dos seus associados, mas visa a fins imateriais (educação, saúde, cidadania, religião, arte) ou a assistência a terceiros (no sentido da filantropia). Como é notório, no entanto, os grupos em questão têm, de regra, entre seus fins, *justamente* proporcionar uma atividade econômica para os seus componentes – *econômica*, neste caso, no sentido de atividade que se destina a gerar riquezas para o atendimento das necessidades humanas, a partir da extração, modificação ou circulação de recursos naturais, bens ou serviços.

Como os contadores justificam, então, o uso dessa forma? “É a mais simples e barata”, é o que ouvimos. De fato, esta é o tipo jurídico com menos exigências formais e menos custoso, tanto no momento da sua criação quanto ao longo de sua existência. Além disso, as associações, se caracterizadas como “instituições de educação ou assistência social sem fins lucrativos”, gozam de imunidade tributária – em outras palavras, elas não seriam contribuintes de impostos. Em tese, assim, constituir-se como associação é “menos oneroso”, e este é o principal argumento, em geral, que os grupos recebem das assessorias contábeis. O que, de regra, se deixa de esclarecer, contudo, é que a imunidade tributária das associações não é irrestrita, mas subordinada a específicas exigências, que, se descumpridas, poderão resultar no lançamento dos tributos não recolhidos e sua cobrança pelos

Fiscos, acrescidos de multas, geralmente muito altas. Entre tais exigências está, justamente, vedação à distribuição, entre seus associados, de suas rendas ou patrimônio<sup>4</sup>. Como tais grupos destinam-se, na verdade, a proporcionar uma atividade econômica que redunde em renda para seus componentes, muito constantemente ocorrerá o descumprimento da condição legal, escamoteadas por “peripécias” contábeis. Ficam os grupos, a contar, então, com a ineficiência da fiscalização. Não é raro, no entanto, especialmente quando o grupo consegue se firmar e se destacar no volume de faturamento, que acabe sendo objeto da fiscalização tributária, e se deparando com vultosas dívidas fiscais.

De uma maneira geral, no entanto, o que se vê é, de fato, a ausência de fiscalização, e muitas associações, mesmo desenvolvendo atividade econômica, passam incólumes aos controles do Estado. Ouvido quanto esta questão, servidor da Secretaria da Fazenda Estadual, em Feira de Santana, por sua vez, além de demonstrar pouca segurança sobre tais minúcias jurídicas, ponderou simplesmente: “mas a gente acaba mesmo não fiscalizando este pessoal... a gente sabe como é difícil... Com tanta gente grande prá fiscalizar...”

O processo parece confirmar, portanto, o caminho tortuoso que percorre o texto estatal, chegando aos seus destinatários profundamente modificado do que supostamente seria a “intenção” de seus emissores. As “infelicidades” (mimetismos, fraudes, atalhos, como diria Veena Das) que permeiam a comunicação travada em tais práticas acabam sendo mesmo dela parte constitutiva e essencial e não, como parecia supor Austin (1990), meros eventos indesejáveis e supostamente evitáveis.

O processo de inscrição da *Delícias da Feira* no CNPJ (que não se completou), em específico, foi uma demonstração empírica de como se está diante de um campo em que a ideia de mistério, de incerteza, é uma constante. E como os caminhos a trilhar vão surgindo a partir das “brechas”, por uma lógica que só de longe guarda semelhança com a suposta mensagem contida na lei estatal.

Ao longo do processo, até o momento, foram necessárias oito visitas à sede da Receita Federal em Feira de Santana. As informações prestadas pelos servidores e pelo sítio da Receita Federal eram sempre imprecisas e confusas, e de difícil compreensão mesmo para a estudante de Direito que acompanhou as integrantes da *Delícias da Feira* na maior parte das vezes. Ao final, em um dos muitos deslocamentos e esperas, uma das integrantes perdeu parte da documentação (provavelmente esquecida em um ônibus), e se retornou à estaca zero, sendo necessário que se obtenha uma segunda

---

<sup>4</sup> A disciplina da matéria encontra-se no Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172/66). Além desta há duas outras exigências: “II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;” e “III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

via do contrato social no cartório em que foi registrado (o que implicará, obviamente, em um custo extra).

### Os últimos fatos: refletindo sobre a *inconclusão*

Os fatos relacionados à inscrição no grupo no CNPJ desenrolaram-se durante o ano de 2016, sempre premidos pela perspectiva do fim do período que se tinha estabelecido de permanência do grupo na cantina da UEFS. O grupo necessitava do seu “CNPJ”, afinal, para que pudesse participar de processos licitatórios que se avizinhavam, tornando possível a continuidade da atividade que desenvolviam.

A espera e as vicissitudes do procedimento tiveram um efeito contundente no grupo. A insegurança quanto às etapas a enfrentar, documentos a produzir, despesas a assumir contribuíram para esmaecer os vínculos pessoais entre as componentes do grupo, que se dividiram claramente de acordo com vínculos familiares também existentes entre as trabalhadoras. O “medo” parece ter prevalecido, afinal, já que duas componentes parecem ter se afastado do grupo, já que se mostram pouco envolvidas nas ações realizadas nos últimos meses, especialmente em vista de uma oportunidade que se apresentou – a licitação de um espaço de alimentação no campus do IFBA em Feira de Santana.

À falta do CNPJ do grupo, e do interesse das demais componentes, três trabalhadoras resolveram, afinal, inscreverem-se no processo seletivo utilizando-se do CNPJ de uma das trabalhadoras, obtido na condição de “empresária individual”<sup>5</sup> (em razão de atividade que realizava antes de integrar o *Delícias da Feira*).

Embora, assim, declarem as trabalhadoras pretender trabalhar “em grupo”, “sem chefe”, “dividindo as sobras igualmente” e “resolvendo as coisas juntas”, caso consigam vencer a licitação em curso, aparecerão nas estatísticas do Estado como mais uma empresária individual. As demais trabalhadoras serão lidas como “empregadas”, ou simplesmente passarão “ilegíveis” aos olhos do Estado. Tenho por certo, em vista das considerações que aqui foram feitas, que tampouco ficará o grupo incólume à nova “máscara” que foram levadas a assumir, que certamente influenciará suas práticas e permeará seus discursos, supostamente no sentido contrário à lógica horizontal do trabalho coletivo autogestionário.

---

<sup>5</sup> Parece estranho, mas o “empresário individual”, a despeito de *não* ser uma *pessoa jurídica*, pode obter uma inscrição no “Cadastro Nacional de *Pessoas Jurídicas*”, de forma relativamente simples. Esta peculiaridade parece ser em si, a meu ver, um elemento interessante a indiciar o estímulo do Estado, por um lado, à lógica do “autoemprego” e da “razão empreendedora”, e, de outro, desestimular o trabalho coletivo plasmado em relações horizontais e autogestionárias.

Não chegará a ser um obstáculo intransponível, por sua vez, o descompasso entre o que “leem” as trabalhadoras e a *performance* que deste texto decorre. O improviso dos atores –as trabalhadoras, os agentes do Estado, os assessores jurídicos, contadores, os integrantes da IEPS-UEFS, eu mesma enquanto traço estas reflexões – prevalece sobre a expectativa criada pela aparente imanência do texto escrito. A vida, afinal, em suas margens, acaba por esboroar a assinatura que o Estado apõe sobre o seu texto, prevalecendo a ausência que é a marca, como pontuava Derrida (1991), da linguagem escrita por meio da qual o Estado pretende ser lido.

As saídas pela “tangente” bem demonstram como, afinal, o espaço entre a legalidade e as práticas cotidianas vão sendo preenchidos pelos “atalhos”, estabelecendo-se uma comunicação em cuja performatividade se percebem muito mais as “infelicidades” austrianas que as retas e objetivas “intenções” do Estado.

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 10 nov. 2016.
- BRASIL, *Lei Federal 10.406*, de 10 de janeiro de 2002. (2002) Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm) Acesso em: 10 nov. 2016.
- BRASIL, *Lei Federal 5.172*, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm) Acesso em: 10 nov. 2016.
- DAS, Veena. POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, FFyL – UBA, 2008, pp. 19–52.
- DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: DAS, Veena. POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe/Oxford: School of American Research Press/James Currey, 2004, pp. 225-252.
- DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. tradução Joaquim Torres Costa, Antônio M. Magalhães. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- SENAES.MTE. *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Atlas Digital da Economia Solidária: dados do segundo mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários (EES). 2003. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 10 ago. 2014.

## **O TRABALHO DOS CATADORES E AS AMBIVALÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Marconi Tabosa de Andrade  
Universidade Federal de Alagoas  
marconi.andrade40@gmail.com

### **Introdução**

O objeto desta pesquisa é o trabalho do catador de materiais recicláveis. Nossa hipótese levou em consideração um conjunto de mudanças institucionais que poderiam ter impacto sobre a sua configuração, como a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº12.305/2010), a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis, a criação da SENAES e o surgimento do MNCR. Neste cenário, as questões que orientaram a pesquisa estiveram organizadas em torno da sustentabilidade econômica das cooperativas de catadores; do acesso aos direitos vinculados ao trabalho e da organização coletiva do trabalho como possibilidade de construção de uma experiência alternativa à heterogestão. Tratava-se de saber em que medida a organização coletiva do trabalho dos catadores apontava para a superação da pobreza e da precariedade do trabalho e em que medida ela apenas os inseria na cadeia produtiva dos recicláveis de forma subalterna. Afinal, as cooperativas de catadores inscrevem-se no movimento mais amplo de Economia Solidária, trazendo as ambivalências e ambiguidades que marcam suas formulações teóricas e práticas cotidianas.

### **As ambivalências da Economia Solidária**

Embora não haja, como salienta Leite (2009a), unanimidade em relação à conceituação da Economia Solidária, é recorrente a ideia de que os trabalhadores desenvolveriam formas solidárias de produção e distribuição dos bens, em torno dos

elementos que a constituem, engendrando nova sociabilidade dentro e fora dos espaços de produção. Uma sociabilidade marcada pela autonomia, liberdade, democracia participativa e pela igualdade. Em síntese, a Economia Solidária representaria um movimento contra hegemônico em relação ao modo capitalista de produção, que é caracterizado por relações de mando, controle, expropriação, exploração e desigualdade. Neste ponto, recai uma das principais controvérsias no campo de debate sobre a Economia Solidária, qual seja, o de seus limites e potencialidades enquanto modelo de organização do trabalho capaz de transformar substantivamente a realidade dos trabalhadores e da sociedade, na direção da igualdade e da justiça social (LEITE, 2009a). A Economia Solidária sedimentaria, assim, as bases para um novo modelo de desenvolvimento, concomitante ao capitalismo dominante (SINGER, 2004; GAIGER, 2006; 2008). Laville (2006) e Coraggio (2000) também consideram a possibilidade de articulação dos empreendimentos econômicos solidários com o entorno marcado por relações mercantis. Neste caso, a Economia Solidária seria capaz de mobilizar, ao mesmo tempo, recursos monetários e de reciprocidade, religando o econômico ao social, caracterizando-a como atividade híbrida, que não implica exclusão mútua entre os mecanismos econômicos do mercado (que não seria necessariamente capitalista) e o exercício da solidariedade.

Para os críticos da Economia Solidária (BARBOSA, 2007; WELLEN, 2012) esta conciliação não seria possível. Ela não só sofreria de insuficiência com relação à capacidade de transformação social, como também seria pouco eficaz no enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho, ainda que seja em uma perspectiva reformista. O tema desta pesquisa está centrado, portanto, nas ambivalências da Economia Solidária, quanto ao seu potencial e os seus limites em dirimir o avanço da precarização do trabalho.

O tema retoma um dilema clássico entre os teóricos que discutiram o cooperativismo desde o final do século XIX (LIMA, 2009a). A crise da sociedade salarial, marcada pela transição entre o modelo fordista de produção e o modelo de acumulação flexível (HARVEY, 2009), faz ressurgir a polêmica, em um cenário renovado, mas que repõe os termos essenciais da discussão (LIMA, 2004).



## **Metodologia**

Acompanhamos a ação do CATAFORTE, observando duas redes de cooperativas, uma em Maceió e outra em Campinas, em perspectiva comparativa. A primeira inserção em campo ocorreu setembro de 2012, na ASMARE (Belo Horizonte) e na REICLAMP (Campinas), uma cooperativa de segundo grau, criada em 2008, agrupando seis cooperativas<sup>1</sup>, nas quais trabalham cerca de 150 catadores. Aplicamos 20 questionários, entre os cooperados que trabalhavam na triagem do material reciclável. Realizamos, também, quatro entrevistas com cooperados que trabalhavam na administração dos empreendimentos. Em setembro de 2014, realizamos nova inserção, na REICLAMP, gravando 10 entrevistas e participando de duas reuniões entre os cooperados. As entrevistas seguiam um roteiro contendo quatro pontos centrais: (1) a renda dos cooperados, (2) o contrato de prestação de serviço ambiental para a prefeitura de Campinas, (3) a gestão do trabalho e (4) o impacto do CATAFORTE na estruturação e consolidação da rede. Foram aplicados 50 questionários entre os cooperados de três cooperativas da rede. O Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo (CRCA), que abriga a REICLAMP, nos forneceu as planilhas de balanço da produção e da comercialização dos recicláveis da rede, que contemplam toda a movimentação dos anos de 2013 e 2014, permitindo uma avaliação dos rendimentos médios dos cooperados. Os dados foram cruzados com as informações colhidas nas entrevistas. Entre 10 de outubro e 01 de dezembro de 2016, realizamos a pesquisa de campo em Maceió, observando três cooperativas que compõem uma rede formada por sete empreendimentos (três na capital e outros quatro em cidades do interior de Alagoas: Arapiraca, Penedo, Delmiro Gouveia e Palmeira dos Índios). Foram realizadas sete entrevistas, incluindo as coordenadoras das cooperativas, cooperados e uma técnica da Unitrabalho-UFAL, que participou do processo de incubação das cooperativas. As entrevistas seguiram o mesmo roteiro aplicado nas cooperativas de Campinas. Foram aplicados também 52 questionários entre os cooperados. Para o levantamento dos dados, seguimos o método da entrevista compreensiva, de Kaufmann (2013). Além das entrevistas, analisamos os documentos (editais e materiais utilizados nas formações) produzidos no âmbito do

---

<sup>1</sup> Antonio da Costa Santos, REICLAR, Divipaz, São Bernardo, Unidos na Vitória e Recoopera.

CATAFORTE, para identificar suas linhas de ação. O material utilizado nos cursos de formação foi analisado em conjunto com as entrevistas.

### **Sustentabilidade econômica, direitos e gestão**

Concentramos atenção na renda, no acesso aos direitos vinculados ao trabalho e na gestão dos empreendimentos. O aporte de recursos do CATAFORTE teve impactos distintos nos dois casos estudados. Com relação à sustentabilidade econômica, observamos renda, em média, duas vezes maior do que salário mínimo para os catadores da rede RECICLAMP (ANDRADE, 2015). O valor médio da hora de trabalho, para ano de 2013, foi de R\$6,02<sup>2</sup>. Com uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, um catador obteria renda mensal de R\$ 1.155,84. Pesquisas realizadas em outros empreendimentos apresentam valores semelhantes (RUTKOWSKI, 2015). Este caso aponta para a possibilidade do cooperativismo de catadores gerar renda suficiente para retirar os cooperados da condição de pobreza, permitindo relativizar as afirmações de que este tipo de atividade estaria condenada a reproduzir a pobreza como condição estrutural.

A sustentabilidade econômica, por sua vez, tem impacto sobre o acesso aos direitos vinculados ao trabalho. As cooperativas de Campinas garantem acesso a estes direitos, por meio da regularidade da contribuição ao INSS, bem como pela formação de fundos que garantem remuneração para descanso semanal, férias e uma retirada, ao final de cada ano, equivalente ao décimo terceiro salário. Assim, ainda que as cooperativas de catadores não estejam sob o alcance da Lei nº12.690/2012, a RECICLAMP cumpre suas determinações, indicando o potencial das demais cooperativas em cumpri-las. O caso da RECICLAMP denota que as cooperativas de catadores podem alcançar inserção positiva na cadeia produtiva dos recicláveis, em termos de renda e acesso aos direitos vinculados ao trabalho, na medida em que superam os limites estruturais que impedem ganhos de produtividade.

As cooperativas de Maceió não superaram estes limites, apesar do novo ambiente institucional e dos aportes de recursos materiais e humanos trazidos pelo CATAFORTE. Apresentam, assim, baixa produtividade, ausência de articulação em rede e pouca qualificação técnica no processo de triagem do material, impedindo-as de

---

<sup>2</sup> Para o ano de 2013 o Decreto nº 7.872 estabeleceu o valor mínimo da hora de trabalho em R\$ 3,06. O valor do salário mínimo, para este ano, foi fixado em R\$ 678,00.



produzir em volume e qualidade suficientes para realizar vendas diretamente à Indústria de Recicláveis, negociando preços melhores. Permanecem, desta forma, dependentes de atravessadores. Os baixos rendimentos (R\$ 450,00 em média, em 2016) impedem a formação de fundos para remuneração dos descansos semanais e de férias, do “décimo terceiro” e para a contribuição regular ao INSS. Com isso, estes catadores não tem garantidos os direitos vinculados ao trabalho.

Ambas as redes de cooperativas tiveram acesso aos recursos do CATAFORTE e vivenciaram os mesmos processos de constituição do que chamamos aqui de “novo ambiente institucional” para o cooperativismo de catadores, acessando as políticas públicas que se desenharam neste percurso. O modelo de gestão dos empreendimentos é um dos fatores centrais que explica a diferença quanto ao aproveitamento dos recursos disponíveis (materiais e humanos).

Tanto nas cooperativas observadas em Maceió como nas observadas em Campinas, há um modelo que hibridiza traços de hetero e de autogestão. Em ambos os casos, observamos uma gestão centralizada pela coordenadora, mas sob o consenso dos cooperados, que delegam “poderes” porque percebem nela habilidades indispensáveis à gestão do trabalho e da produção e/ou porque não querem assumir as responsabilidades da gestão dos empreendimentos. Não identificamos, contudo, traços de autoritarismo, percebidos em outras pesquisas sobre o cooperativismo de catadores (MAGERA, 2005; RIZEK, 2012). Desta forma, não podemos afirmar que estas cooperativas reproduzem relações de trabalho típicas de uma empresa capitalista, embora ainda abriguem elementos da cultura do trabalho heterônomo (LIMA, 2010). Há mecanismos de gestão que alternam a centralização das decisões com rotinas de participação democrática direta, dada a moldura jurídica dos empreendimentos.

Nas cooperativas da rede REICLAMP, a centralização operada pela coordenação é menos intensa, quando comparada com as cooperativas de Maceió, pois a “profissionalização” da gestão implica a participação efetiva dos responsáveis pelas outras funções previstas no estatuto do empreendimento. As rotinas que derivam da aplicação dos kits de coordenação e de tesouraria<sup>3</sup> produzem esta distribuição de funções.

---

<sup>3</sup> Tratam-se de dois sistemas de registro da produção diária e das movimentações financeiras das cooperativas da rede. São planilhas físicas, preenchidas manualmente e, posteriormente, registradas em planilhas eletrônicas e agrupadas para o controle da produção. Com isso, o escritório de vendas da rede

Com isso, a gestão da produção e do trabalho na RECICLAMP mostrou-se mais “apta” a aproveitar os recursos disponibilizados pelo CATAFORTE e mais dinâmica no alcance das possibilidades abertas pelo novo ambiente institucional.

É, portanto, na interação entre as políticas públicas e a gestão interna às cooperativas que se define o grau de avanço que as ações de fomento ao cooperativismo pode alcançar. O caso da RECICLAMP aponta para a possibilidade de inserção positiva na cadeia de revalorização dos recicláveis. O caso de Maceió mostra que, apesar das políticas desenhadas, esta possibilidade esbarra na gestão dos empreendimentos, demandando maior atenção das ações de políticas públicas voltadas a este setor, no que diz respeito à consolidação de modelos de gestão mais eficientes. Os processos de capacitação previstos pelo CATAFORTE tiveram resultados positivos quanto à consolidação da eficiência produtiva nas cooperativas da RECICLAMP, aprimorando a capacidade de prestação de serviço de coleta seletiva para a prefeitura de Campinas. Com relação às cooperativas de Maceió, o resultado foi quase nulo, neste sentido. E ambos os casos, contudo, houve avanço apenas relativo no amadurecimento da participação democrática direta dos cooperados na gestão dos empreendimentos. Com isso, corre-se o risco de estar criando sistemas apenas formalmente autogeridos. De todo modo, foi possível observar que distanciam-se de sistemas de gestão tipicamente empresariais, nos moldes capitalistas.

Nesta direção, a participação política na esfera municipal acrescenta um elemento que requer destaque, pois caracteriza as cooperativas observadas como espaços de formulação e expressão das demandas dos cooperados no campo do trabalho. Neste caso, estamos tratando especificamente dos processos de contratação das cooperativas pelas prefeituras de Campinas e de Maceió, que demandou articulação entre os cooperados e os agentes do terceiro setor (ONGs, OSCIPs e Universidade), para reivindicação do estabelecimento dos contratos e dos seus termos. O que fica claro na observação de ambos os processos é que sem a luta política destes agentes, os contratos não teriam sido pactuados (é válido lembrar que o contrato entre a prefeitura de Campinas e a RECICLAMP demorou nove anos para ocorrer). A instituição da PNRS, bem como

---

acompanha o volume total produzido, mensalmente, e pode negociar as vendas com as empresas recicladoras. Estes registros também são utilizados para definir o valor da retirada mensal dos cooperados.



as leis mais específicas que favorecem a inserção das cooperativas de catadores nos sistemas municipais de gestão dos resíduos sólidos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 11.445/2007) não teriam qualquer efeito sem esta mobilização. Deste modo, enfatizamos aqui a dimensão política como mais um elemento que diferencia estes empreendimentos em relação a uma empresa capitalista tradicional, pois induz os trabalhadores à percepção e interação com a esfera pública local, a partir da perspectiva da discussão/negociação política em formatos mais próximos da democracia direta (GAIGER, 2008, 2009).

O modelo cooperativista de gestão dos resíduos sólidos disputa espaço com modelos geridos por empresas privadas (WIRTH, 2016), orientadas pela geração de lucro e do acúmulo de riqueza. Por isso, a luta política vai além da conquista da adesão da esfera pública municipal em relação ao trabalho dos catadores, envolvendo o embate contra os interesses das empresas privadas de coleta seletiva ou de incineração de lixo.

No plano nacional, disputa semelhante levou o MNCR a defender, diante do Ministério Público Federal, sua permanência na constituição da rede de logística reversa que se formava a partir do acordo setorial das embalagens, para garantir a inserção das cooperativas de catadores nas cadeias de logística reversa então em formação. Este é um exemplo eloquente da importância que adquire a luta política na manutenção do protagonismo do movimento cooperativista de catadores.

Com isso, é preciso colocar em perspectiva a ideia de que a Economia Solidária, de um modo geral, e o cooperativismo de catadores, de modo mais específico, implicam a *passivização* da luta política, como afirmado em algumas pesquisas neste âmbito (WELLEN, 2012; BARBOSA, 2007; BURGOS, 2014). A ideia de passivização só faz sentido se considerarmos o conflito capital/trabalho como mote da luta política por excelência. Dito de outro modo, a noção de passivização implica tomar a aniquilação da lógica de reprodução do capital como único objetivo da transformação social a merecer a denominação de “luta política”. Somente assim, as mobilizações de trabalhadores laterais ao conflito capital/trabalho podem ser consideradas passivização. Neste caso, faz sentido identificar no cooperativismo de catadores, entendido como uma seção do movimento mais amplo da Economia Solidária, um processo de passivização, ou seja, de adesão dos trabalhadores ao sentido mais amplo de reprodução do capital. Afinal, o que caracteriza a luta política dos catadores é a necessidade de entrada e permanência das cooperativas no mercado dos recicláveis, que envolve, pelo menos, três campos: o de oferta de serviços



de coleta seletiva para prefeituras; o de comercialização com a indústria de recicláveis e o da logística reversa das embalagens.

Nesta direção, a separação jurídica entre as cooperativas de catadores e a Indústria de Recicláveis promove a invisibilidade da relação entre estas etapas da cadeia produtiva (BURGOS, 2014, p.98), ou seja, da relação entre a Indústria de Recicláveis, como o polo de acúmulo de capital, e as cooperativas (a base desta indústria), como o polo de extração de valor. A luta do MNCR não é “contra” a Indústria de Recicláveis, mas pela inserção na cadeia ampla da qual ela faz parte como elemento central. Por outro lado, a organização política dos catadores, no plano local, trava, como vimos, suas lutas contra empresas privadas que disputam mercado com elas. São disputas entre lógicas distintas de produção e gestão (WIRTH, 2016), de cujo sucesso depende a inserção mais positiva das cooperativas e a consequente melhoria das condições de trabalho.

### **Considerações finais**

Em relação à catação executada nos “lixões” ou nas ruas das cidades, o trabalho nas cooperativas, nos dois casos estudados, apresenta condições melhores de execução, pois proporciona ambientes de trabalho abrigados do sol e da chuva; contato com material reciclável limpo (pelo menos mais limpo do que aquele misturado ao lixo comum), uma vez que é “pré-triado” nas residências; condições ergonômicas mais adequadas; maior amparo de políticas públicas e sociais, que decorre do reconhecimento da importância ambiental da atividade dos catadores e, por fim, maior possibilidade de expressividade política, aproximando-os da esfera pública municipal. De modo que, apesar dos limites que apresenta, o cooperativismo de catadores proporciona condições gerais de trabalho (objetivas e subjetivas) que apontam para a sua melhoria. O que permite afirmar, concordando com Fé e Faria (2011, p. 19), que não estamos diante de um processo de precarização, mas o contrário dele.

A inserção das cooperativas na cadeia de revalorização dos recicláveis, contudo, nem sempre resulta em sucesso econômico, como vimos com o caso das cooperativas de Maceió, havendo, desta forma, grande heterogeneidade neste cenário. Em comum, temos o contexto no qual se estabelece a composição desta cadeia produtiva, que segue o formato de redes de empresas menores, que gravitam em torno de empresas centrais ou líderes (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 251). Dentre as consequências

da transição do modelo fordista, para o modelo de empresa em rede, destaca-se a intensificação do trabalho, associada a perdas em termos de renda e direitos (BOLTANSKI; CHAPELO, 2009; HARVEY, 2008; ANTUNES, 2003). Se, por um lado, resultou no aumento da desigualdade, em decorrência do maior acúmulo de capital, por outro, uma série de mudanças na organização do trabalho visaram dar respostas às críticas ao fordismo, incorporando parte das reivindicações dos trabalhadores, como forma de conquistar adesão ideológica (BOLTANSKI; CHAPELO, 2009). Este processo de incorporação da crítica levou a modelos que contemplam, ainda que superficialmente, a maior participação dos trabalhadores nos processos de organização do trabalho, incorporando elementos da autogestão. Em conjunto, o que Boltanski e Chiapelo (2009) identificam como o Terceiro Espírito do Capitalismo implica a sobreposição de sentidos do trabalho, dos termos que definem sua organização e dos modelos de gestão, criando novas ambivalências e ambiguidades no mundo do trabalho. A Economia Solidária reproduz algumas delas, na medida em que surge como proposta de organização do trabalho neste mesmo contexto de reconfiguração do fordismo. É nesta direção que podemos compreender a afirmação de Singer, segundo a qual os modelos de gestão do trabalho na Terceira Itália e em Mondragón tem mais semelhanças do que diferenças (2004, p.20). A ideia central, neste caso, é a de que empresas capitalistas aproveitam traços da autogestão e da produção solidária (cooperação interna e externa às unidades produtivas), bem como empreendimentos solidários aproveitam traços da gestão empresarial. Para Singer, este cenário seria favorável ao avanço da Economia Solidária, em termos globais. Não se trata, nestas considerações finais, de avaliar a conclusão de Singer, mas de demarcar aquilo que estamos apontando como ambivalência e ambiguidade na Economia Solidária. Elas levam os empreendimentos econômicos solidários a executar, de forma radical, alguns princípios participacionistas do toytismo, por exemplo (LIMA, 2010, p.179).

O que permanece como potencial de transformação social? Quais novos sentidos históricos estes cooperados podem imprimir ao trabalho? Estas são questões em aberto e os limites aqui identificados não reduzem ou determinam uma configuração congelada ao trabalho cooperado. O estímulo à participação política direta aponta para a recomposição do sentido da luta política mais ampla.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marconi Tabosa de. O pagamento por serviço ambiental às cooperativas de catadores: ampliação da renda ou gestão da pobreza? **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, v. 13, n.1, jan- jun., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/24867>>. Acesso em: 05 jul. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em 07 jan. 2015.
- BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo**: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2008. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2014.
- CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gariel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- FÉ, Carlos Frederico C. de M.; FARIA, Maurício Sardá de. Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F.(orgs.) **Cooperativas de catadores**: reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**. Florianópolis, 11-19. v.11, n. 1, jan/jun. 2008.
- \_\_\_\_\_, Luiz Inácio. A presença política da Economia Solidária. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.
- \_\_\_\_\_, Luiz Inácio. A presença política da Economia Solidária. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_, Luiz Inácio. A Racionalidade dos Formatos Produtivos Autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p. 513-545, maio/ago. 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Maceió: EDUFAL, 2013.

LAVILLE, Jean Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, Geneauto. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n.69, p. 31 – 51, fev. 2009a.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia Solidária: a constituição de um campo de pesquisa no Brasil. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009b.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 19, p.45-63, out. 2004.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 19, p.45-63, out. 2004.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Paradoxos do Trabalho Associado. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 113-132, jun. 2009a.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Paradoxos do Trabalho Associado. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 113-132, jun. 2009a.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, n.25, p. 158-198, set/dez. 2010.

\_\_\_\_\_, Jacob Carlos. Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale dos Sinos. **Sociologias**, Porto Alegre, n.19, p. 212-249, jan/jun. 2008.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo**: um paradoxo da modernidade. 2. ed. Campinas: Átomo, 2005.



RIZEK, Cibele Saliba. Trabalho, Moradia e Cidade: zonas de indiferenciação? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p.41-49, fev.2012.

RUTKOWSKI, Jacqueline E; RUTKOWSKI, Em Lia W. Expanding worldwide urban solid waste recycling: The Brazilian social technology in waste pickers inclusion. **Waste Management & Research**. United Kingdom, vol. 33, n.12, p. 1084 -1093, 2015.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p. 07-22, 2004.

\_\_\_\_\_, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

WIRTH, Ioli Gewehr. A luta por uma lei que proíba a incineração no Estado do Rio Grande do Sul. In: I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015, São Carlos/SP. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.conpes.ufscar.br/anais/>>. Acesso em: 24 set. 2016.

## **ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EM GRUPOS DE PRODUÇÃO SOB GESTÃO SOLIDÁRIA**

Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina De Brito Arcoverde<sup>1</sup>  
E-MAIL: ana.arcoverde@gmail.com

Dr<sup>a</sup>. Maria De Fátima Melo Do Nascimento<sup>2</sup>  
E-MAIL: fatmelo@uol.com.br

Maria Marta Evangelista Silva<sup>3</sup>  
E-MAIL: mmarta705@gmail.com

### **RESUMO**

Depois de um breve histórico sobre *Economia Solidária*, o estudo discorre a respeito de pesquisas realizadas acerca da experiência de três grupos associativos no estado da Paraíba. Os desafios enfrentados, sobretudo pelos participantes envolvidos, em sua maioria mulheres que buscam uma alternativa ao desemprego. Ressaltamos a participação da Universidade Federal da Paraíba exercendo a atividade de extensão através da interdisciplinaridade, dando suporte em vários níveis (desde a formação dos grupos até sua instalação.). Os grupos estudados são: Cocada na Kenga, Mulheres do Grupo de Inclusão Produtiva - Corte e Costura e a Cantina Solidária.

### **PALAVRAS- CHAVE**

Economia Solidária; Grupos de produção; Cooperação

---

<sup>1</sup> Profa. Dr<sup>a</sup> Titular do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

<sup>2</sup> Profa. Dr<sup>a</sup> Associada IV do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Especialização em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.



## Introdução

A economia solidária por si só desperta interesses dos estudiosos, sobretudo pelas suas teorias e práticas, nas quais se apresentam formas de pensar estratégias de enfrentamento às condições econômicas adversas, provocadas pelas crises cíclicas do sistema capitalista. A ideia da economia solidária não é exatamente nova, antes pelo contrário, remonta aos anos iniciais do século XIX. Numa retrospectiva da história dos trabalhadores, pode se constatar que, sua origem está vinculada ao surgimento das primeiras cooperativas, como resposta às condições de pobreza e ao desemprego. Na tentativa de recuperar suas funções, trabalhadores organizavam associações cuja estruturação seguia os preceitos básicos do movimento operário, de igualdade e democracia, iluminados pela ideologia socialista (SINGER, 2002).

No Brasil, tal economia desponta na década de 1980, sob o signo da crise, iniciada nos anos 1970. Os problemas econômicos tomam um sentido particular provocado pelas transformações no mundo globalizado. As políticas econômicas de cunho neoliberalas alastradas nos países desenvolvidos conduziram a absorção de novas tecnologias no processo produtivo, a adoção de políticas de estabilização e, por consequência, a diminuição de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores no pós-guerra, época na qual o capitalismo propiciou pleno emprego, do chamado *Welfare State*. A indústria não mais necessita de muitos trabalhadores, há substituição acentuada do trabalho humano por máquinas, e assim o desemprego deixou de ser cíclico, para se tornar estrutural.

### **1. SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O surgimento da economia solidária no Brasil, segundo Singer (2002), se deu na crise de 1981/83 quando muitas empresas entram em falência e demitem trabalhadores, estes para enfrentarem o desemprego se reúnem em empresas cooperativas, cuja propriedade é dividida por igual entre os trabalhadores, e os gestores são escolhidos através de eleição. Anula-se a figura do empresário.

Nos anos 1990, continuam as transformações sob a orientação de políticas neoliberais. A combinação de medidas de desregulamentação no mercado financeiro,



abertura econômica no mercado mundial, competitividade e flexibilização no trabalho produziram consequências preocupantes. Acirra-se o debate entre estudiosos focados ainda nas especificidades da pobreza, das desigualdades sociais, das modalidades de trabalho formal e informatizado, associativo, dentre outros.

A herança do século XX refletida nas adversidades, ainda presentes nos dias atuais, é segundo Santos e Rodriguez (2002), fruto da globalização neoliberal eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, provocando a formulação de alternativas econômicas emancipatórias e viáveis.

No contexto apresentado, a economia solidária é uma via de inserção dessa mão-de-obra como veremos a seguir. Reafirmando, chamamos a atenção para o fato de que os empreendimentos econômicos solidários são organizações coletivas e supra-familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas temporários ou permanentes, com ou sem registro legal, que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização, compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. São características desses empreendimentos a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012).

Tal modalidade econômica vai ser alavancada no Brasil a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003 e a publicação da Lei nº 10.683, instituída pelo Decreto nº 4.764, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. O papel da SENAES é o de difundir e fomentar a economia solidária em todo território Nacional, apoiando as iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), salientando que os projetos organizados para comunidades pobres no Brasil, segundo Singer menciona, assumem quase sempre a forma de economia solidária, principalmente envolvendo comunidades pobres cuja ajuda mútua torna-se indispensável à sobrevivência. Vale salientar a real identidade da economia solidária, como afirmam:

É distinta da tradicional por designar relações reais construídas socialmente em que requer relações de reciprocidade com sentido e valor humano, social e cultural. Implica finalmente cooperação de cada um e de todos ao mesmo tempo. Mas é preciso fazer atenção para solidariedade não ser confundida com as ideias de caridade ou



filantropia, frequentemente utilizadas pelos agentes externos em detrimento da ideia de direitos conquistados por meio de lutas sociais (ARCOVERDE; SOUZA e FRAGOSO 2006, p.80).

Portanto, os empreendimentos econômicos solidários surgem direcionados à ativação das capacidades produtivas de setores economicamente desfavorecidos, conforme Gaiger (2009). Nesta direção, apresentamos mais adiante o resultado de pesquisa exploratória, sobre práticas associativas e seu papel na busca de inserir segmentos da população economicamente vulnerável.

## **2. AS ASSOCIAÇÕES COMO GRUPOS DE PRODUÇÃO**

Segundo a Lei nº 10.406/2002 do Código Civil, em seu art. 53, que define associação como: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”, ou seja, sem finalidades lucrativas. Baseado no que diz a Lei, o propósito de se fundar uma associação é a existência de situações comuns em momentos críticos, nos quais a soma de esforços proporcionará *a priori* soluções mais eficazes para problemas coletivos.

As associações comunitárias ou de bairro são aquelas que têm como objetivo organizar e centralizar forças de moradores de uma determinada comunidade para representar seus interesses de maneira mais eficaz. Formalmente, qualquer que seja o tipo, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Por seus princípios doutrinários, a associação se baseia na autogestão. Na assembleia geral dos sócios, são definidas as políticas e linhas de ação da instituição, bem como se elege uma diretoria que será responsável pela administração da associação. As associações são compostas por:

- Assembleia Geral, que decidirá sobre as questões de maior importância para a entidade;



- Órgão executivo, ou seja, Diretoria, que vai administrar a associação e representar seus associados;
- Conselho Fiscal, órgão de controle interno, que fiscaliza os atos de gestão da entidade.

O Poder Público está apto a firmar com as entidades do Terceiro Setor, entre as quais as associações, relações colaborativas, mediante convênios e termos de parceria, com as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e contratos de gestão, para as Entidades qualificadas como Organização Social. Porém, é obrigatória a prestação de contas, tanto do objeto da relação jurídica quanto dos recursos oferecidos pelo Poder Público. Adiante daremos enfoque a três grupos associativos, no estado da Paraíba.

## **2.1 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EM GRUPOS DE PRODUÇÃO SOB GESTÃO SOLIDÁRIA - "COCADANA KENGA"**

A “Associação Mãos que Se Ajudam de Artesãos e Produtores Caseiros de Cocada na Quenga e Material de Limpeza” foi fundada em 2003, com o objetivo de amenizar a pobreza na comunidade e promover os meios de elevar a dignidade das mulheres ali residentes, utilizando o potencial da mão de obra disponível e buscando desenvolver uma atividade produtiva que gerasse renda e inclusão social.

Conforme o estatuto social, a associação tem o objetivo de prestar serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações artesanais e manufaturas caseiras, melhorar as condições de vida de seus associados, bem como o convívio e a integração entre os seus associados.

Naquele ano (2003), algumas mulheres faziam cocadas e vendiam porta a porta com o intuito de obter uma renda extra para ajudar nas despesas da família. Um casal de turistas habituados a passar férias no município observou que lá existiam muitas mulheres sem uma atividade geradora de renda e as propôs a formação de um grupo de produção.

Mas, o que produzir? Entre uma variedade de trabalhos manuais, optaram pela fabricação de cocadas, visto que sendo um produto alimentício, a facilidade para vender e o retorno financeiro seria mais rápido, e assim surgiu o grupo informal.

Com a dificuldade de acesso às políticas públicas o grupo juntamente com o casal de turistas optou pela criação de uma associação. Que nome colocar? Diante da variedade de habilidades manuais que as mulheres possuíam, chegaram a essa denominação: “Associação Mãos que Se Ajudam de Artesãos e Produtores Caseiros de Cocada na Quenga e Material de Limpeza”. O nome da associação significa a vontade e o sentimento de unir e de superar a realidade com ideias criativas e inovadoras gerando uma renda extra para essas mulheres.

Qual seria o diferencial para o produto? Sendo o município o maior produtor de coco da região do litoral norte, lá se instalaram grandes indústrias de beneficiamento do coco que beneficiavam apenas a água e a polpa da fruta, descartando a quenga e as palhas. Dessa situação, surgiu o diferencial da apresentação do produto, que foi colocar a cocada na quenga e com a palha do coqueiro produzir as peças artesanais e oferecerem aos moradores e turistas que visitavam o município. Assim iniciaram-se as atividades através da associação.

Com o passar do tempo, as mulheres ficaram conhecidas pela população como as mulheres da cocada da quenga, o que para elas era uma denominação preconceituosa, em virtude do sentido pejorativo. Segundo o dicionário *online* de língua portuguesa<sup>4</sup>o nome “quenga” significa: mulher de programa, profissional do sexo, prostituta, vadia. Como a ideia era colocar a cocada na quenga do coco, não teve outra denominação melhor do que escrever kenga com “k”em virtude do sentido pejorativo.

O nome de fantasia hoje significa sucesso, respeito e marketing turístico para o município, bem como a associação vem participando de feiras e eventos diversos, onde realizam os contatos e fechamento de negócios, comercializando seus produtos em forma de parceria em restaurantes, hotéis, pontos turísticos e pequenos negócios da cidade de Lucena e de João Pessoa, além de participem das feiras e exposições do ramo e dos principais eventos culturais no Estado.

---

<sup>4</sup>Cf. <Disponível em: <http://dicionarioportugues.org/pt/quenga>>Acesso em: 21/04/2017.

Inicialmente o grupo era composto por dezessete sócias. Atualmente restam dez mulheres que trabalham com a cocada e quatro que desenvolvem as atividades no artesanato em palha. São donas de casa, que consideram a atividade como um ganho extra, que é agregado à renda familiar, e mesmo assim, somados não atinge o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês. Seus companheiros não possuem renda fixa. São pescadores, pedreiros, prestadores de serviços diversos. Seu nível de escolaridade é o primeiro grau incompleto, o que dificulta a conquista de um emprego que ofereça uma renda digna capaz de sustentar uma família de quatro ou cinco pessoas em média - a realidade do grupo em estudo.

Apoiadas nos princípios da autonomia e independência, parceiros como a Prefeitura Municipal, BNDES, BNB, Fundação Banco do Brasil, ONGs ligadas à Igreja, SEBRAE, UFPB, Cooperar, dentre outros, investiram no empreendimento. A associação possui sede própria, equipamentos e mobiliário que contempla a atual necessidade das atividades. Tudo conseguido com muita luta e força de vontade durante os quatorze anos de sua existência. A associação atua em outras ações além dos negócios do artesanato e da cocada na kenga, portanto desenvolveram atividades socioculturais com jovens e crianças da comunidade, como rodas de leitura e o projeto “Fazendo Arte”, visando estimulá-los a desenvolverem o poder criativo, reduzindo desta forma sua permanência nas ruas.

Na sede da associação há uma lanchonete que revende as cocadas, lanches e água mineral aos moradores da região e também aos turistas que os visitam quando dos passeios aos pontos turísticos e praias do município de Lucena.

Como forma de apoio, em 2013 o Cooperar financiou a ampliação da unidade de produção da cocada na kenga, proporcionando o aumento das atividades produtivas, melhores condições de trabalho, desenvolvimento de novos produtos, aumento da renda e ocupação da mão de obra envolvida, além do aumento da oferta do produto. Contemplou também a aquisição de máquinas e equipamentos modernos, proporcionando melhores condições de trabalho, modernização do sistema produtivo, ampliação da capacidade instalada e aumento de produtividade. Em parceria com o SEBRAE promoveu atividades de capacitação, oportunizando a elevação da autoestima com a mão de obra qualificada, a confecção produtos com melhor qualidade, a adoção de novos designs e tecnologias mais apropriadas.

## **2.2 MULHERES DO GRUPO DE INCLUSÃO PRODUTIVA - CORTE E COSTURA**

A semente inicial do grupo de produção foi o curso de corte e costura ministrado para cinquenta mulheres da comunidade. Com o saber adquirido e o potencial demonstrado, a professora do curso sugeriu que elas fundassem uma cooperativa, o que lhes possibilitaria trabalho e renda. No entanto, elas não tinham o suficiente em dinheiro, ou seja, capital para iniciar o empreendimento. Enquanto umas desistiram outras acreditaram, foram à luta e procuraram ajuda na Igreja Católica existente no bairro, na qual conseguiram o suficiente para registrar o empreendimento, começar a funcionar legalmente e ter um capital para investimento. Tiveram uma proposta de uma ONG para assessorá-las no que se referia ao cooperativismo e economia solidária. O dinheiro seria empregado para colocar a cooperativa em funcionamento. Esta “assessoria” só perdurou uma semana, quando foram surpreendidas com o desaparecimento do representante da ONG com todo o dinheiro do qual se havia apropriado. As empreendedoras não denunciaram o fato, por desconhecimento dos direitos e dos canais apropriados. Assim, ficaram sem o dinheiro e, conseqüentemente, sem o registro da associação. Desde o ano de 2003, funciona como grupo informal, sob a “tutela” da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que concedeu o local para o trabalho e as máquinas de costura industriais. Uma das participantes do grupo é remunerada pela Prefeitura, para coordenar a unidade produtiva, e exercer o controle das ações e reivindicações do grupo. Isto fragiliza, de certa forma, o poder político das empreendedoras, uma vez que a relação entre as partes aparece como favores ou benesses incorporados pelas participantes.

Elas consideram que falta muito para se tornarem profissionais competitivas, pois as dificuldades estão presentes no dia a dia, por falta de maquinário mais apropriado à confecção da moda, e de espaço que ofereça maior visibilidade para a comercialização, o que provoca a desistência de costureiras. Além do mais, a produção ainda é insuficiente para se tornar uma alternativa de renda viável para seus membros, que buscam outras formas de trabalho. Ressaltam, no entanto, as conquistas pessoais como a recuperação da autoestima, a criação de vínculos afetivos entre os participantes, o valor do trabalho em grupo, o reconhecimento pelo que desenvolvem a capacitação profissional, adquirida



e aperfeiçoada, a oportunidade para conhecer os seus direitos ao participarem de reuniões, fóruns, etc. O grupo passou pela Incubação da Universidade Federal da Paraíba.

O relato de suas trajetórias pessoais lhes causa muita emoção, principalmente, no que se referem às dificuldades e vitórias alcançadas com sua inserção no empreendimento. Assim, a participação no grupo ganha relevância no que diz respeito a conquistas pessoais e subjetivas. Antes da inserção no grupo, a maioria das mulheres vivia apenas para os afazeres domésticos, dependentes da renda do cônjuge. Hoje, mesmo com rendimento abaixo do salário mínimo e como usuárias dos programas de Assistência Social do Governo Federal, para essas mulheres se sentem orgulhosas do que fazem, do poder e liberdade para pagar pequenas contas e comprar, por exemplo, produtos de uso pessoal.

### **2.3 CANTINA SOLIDÁRIA**

Objetivando estimular práticas de alimentação saudáveis e a gestão democrática de grupos para comercialização de produtos dentro da UFPB, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), em fevereiro de 2013, solicita a Prefeitura Universitária, autorização para utilizar um espaço físico da universidade para tal finalidade. O projeto “Cantina Solidária” acontece enquanto extensão universitária e como tal recebeu cessão do uso do espaço pela universidade sem processo licitatório, é ainda acompanhada de maneira sistemática pela INCUBES, e em parceria com o Departamentos da UFPB, objetivando a inserção social de grupos produtivos no processo de geração de renda, baseada nos conceitos da colaboração solidária, respeito ao ecossistema, educação popular, reeducação alimentar e o combate à exclusão. A INCUBES atua na comunidade São Rafael<sup>5</sup> desde o ano de 2005, para o assessoramento técnico, formativo e de estímulo às práticas comunitárias locais.

---

<sup>5</sup>A Comunidade São Rafael, é considerada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa como Zona Especial de Interesse Social, conforme descrição feita na Lei do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, Seção II, artigo 33 inciso 1: “terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização ou a regulação jurídica da posse da terra(...)” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 1993).

Na sua etapa de formação, a “Cantina Solidária”, contou com a formação da equipe de bolsistas e professores para acompanhamento técnico e sistemático. Em seguida, as seis integrantes do grupo produtivo foram sendo orientada através de reuniões semanais, com visitas aos potenciais fornecedores, discussão coletiva acerca do nome de fantasia a ser adotado, o regimento, dentre outras questões pertinentes ao “empreendimento solidário”. Mantendo sempre o diálogo constante sobre metas, objetivos, dificuldades e público a ser beneficiado com um cardápio diferenciado e a incorporação de produtos naturais.

Trabalhar no empreendimento solidário permite a flexibilidade no horário de trabalho e a união entre seus membros. Quando um deles não comparece ao seu posto de trabalho é substituído por outro participante que retorna quando pode. Eles podem organizar o horário de trabalho de acordo com a sua agenda e conciliar com outra atividade produtiva.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As vivências nas pesquisas dos empreendimentos acima citados, bem como o registro de informações contidas contribuíram para responder as questões que nos instigaram nesse percurso. As motivações que os fizeram aderir aos empreendimentos são múltiplas: a possibilidade de obter algum rendimento monetário, participar de um projeto comunitário como alternativa para enfrentar o desemprego dentre outras, além de, permearem suas trajetórias e lhes possibilitar a potencialização de recursos humanos, contribuindo para a formação da cidadania, através da gestão participativa que enfatize relações de parceria, cooperação e solidariedade.

Os Grupos de Produção apresentam uma situação distinta, pois ainda não conseguiram produzir o suficiente para possibilitar autonomia e dedicação exclusiva de seus membros ao empreendimento. Eles destacaram como pontos positivos a participação, a flexibilidade no horário de trabalho e a solidariedade construída no dia a dia de convivência no trabalho, uma vez que as tarefas são compartilhadas e quando alguém não pode comparecer ao seu posto de trabalho é substituído por outro participante, que retorna depois de resolvida a situação. Os membros deste grupo ainda não podem



contribuir como autônomos para a Previdência Social. Apesar de alegarem que o trabalho no empreendimento satisfaz suas necessidades materiais imediatas, diferentemente dos cooperativistas que alegaram mudanças efetivas na qualidade de vida e rendimento financeiro. Deste modo, muitos participantes do grupo produtivo não tiveram uma melhoria significativa no que se refere à renda, mas demonstram estar satisfeitos com a capacitação profissional, socialização e criação de laços afetivos proporcionados pela vinculação ao empreendimento.

Ressaltemos que os casos apresentados acima não permitem conclusões sobre o papel de empreendimentos econômicos solidários e seu potencial de inclusão social hoje. Entendemos então que é necessário maior tempo de maturação para compreendê-los e formularmos possíveis pistas acerca das suas capacidades emancipatórias. Concordamos com Gonçalves (2008), para assinalarmos que alguns empreendimentos são baseados em relações de reciprocidades, outros não conseguiram transcender o individualismo, e o clientelismo político, dentre outros fatores vários. Porém o que os une é a procura de alguma maneira para superar as adversidades colocadas pelo sistema capitalista.

#### REFERÊNCIAS:

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. SOUZA Izabel Leite de, FRAGOSO Natacha de Melo. Economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/viewFile/15716/8963> Acesso em: 23 de abril de 2017.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A associação Econômica dos pobres como via de combate as desigualdades*. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.57, p.563-580, Set./Dez. 2009.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio

Anais do XV Encontro Nacional da ABET

**Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea**  
Rio de Janeiro - 06 a 09 de Setembro de 2017  
ISSN: 2318-9517



de janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: In: <http://www.ceeja.ufscar.br/a-recente-ressurreicao-singer>. Acesso em 22 de abril de 2017.

## **Finanças solidárias e a luta por hegemonia: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade**

Ricardo Gaspar Muller<sup>1</sup>

[rgasparmuller@gmail.com](mailto:rgasparmuller@gmail.com)

Luciana Raimundo<sup>2</sup>

[luciana.raimundo@ufsc.br](mailto:luciana.raimundo@ufsc.br)

### **Introdução**

O artigo compreende uma síntese e revisão dos resultados da dissertação de mestrado de Luciana Raimundo, defendida em 2014 no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, *Finanças Solidárias e a luta contra hegemônica: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade*.

Investigamos o Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade, localizados na periferia da zona sul de S. Paulo, no interior da Associação de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, ou União Popular de Mulheres do Campo Limpo (UPM). Apresentamos estratégias da comunidade diante das dificuldades no acesso a serviços da rede bancária convencional e a subsídios de produtoras artísticas comerciais, além dos impactos que estas promovem na vida dos moradores da região. Relatamos as ações coletivas empreendidas, a fim de verificá-las como possíveis ferramentas estratégicas para conscientização, formação e mobilização dos moradores, além de uma síntese das análises realizadas sobre a formação de uma identidade de grupo e de classe e a criação de um projeto de sociedade passível de disputa por hegemonia.

Para contextualizar o objeto, é importante refletirmos sobre a atual arquitetura do sistema financeiro, principalmente quanto à abertura dos mercados domésticos ao capital

---

1 Professor do Dep. de Sociologia e Ciência Política, atuando no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da UFSC, Florianópolis, Brasil. Doutor em História Social pela USP e pós-doutor em Sociologia pelo IFCS/UFRJ.

2 Bacharela em Ciências Sociais, licenciada em Sociologia e Mestra em Sociologia Política pelo PPGSP da UFSC. Doutoranda em Sociologia Política no PPGSP, Florianópolis.

estrangeiro. A dívida pública brasileira, crescente desde o período da ditadura civil-militar, torna a política nacional subserviente às orientações de instituições internacionais: enxuga-se a máquina pública, realizam-se privatizações e parcerias público-privadas (PPP) e aplicam-se planos de austeridade *contra a população*.

Desde o segundo semestre de 2015, a conjuntura está marcada por cortes fiscais para a obtenção do superávit primário, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O abandono, total ou parcial, do atendimento de determinadas demandas sociais deslegitima as ações do governo e sua soberania. No entanto, a repercussão negativa destas ações pode mobilizar parte da população, já que, segundo Gramsci, o atual contexto exprime uma circunstância onde o mal-estar tornou-se intolerável, não encontrando na sociedade nenhuma forma legal de superação para o “estabelecimento da normalidade” (GRAMSCI, 2000, p. 45).

Para Gramsci, a questão do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial das relações de força na sociedade civil. Para tanto, é necessário um projeto de superação e, caso não haja, podem ocorrer desfechos contraditórios, i.e., “a velha sociedade resiste e garante para si um período de ‘tomada de fôlego’, exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas (...) ou a destruição recíproca das forças em conflito” (GRAMSCI, 2000, p. 45).

A ruptura com o modelo econômico dominante pressupõe a conscientização e formação da classe trabalhadora para a construção de um modelo de sociedade. Desse modo, a questão basilar para a discussão tornou-se: ações empreendidas localmente podem emancipar os trabalhadores e empoderá-los em uma disputa por hegemonia? Mesmo reconhecendo a importância da iniciativa estudada e de suas articulações com diferentes redes e movimentos sociais, com dimensões políticas, destacamos que um estudo que abarque um maior número de experiências em território nacional possibilitaria uma análise de classe mais significativa.

### **Economia Solidária e Finanças Solidárias**

Para desenvolver da pesquisa utilizamos o conceito *Economia Solidária*, de Gaiger (2004, p. 8). De acordo com o autor, a Economia Solidária é a forma de produção, consumo e distribuição, com base associativista e cooperativista autogestionável, capaz

de subverter a lógica de produção de mercadorias e converter as necessidades em fruição e bem-estar. Centra-se na valorização do ser humano, significando a sua libertação por meio do trabalho e não sua alienação. Para um empreendimento ser considerado um Empreendimento Econômico Solidário (EES), necessita internalizar e vivenciar oito princípios fundamentais: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Ex-secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Singer (2009, p. 69) define o conceito *Finanças Solidárias*, considerando brevemente o sistema financeiro, dividindo-o em três partes: a capitalista, a estatal, e a formada por uma grande variedade de intermediários financeiros, dos quais uma parcela agrupa-se nas chamadas Finanças Sociais ou Solidárias.

Esta última não possui vantagens lucrativas e direciona-se ao atendimento das necessidades dos sujeitos. Nela encontramos as cooperativas de crédito, compostas principalmente pelas Entidades de Microcrédito (EMCs), geralmente Organizações da Sociedade Civil e de Interesse Público (Oscip), oferecendo crédito mediante o chamado “aval solidário” a seus clientes. A legislação não autoriza as EMCs a receberem depósitos dos clientes, sendo o fundo captado de fontes estatais ou internacionais (SINGER, 2009, p. 71).

Já a moeda social, criada e operada por associações autogestionárias, constitui um instrumento facilitador de troca de bens e serviços. Pessoas que vivenciam no mais alto grau a crise estrutural do capital podem trabalhar umas para as outras, satisfazendo suas necessidades e vivenciando novas relações sociais. Experiências de clubes de trocas e bancos comunitários na emissão e controle das moedas sociais fortalecem comunidades, proporcionando novas reflexões sobre consumo e dinheiro.

França Fo. (2007, p. 159) destaca nos bancos comunitários o princípio “não monetário”, onde se privilegia a domesticidade<sup>3</sup>, a vizinhança e o valor do laço entre as pessoas em detrimento do valor do bem. Os serviços prestados vinculam-se às

---

<sup>3</sup> Domesticidade refere-se à produção para próprio usufruto e promoção das necessidades do grupo.

necessidades reais, vividas localmente, subtraindo-se a lógica da rentabilidade do desejo de satisfação das necessidades e demandas do grupo (FRANÇA Fo., 2007, p. 160).

Nesse sentido, a pesquisa propôs um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade, situados no Jardim Maria Sampaio, Subprefeitura de Campo Limpo, zona sul de S. Paulo, região com aproximadamente 1,4 milhões de habitantes; 13% dos habitantes da cidade. O Banco Comunitário se formou apoiado na Associação União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, que há décadas atua no bairro. Fruto de uma parceria entre a Senaes/MTE, o Instituto Palmas, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP) e o Movimento de Moradia, por intermédio do projeto “Economia Solidária e Movimento de Moradia: Desenvolvimento Local Solidário para as Regiões Periféricas de São Paulo”, nasceu em 2009, junto a outros quatro bancos comunitários em distintas partes de S. Paulo (BERGAMIN, 2011, p. 3).

O Banco Comunitário União Sampaio, resultado de ação coletiva local, fomenta a Economia Solidária e Popular prestando serviços bancários, financeiros e de capacitação dos trabalhadores em um sistema integrado de crédito, produção, comércio e consumo. Proporciona a independência do crédito ofertado pelos bancos convencionais e, conseqüentemente, a transferência direta de renda. O Banco Comunitário facilita a consolidação dos EES: além da oferta de crédito, capacita os trabalhadores para a atividade produtiva, a gestão coletiva e democrática do negócio, e a criação de um mercado interno; fortalece as redes de produção e consumo, reorganizando a economia em ciclos de realimentação, e colabora para a melhora da qualidade de vida das pessoas, por meio da geração de trabalho e renda, contendo a violência por meio de uma comunidade mais solidária.

O Banco trabalha com alguns produtos creditícios. Os recursos destinados ao *Crédito Consumo* não acrescem juros e são realizados na moeda local, Sampaio, no valor máximo de S\$300,00<sup>4</sup>. O prazo para o pagamento é de até quatro meses; excedendo-se esse tempo é cobrada uma taxa de administração de 1% e uma multa de R\$0,25 ao dia. O crédito produtivo é dividido em *Crédito Produtivo*, *Crédito Puxadinho* e *Crédito*

---

<sup>4</sup> S\$ é similar ao símbolo R\$ para representar uma quantia na moeda Sampaio.

*Cultural*. Nessas modalidades a taxa de juros é evolutiva: de R\$100 a R\$299, o juro é de 1,5%; de R\$300 a R\$699, é de 2,0% e de R\$700 a R\$1000, o juro fica em torno de 2,5% ao mês.

Em 2012, o Banco havia atendido mais de 200 famílias com uma carteira de crédito de R\$10.000,00, sendo 90 % dos créditos liberados para mulheres – muitas mães solteiras e arrimos de família. Com a média de 6 moradores por residência, o Banco atingiu 1200 beneficiados diretos pelos serviços oferecidos.

Observamos que a inadimplência não é considerada na perspectiva do calote. Segundo um dos coordenadores do Banco: “A gente tem é pessoas que atrasam pagamentos. [...] Geralmente o crédito de consumo é bastante difícil, porque a pessoa tem dificuldades de garantir um mínimo daquele mês. Provavelmente o próximo mês não será fácil de novo”. Se este não pagou o empréstimo, não possui dinheiro, sendo contraditório cobrar mais. Uma nova negociação com novos prazos é realizada, além da conscientização da importância da devolução do valor emprestado para o Banco. A inadimplência ocorre quando a pessoa, antes de pagar o empréstimo, deixa a comunidade sem a intenção de retornar. “O Banco já tem alguns anos. Hoje, por exemplo, a gente olha para alguns e meio que descarta se a gente vai conseguir receber; mas é pouco, não sei falar com precisão”.

A iniciativa fomenta também atividades culturais, produções artísticas como edição, impressão e divulgação de livros de escritores da região; gravação de CDs; apresentações culturais entre outras. Para atender essa demanda foi criada a Agência Popular Solano Trindade, cujo objetivo é articular uma rede de trocas de contatos e serviços ligados à arte, à cultura e ao lazer, utilizando a moeda social Solano, sem conversão ao Real.

Realizando o cadastro no *site* da Agência Popular Solano Trindade, o coletivo de arte ou o indivíduo envolvido com o cenário artístico, ganha uma quantidade de Solanos e passa a ter acesso a um cadastro com diversos contatos. Todos devem ter o mesmo poder de compra. Ao contratar um serviço específico, escolhem pagar em Solanos ou por meio de troca/permuta de produtos ou serviços. A ideia inicial era trocar por hora, com valor

definido em S\$20,00. No entanto, acreditou-se na importância de os coletivos terem autonomia em suas articulações, usando Solanos, Reais ou permuta.

A Agência Popular Solano Trindade está localizada também no espaço físico da UPM. Nesse local os coletivos se reúnem autonomamente e de acordo com seu campo de conhecimento, usando salas e espaços disponíveis. Os coletivos estão organizados em literatura, audiovisual, hip hop, dança, música, artes plásticas e cênicas.

O trabalho nesse arranjo produtivo possui três frentes: o fomento, por meio de linha de crédito cultural do Banco Comunitário União Sampaio; a produção, para fortalecer os espaços produtivos; e a comercialização, realizada através de uma loja colaborativa, É D'MARCA. Outras duas frentes foram posteriormente incluídas: a de política e a de comunicação.

### **Analisando a Associação, o Banco Comunitário e a Agência Popular**

O Banco Comunitário União Sampaio e a Agência Popular Solano Trindade são resultados de lutas empreendidas pela Associação, com o esforço de seus integrantes. No tempo presente na UPM, desenvolvendo trabalhos relacionados à organização do acervo e dos espaços, identificamos alguns impactos ocasionados na vida privada e comunitária das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a Associação, o Banco e/ou a Agência por meio das diversas ações realizadas. Ainda foi possível observar as formas de reconhecimento e a identificação que possuem como grupo constituído.

Em seu conjunto, os impactos da experiência vão desde um considerável aumento na atividade social, i.e., no convívio interpessoal, até a apropriação de informações sobre direitos e deveres, como os direcionados às mulheres, crianças, aos idosos e adolescentes. O aumento dessa apropriação estimula os moradores a participarem das atividades da Associação. Outra constatação é que a comunidade se coloca cada vez mais informada sobre os acontecimentos sociopolíticos e envolve-se em questões locais, como problemas relacionados à infraestrutura, à falta de espaços para lazer, à violência doméstica, entre outros.

O aumento da compreensão da lógica do sistema financeiro também foi identificado. Segundo um dos coordenadores do Banco Comunitário: “Não somos pobres,

somos empobrecidos”. Assim, grandes lojas – como o Supermercado Extra – se instalam nas regiões periféricas provocando a falência do comércio local face as condições de concorrência. Ganham o dinheiro da população e não reinvestem na comunidade onde estão inseridas. Compreende-se que os bancos convencionais obtêm lucro através das taxas de serviços e dos juros que recebem pelos empréstimos realizados aos seus clientes. Mas, quando alguém da população obtém empréstimo ou abre uma conta poupança em um banco convencional, o dinheiro entregue a este é reinvestido em outros locais, ações e títulos. A região perde em termos de liquidez e investimentos locais.

Quanto ao reconhecimento que possuem de si, é o de que são todos trabalhadores/militantes, e as pessoas da comunidade como integrantes de um projeto maior. Por meio desta verificação, analisamos a identificação dos trabalhadores/militantes da Associação a partir de Gramsci. O autor reconhece os diferentes processos das relações de força e as classifica em três fases. Na primeira e mais elementar, a econômico-corporativa, sente-se uma unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-lo. A segunda, quando se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo profissional no campo meramente econômico. Nesta fase, o Estado é acessado para obtenção de igualdade político-jurídica em relação aos grupos dominantes, na reivindicação de participação na legislação e na administração, dentro dos quadros fundamentais existentes. Na terceira fase adquire-se consciência de que os próprios interesses corporativos superam o círculo corporativo e de grupo meramente econômico, podendo e devendo tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. A partir da compreensão destas três fases, constatamos algo para além da mera identificação e do dever de organizar o grupo. A unidade e a organização, características da fase econômico-corporativa, seriam vivenciadas e superadas.

Segundo Thompson (1987, p. 10), o reconhecimento como classe acontece “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. No grupo de moradores do bairro estudado, alguns sentimentos são historicamente compartilhados. A entidade organizou-se juridicamente para fortalecer os movimentos e as lutas realizadas

na região desde a época de seu povoamento. As dificuldades iniciais eram comuns a todos. Problemas relacionados à infraestrutura, principalmente a falta de creches na região por volta da década de 1960, uniram a população em torno de interesses comuns.

O reconhecimento da existência de outra classe e do contraste de interesses são elementos ligados à experiência do grupo. Os símbolos culturais podem ser considerados facilitadores deste reconhecimento, despertando nos moradores da periferia, um forte potencial para expressões artísticas. Por meio da criação e difusão da arte, encontram espaço de fala e crítica. Porém, na opinião de alguns integrantes da Associação, falta ampliar ações que fortaleçam a união e a integração da comunidade.

De acordo com Gramsci, a unidade é necessária na disputa por hegemonia. Com ela, a disputa pode ultrapassar a esfera civil e atingir a esfera política. A luta iniciada na época do povoamento da região se mantém. Questões materiais, como as relacionadas aos problemas com a infraestrutura local, a falta de emprego e lazer e a falta de liquidez facilitando a circulação do dinheiro na região, continuam situando os interesses dos moradores dentro de uma experiência de classe. A reflexão em torno de questões como “o que ser?” e “o que desejar?”, permeada por valores e ideais compartilhados dentro de uma perspectiva classista, aparecem neste novo momento, como afirmou Thompson sobre a formação da consciência de classe.

Nesse sentido, a arte e a cultura, como expressão e instrumentos políticos, conectam os indivíduos. No entanto, para o coordenador do Banco Comunitário, a confusão em torno da definição da identidade da periferia ainda é um dos problemas a serem revistos: “todo mundo quer se fortalecer na sua identidade, o que é positivo, mas a gente vive em uma sociedade que coloca que só é possível fazer as coisas com unidade”. Sentir-se pertencendo à luta do outro é uma dificuldade notada. Segundo ele, para vencer este momento de isolamento é necessário realizar uma nova reflexão: “[...] saber o que a gente quer para o nosso futuro, o que se quer ser e que espaço construir”.

Em sua opinião, a escola formal não ensina os indivíduos a refletirem sobre os processos históricos, sendo a arte e as manifestações ao seu redor as únicas referências dos indivíduos, na maioria dos casos. Para Gramsci e Thompson, o acesso à cultura e à educação deveria ser um direito universal. Na opinião dos autores, a escola, ao mesmo

tempo em que oferece acesso e domínio dos conteúdos da cultura universal, representa a expropriação de uma identidade cultural. O processo de autoformação de classe tem sido historicamente ignorado pela escola regular, em um contexto global.

Gramsci (1978, p. 59) afirmava que “[...] qualquer escola (mesmo as mais perfeitas cientificamente) não é jamais suficiente para educar e formar o indivíduo [...]”. A vida, a ação e a experiência individual e coletiva são elementos que completam a escola ou são complementados por ela. Experiências de formação realizadas pelos movimentos sociais viabilizam a educação política, considerando as necessidades dos grupos envolvidos. Assim, os movimentos sociais ganham, na educação informal, espaço para se consolidar e, na dinâmica cultural, o reconhecimento dos indivíduos.

Observa-se ainda o enfrentamento do Estado pela entidade a fim de garantir os direitos da população periférica, e suas articulações na busca por recursos financeiros para execução de projetos. Essa dinâmica, segundo Gramsci, pode ser considerada a luta por participação nas esferas político-jurídica e administrativa, indicando possibilidades de expansão e coordenação dos interesses gerais com os interesses de outros grupos, na disputa por hegemonia.

Gramsci não define hegemonia como o domínio de uma classe sobre as demais, e sim como a realização de uma série de acordos e alianças entre a classe dominante e grupos subordinados. Neste aspecto, é importante ressaltar que o grupo estudado não se reconhece como classe subordinada, no sentido literal do termo, e nem em vias de construir acordos interclasses. Mesmo se articulando junto ao Estado, o faz de forma básica e em busca de auxílio financeiro. Seu entendimento é de que são recursos públicos, da comunidade e que necessitam ser investidos na região.

Há a intenção do esvaziamento da moral e da ética das organizações e valores burgueses. Fazemos esta constatação analisando falas como: “Não queremos ser incluídos ou incluir alguém” e “Estamos construindo outros valores que preservem as relações humanas. Assim, construiremos outra sociedade, mais solidária”. É na contradição que as pessoas se unem para refletir sobre a realidade e possíveis táticas de atuação, inclusive, em parceria com o Estado. Vivenciá-la favorece a consolidação de uma identidade e o sentimento de pertencimento, além da ampliação da criticidade.

Contudo, a experiência também possui limites. Com relação à participação, um dos coordenadores do Banco esclarece que ela acontece dentro das possibilidades de cada morador. Faz-se urgente o aumento do número de participantes para a consolidação das ações existentes e a formulação de novas. A divulgação dos serviços do Banco Comunitário e da Agência Popular em grande mídia aumenta a demanda de atendimento. Tendo como limite o fundo disponível, não conseguem conceder empréstimos a todos que o procuram, repercutindo uma imagem negativa.

Observamos também que a moeda Sampaio fica circunscrita à região. Não concorre com a macroeconomia em números e valores de empréstimos, e em volumes e valores destinados à produção e ao mercado financeiro, não provocando alterações substanciais nos mecanismos econômicos atuais. Observamos, porém, o crescimento de uma articulação política dada pela formação e fortalecimento das Redes de Economia Solidária e de Bancos Comunitários, fortalecendo estas ações e criando margem para ações de grande porte em um novo projeto de sociedade.

### **Considerações finais**

Analisando iniciativas populares como a estudada, verifica-se a possibilidade de transferência de parte do poder centralizador do Estado à sociedade civil. Gramsci deslocou o eixo principal da ação política, realizada por meio das instituições já estabelecidas, para o terreno criativo e imprevisível das manifestações das organizações sociais. Este novo terreno conteria o espírito de iniciativa para a construção de um espaço público, tornando possível a reflexão sobre os anseios mais profundos da população (SEMERARO, 1999, p. 237).

De acordo com Gramsci, os trabalhadores, percebendo-se como classe e refletindo sobre a realidade como reais produtores de riqueza, comandariam o processo catártico, do contrário não poderiam engajar-se em uma luta revolucionária. Segundo Hobsbawm (2011, p. 294), nessa perspectiva, o problema de uma revolução consiste em tornar capaz de hegemonia uma classe até então subalterna, levando-a a acreditar em si e a ser vista como classe dominante pelas demais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. “A densa vida financeira das famílias pobres”. In: Abramovay, R. (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. S. Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004.

BERGAMIN, Marta A. “Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários”. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. SBS: Curitiba, 2011.

FRANÇA Fo., G. C.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio G. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária do Brasil**. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

GRAMSCI, A.. “Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In: **Cadernos do cárcere: Maquiavel notas sobre o Estado e a política**. Vol.3. Rio: Civilização, 2000.

\_\_\_\_\_ **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio: Civilização, 1978.

HOBSBAWM, Eric J.. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LEITE, Márcia P.. “Classe, ideologia e o trabalhismo”. In: **Cadernos Cedec**, n.8, 1987.

RAIMUNDO, Luciana. **Contribuições das Ciências Sociais na abordagem da Economia Solidária**. TCC/Ciências Sociais, Florianópolis: UFSC, 2012.

SEMERARO, G.. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, P. “Finanças Solidárias e Moeda Social”. In: FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira C. F.; DODL, Alessandra von Borowski (coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_ “Apresentação”. In: Abramovay, R. (org.), 2004, op.cit.

THOMPSON E. P. **A formação da classe operária inglesa I.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, C. E.; OLIVEIRA, M. A. T. **Thompson e Gramsci: História, Política e Processos de Formação.** Campinas, *Educação e Sociedade*, vol. 31, n. 111, pp. 519-537, 2010.

## **Política Pública em Economia Solidária: um estudo sob a ótica do gestor da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura de São Paulo**

Sérgio Ricardo Gaspar  
gaspar.ufop@gmail.com

### **Resumo**

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) são possibilidades para a inserção social e econômica para grupos tradicionalmente excluídos das sociedades capitalistas. Assim, ações públicas como a Incubadora de Empreendimentos Públicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) são relevantes para a capacitação e emancipação destes grupos com a geração de emprego e renda. A pesquisa posta aprofundou e questionou sob a ótica do gestor da política pública como esta é afetada pelas condicionantes políticas, as relações típicas e hierarquizadas estatais frente a uma capacitação que visa uma organização mais horizontalizada e de atores com capacidade de influenciar o poder de decisão. Para tanto determinou-se o uso da pesquisa exploratória e aplicando-se entrevista semiestruturada com perguntas abertas fundamentadas em roteiro pré-determinado a gestora da IPEES. O que permitiu a obtenção de informações da estruturação, das relações institucionais, dos atores envolvidos e da contextualização deste projeto de política pública municipal de desenvolvimento regional. Conclui-se que a IPEES presta relevante papel social já que, traz ao debate o papel do Estado como fomentador de EES, o empoderamento de grupos historicamente excluídos pela valorização social do trabalho e geração de renda, perpassado pela questão da gestão pública aplicada a EES.

**Palavras-chave:** empreendimento econômico solidário; economia solidária; incubadora de empreendimento econômico solidário; política pública.

## **Introdução**

O artigo aqui exposto discorrerá sobre a Incubadora de Empreendimentos Públicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) sob a ótica do gestor da política pública. A metodologia escolhida foi a exploratória, tendo em vista a limitada literatura a respeito, e, para que melhor fosse analisado o objeto aplicou-se uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas baseadas em roteiro pré-determinado. O que possibilitou a obtenção de informações mais aprofundadas sobre a estruturação, as relações institucionais, atores envolvidos e contextualização deste projeto de política pública municipal de desenvolvimento regional.

O texto a seguir possui um referencial teórico que contempla a economia solidária e seus principais ícones como primeiro tópico, aborda também o empreendedorismo social como segundo tópico, ainda discorre sobre políticas públicas em economia solidária na esfera municipal no terceiro, e por último explana sobre incubadora pública de empreendimentos solidários destacando o exemplo paulistano. E, por fim, o estudo aclara a metodologia empregada, seguido da discussão de resultados entre a entrevista concedida pela coordenadora pedagógica e o referencial teórico, de modo a subsidiar a conclusão do artigo.

## **1 Referencial Teórico**

O referencial teórico do presente estudo está dividido em quatro segmentos, apresentando-se inicialmente a conceituação de economia solidária, seguido pelo de empreendimento social, um terceiro explicando a institucionalização das políticas públicas voltadas a economia social, e no quarto segmento versa sobre a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo.

### **1.1 Economia Solidária**

Para Lima e Souza (2014, p. 146) o movimento da Economia Solidária (ES) tinha como cerne a implantação de associações e cooperativas voltadas ao combate ao desemprego, à inclusão de jovens, idosos e excluídos do mercado de trabalho, aplicando formas de autogestão na organização do trabalho e da propriedade coletiva dos meios de produção, em uma economia distinta da capitalista, mas funcionando dentro desta última.

Segundo França Filho (2002 b), a noção de ES baseia-se na concepção moderna de solidariedade, originária do movimento associativista operário do século XIX na Europa que se consubstanciou em resistência popular e abriu espaço para experiências solidárias influenciadas pelo ideário mutualista. França Filho (2002a, p. 13) aponta que a ES implica no questionamento de relação entre economia e sociedade, colocando como regulação alternativa a “questão de escolha de um projeto político de sociedade, na medida em que articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos”.

França Filho (2002 b) defende ainda que seria aceitável a idealização de “um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado”, onde se identificaria o espaço social como “lugar de produção de riqueza e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda”. De tal modo, para o autor, iniciativas solidárias se vinculariam as demandas reais da sociedade, além de colocar em xeque a lógica financeira de maximização do retorno do capital investido.

Já o conceito de ES para Gaiger (2009), decorre das agitações sociais incitadas pela Revolução Industrial, o que estimularia o associativismo como forma de gestão autônoma e democrática, com disseminando-se entre classes operárias e camponesas no século XIX na Europa. Dada essa leitura inicial Gaiger (2004, 2009) conceitua a ES como conjunto de iniciativas de agregação democrática de trabalhadores que visam rendimento econômico, qualidade de vida, institucionalização das classes sociais mais vulneráveis com o reconhecimento destas pelas esferas públicas e, atuação cidadã pela via do trabalho de modo a constituir um movimento social influente.

O termo Economia Solidária só ganhou expressão no Brasil nos anos 1990 no Brasil, à medida que diversas categorias sociais se organizassem em modalidades produtivas, e assim, disseminassem unidades informais de geração de renda, sistemas locais de troca, associações de produtores e consumidores, comunidades produtivas autóctones, cooperativas voltadas à produção de bens e à prestação de serviços, caracterizando as iniciativas econômicas de natureza associativa e práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2013, p.212).

Devido as críticas ao sistema de produtivo capitalista, sobretudo ao modelo exploratório a este associado, segundo Singer (2002), houve a necessidade da criação de mecanismos econômicos com novo formato e mais próximos ao modelo cooperativo. Conseqüentemente, de acordo com o autor, esta nova formulação deveria aumentar a atenção as dimensões ambiental, cultural e social, para o desenvolvimento de novos modos de consumo e produção.

O novo formato econômico delineado acima, na percepção de Singer (2002), configuraria a ES, posto que está para o autor, torna-se alternativa que coexiste com o próprio sistema hegemônico, fornecendo meios para o desenvolvimento sustentável. Mais profundamente Singer (2002), concebe a ES como modelo de organização da produção, da distribuição e do consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidades de todos.

Singer (2002) destaca características da ES tais como: autogestão, autonomia de cada unidade ou empreendimento e a igualdade entre os participantes ou membros. Ou seja, para o autor a ES incentiva a refletir e a acreditar noutra conformação da economia, onde a “solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”

Resumidamente a concepção de ES baseando-se nos entendimentos de França Filho (2012 b), Gaiger (2004, 2009) e Singer (2012) é a conformação da possibilidade de consumo, distribuição e produção de riqueza, operando na geração de trabalho e renda em dado território sob a igualdade de direitos e responsabilidades dos atores que detêm os meios de produção. Mas, que harmonicamente e solidariamente dividem renda, incluem sujeitos excluídos do mercado de trabalho, por meio de associações e práticas de cooperação e autogestão.

## 1.2 Empreendedorismo Social

Para Fillion (1999 *apud* ONOZATO e RIVANDA, 2013, p. 49) há imprecisão quanto à definição do termo empreendedorismo gerando divergência sobre seu entendimento. Segundo o autor, há uma corrente que associa o empreendedor com inovação destacando-se dentre seus defensores Richard Cantillon, que inclusive é o primeiro a explicar a função empreendedora. E, Jean Baptiste Say, economista que associa o papel inovador a disposição de assumir riscos, desde que aufera chances de lucros aos empreendedores.

A segunda corrente, ainda de acordo com Fillion (1999 *apud* ONOZATO e RIVANDA, 2013) é a comportamentalista, destacando-se aspectos criativos e intuitivos. Características estas que para Baggio e Baggio (2014, p. 26) colaborariam para o comportamento proativo do empreendedor diante de pontos que carecem de resolução. Ainda de acordo com Baggio e Baggio (2014, p. 26), o empreendedorismo consistiria no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio às oportunidades e aos riscos.

A assimilação do conceito de empreendedorismo e suas vertentes expostas acima pelo empreendedorismo social de acordo com Dees (2001) decorre das características intrínsecas e

comuns aos dois tipos de empreendedorismo. Contudo, Silva e, Mota e Borges *et al.* (2012, p.106) entendem que as características relacionadas ao empreendedorismo social e sua finalidade básica englobam os trabalhos realizados pelo empreendedor social, que objetiva a maximização dos retornos sociais.

O empreendedorismo social, de acordo com SILVA *et al.* (2012, p. 109), indica tendências e soluções inovadoras de modo a inspirar e engajar pessoas a trabalharem coletivamente, na solução de problemas sociais e ambientais desconhecidos ou entendidos em perspectiva diferenciada. Grenier (2006, p. 121 apud CRUZ, 2012, p. 18) observa que o campo do empreendedorismo social “não é composto apenas por empreendedores sociais individuais, mas também por outras organizações e iniciativas que ajudam na promoção do empreendedorismo social”, fato este descrito por Bornstein (2007):

O empreendedorismo social não é sobre algumas pessoas extraordinárias salvando o dia para todo mundo. No seu nível mais profundo, trata-se de revelar possibilidades que estão atualmente invisíveis e liberar a capacidade dentro de cada pessoa para remodelar uma parte do mundo. Ele não requer uma educação de elite, o que exige é uma bagagem.

### 1.2.1 Empreendedorismo Social Solidário

Silva *et al.* (2012, p. 11) propõem que o Empreendedorismo Social Solidário evolua de forma a integrar politicamente as esferas públicas governamentais e não-governamentais, devem estas gerar a fomentar a participação cidadã e a democratização no debate da coisa pública, servindo assim como catalisador da cooperação, com o fortalecimento da fraternidade e da solidariedade.

Gaiger (2003) relata os empreendimentos econômicos solidários podem se apresentar na forma de associações, cooperativas, grupos de produção e empresas autogeridas combinadas com atividades econômicas e ações educativas e culturais. Valorizando o compromisso com coletividade social em que se inserem, exibindo, portanto, alternativas a lógica mercantil capitalista.

O papel da autogestão e da cooperação nas mudanças no mundo do trabalho, de acordo com Gaiger (2003b), é de demonstrar que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas frente ao modo de produção capitalista, mas, opostas à forma social de produção assalariada onde o capital emprega o trabalho, sendo no caso dos empreendimentos solidários os trabalhadores é que empregam o capital.

### 1.3 Políticas Públicas em Economia Solidária

Há diferentes acepções de política pública na literatura especializada o que denota vieses tal como o social defendido por Peters (1986), que entende esta como somatória das atividades dos governos que operam direta ou indiretamente de maneira a influenciar a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006).

Ainda na linha social da concepção de políticas públicas, Bucci (2006) aprofunda a definição, agora descrevendo políticas públicas como programas de ações governamentais que articulam os meios estatais disponíveis e as atividades privadas para a consecução de objetivos e interesses públicos, desde que socialmente relevantes e politicamente determinados.

Tomando-se como base a definição de Bucci (2006) sobre políticas públicas, entende-se o relato de Silva (2010 apud NAGEM e SILVA, 2013, p. 162) sobre o denominado Programa de Economia Popular Solidária (Ecopopsol) do governo do estado do Rio Grande do Sul (1998-2002) e que é considerado pioneiro no país como estratégia de política pública em ES, constando entre seus principais eixos: a aprendizagem em autogestão; a capacitação profissional; o financiamento adequado; a comercialização; e a incubação de empreendimentos solidários.

Contudo, para Lima e Souza (2014, p.160) o movimento de ES fortaleceu-se e ganhou espaço nas políticas públicas apenas em governos ditos progressistas nos âmbitos municipal, estadual e federal, depois da criação de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no ano de 2003, no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, Schiochet (2009, p. 57) indica que a ES promoveu iniciativas de desenvolvimento de instrumentos de geração de renda e coesão social. Assim sendo, segundo o autor, a decorrência natural seria para o enfrentamento das questões sociais ativamente pelo Estado, por meio da instituição de políticas públicas que compusessem equipes qualificadas de gestores em ES, alocação de recursos, e a integração do Estado à economia das comunidades.

Quanto a continuidade de projetos de geração de renda em ES Alcântara (2014, p. 143) destaca a regulamentação como forma de fixar diretrizes e instituir políticas de Estado. Opinião semelhante a de Ortizoga (2014, p. 250), quando este explicita que a implantação de políticas públicas permanentes com vistas ao desenvolvimento local e regional contínuo, devem ser voltadas à permanência e a efetivação dos projetos e programas de trabalho e renda por meio de experiências em ES.

Ainda que o precursor da ES no caso brasileiro tenha sido um estado, Alcântara (2008) considera que a tendência é de crescente na municipalização e responsabilização das políticas públicas de emprego e geração de renda. Pois, a conformação entre políticas públicas e a governança pública municipal, no entendimento de Ortizoga (2014, p. 254), tem papel central na emancipação social e produtiva. Uma vez que, o estímulo a empreendimentos de ES em nível local faria sobressair nas comunidades potencialidades endógenas para o acréscimo de atividades produtivas solidárias.

Então, de acordo com Alcântara (2014, p. 141), por meio da oferta estatal de capacitação e assistência técnica, promover-se-ia a geração de um tipo de “massa crítica local”, que por seu turno, corroboraria na difusão da cooperação e da autogestão entre os capacitados. Contudo, o autor, destaca para que a “massa crítica local” seja consolidada, necessita-se que o programa de geração de renda garanta o desenvolvimento autônomo, qualificando sujeitos em atividades atraentes, para que ao final emancipem-se de projetos de ES.

A problemática da institucionalização das políticas públicas em ES está para além da questão governamental (SCHIOCHET, 2009, p. 58). Para o autor, a complexidade é verificável pelo caráter transversal, trajetória e a identidade destas políticas resultando “evolução em meio a políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico etc.”. Assim, a ES pelo ponto de vista de Schiochet (2009), a institucionalização das políticas públicas em ES devem levar em consideração a formação da agenda dos governos indiferentemente da esfera em análise.

### 1.3.1 Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários

Conquanto metodologias de incubação sejam distintas em função de organizações e objetivos, Cançado e Cançado (2009), indicam metodologia e características comuns, baseando-se nas premissas seguintes: realização de ações conjuntamente ao associado e não para o associado, de forma a não reduzir a autonomia do grupo incubado; fidedignidade de diagnósticos e medições na evolução da incubação; os processos de incubação variam de grupo para grupo; o *feedback* apresentado ao grupo deve subsidiar a reflexão e potencializar a exposição de soluções a problemas identificados, ou mesmo corroborar para melhorar a incubação como um todo.

Ainda que as incubadoras sociais sejam um grupo específico dentro do universo de incubação, estas de acordo com Calbino e Paula (2013), extrapolam a concepção habitual.

Porquanto, os processos destas ofertam mais do que o simples apoio técnico-jurídico como forma de ampliar as chances econômica dos empreendimentos ou lhes garantir sustentabilidade. As incubadoras sociais, para além da geração e renda, detêm caráter político e fomentam a mudança social e através de transformações das relações de trabalho e consequente geração de renda.

A incubadora de projetos de gestão social e os atores de gestão social compartilhada, de acordo com Moretto Neto, Garrido e Juste (2011), incluem mecanismos básicos para o fomento do empreendedorismo no campo da administração pública. E, neste caso, segundo os autores as diversas esferas públicas e universidade têm proeminente papel de agente formador, capaz de incentivar a educação, à inclusão social e à cidadania. Assim como, a ES abre espaço para novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil organizada e mercado (MORETTO *et al.* 2011).

Dentre as possibilidades de articulação proposta por Moretto *et al.* (2011), está a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) que foi instituída pela lei municipal n. 15.764, de 27 de maio de 2013 e faz parte da Coordenadoria de Participação Social e Gestão Estratégica, localizada no Centro Público<sup>1</sup> na região do Cambuci.

A implantação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) na IPEES de acordo com Fanti (2014) é dividida em duas fases. A primeira é por sua vez particionada em: pré-incubação organizada em sensibilização; mobilização e capacitação de potenciais das pessoas ou grupos a serem incubados. E, a segunda fase que objetiva ampliação de grupos, firmação e promoção de iniciativas geração de trabalho e renda pautadas pelos princípios e valores do cooperativismo em ES.

Resumidamente a ES segundo França Filho (2012 b), Gaiger (2004, 2009) e Singer (2012) é uma prática em que os trabalhadores empregam o capital em associações, aplicam

---

<sup>1</sup> [...] teria a função de promover eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre os empreendimentos e a sociedade, de modo a articular e potencializar as iniciativas de fomento à ES, direitos humanos e trabalho decente no município, tendo como função a promoção de eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre estes empreendimentos e a sociedade. O Centro Público é um equipamento que cumpre a etapa de organizar os grupos de forma individual (cooperativa), ou agrupar-se em redes, com a finalidade de vender seus produtos em maiores quantidades. Além disso, deve incentivar a inclusão social e profissional de grupos em situação de vulnerabilidade, em especial LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros); população em situação de rua, mulheres, jovens, migrantes, imigrantes e idosos. (FANTI, 2016, p. 24)

práticas de cooperação e de autogestão de maneira solidária, para que se gere trabalho e renda, incluindo-se pessoas ao mercado de trabalho.

Mas, para que a prática produtiva em ES torne-se viável há a necessidade da institucionalização das políticas públicas e a inserção destas no debate nas agendas públicas nas três esferas governamentais (SCHIOCHET, 2009, p. 58). É neste espaço de debate que se identifica a relevância do projeto da IPEES. Pois, demonstra-se a viabilidade e a responsabilidade estatal como fomentador de EES e destes como meio de inclusão social, de geração de emprego e renda, e da emancipação de sujeitos.

## **2 Metodologia**

Como forma de atingir seus objetivos, o trabalho aqui exposto aplicou o método de pesquisa exploratória descrita por GIL (1999) como “pesquisas que objetivam proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, no caso com variáveis qualitativas.

Tendo em vista a complexidade e a subjetividade do tema deste estudo optou-se pela análise de dados primários, escolheu-se a entrevista em profundidade como instrumento de coleta de dados. Alternativa está alinhada ao entendimento de Gil (1999), quando este indica que entrevistas em profundidade, colaboram para o esclarecimento de fatores inconscientes e por serem flexíveis, possibilitam a harmonização destas a diferentes entrevistados, proporcionando maior nível de acurácia da pesquisa.

Baseando-se na ideia anterior, aplicou-se um roteiro semiestruturado composto por perguntas abertas focadas. Uma vez determinada a forma e o instrumento de coleta de dados, agendou-se para o segundo semestre de 2016 a entrevista com o gestor público responsável pela implantação da IPEES. Permitindo a gravação da entrevista em formato de áudio MP3 com duração de duas horas e trinta minutos e, posterior transcrição e análise do conteúdo como detalhar-se-á no tópico procedimentos de análise e Interpretação dos dados.

Salienta-se também que anterior a aplicação da entrevista com o gestor, consultou-se a legislação pertinente a IPEES, assim como, bibliografia acadêmica pertinente, objetivando apreciar a organização em sua estrutura hierárquica e funcional, permitindo a identificação da pessoa com maior responsabilidade na IPEES.

## **3 Procedimentos de análise e interpretação dos dados**

Visto que ainda há exígua literatura na área de EES assim como é recente tanto o Centro Público paulistano e a Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários da Prefeitura de São Paulo (IPEES), optou-se por construir um roteiro de perguntas abertas a baseando-se no trabalho de Priscila Macedo Etchebest do ano de 2013, intitulado “Empreendedorismo social: um estudo de caso na incubadora de projetos de engajamento social Engage”.

Ajustando-se as perguntas ao contexto do objeto a ser estudado aplicou-se um total de dezoito questões abertas a coordenadora pedagógica do projeto da IPEES, sendo que este questionário semiestruturado foi então subdividido em três blocos: a) história do gestor na IPEES; b) a situação atual da IPEES e; c) aspectos gerais e característicos da IPEES.

No primeiro bloco a título de exemplo questionou-se a gestora do projeto o seguinte “Qual é a sua função dentro da incubadora de projetos econômicos sociais?”. Dentre as quatro perguntas do segundo bloco selecionou-se as seguintes questões: “Quais são os principais parceiros e apoiadores da Incubadora de Projetos Econômicos Sociais” e “Como está disposta a estrutura organizacional Incubadora de Projetos Econômicos Sociais?”.

No último bloco do roteiro da entrevista, formado por onze questões destacam-se três expostas a seguir: “Como você define a Incubadora Pública de Empreendimentos Sociais Solidários como organização pública?”; “Utilizam-se medidas quantificáveis de desempenho, como indicadores sociais?”; e “Qual é a visão da Incubadora Pública de Empreendimentos Sociais Solidários sobre o processo de criação de valor social, levando-se em conta seu portfólio atual de projetos?”.

A forma como estruturou-se o roteiro de perguntas, possibilitou a interpretação e a análise os dados colhidos na entrevista, e posterior transcrição e categorização dos mesmos. O que permitiu o aprofundamento da compreensão e da interpretação dados coletados na entrevista em profundidade, gerando informações relevantes e identificação de tópicos de análise, e possibilidade de confrontar as respostas dadas com o referencial teórico, sobretudo o relacionado as políticas públicas.

#### **4 Resultados/Análises**

O primeiro ponto identificado na entrevista é de que a coordenadora pedagógica do projeto da IPEES já trabalhou na incubadora da Universidade de São Paulo (USP) desde sua fundação junto com Paul Singer, um dos ícones em ES no país. Além desta experiência salutar,

a entrevistada foi pesquisadora no Núcleo de Economia Solidária da mesma instituição, o que denota o cuidado pelo poder público municipal em reunir pessoas com experiência e capacitação adequada para o projeto da incubadora pública social e destaca que “esta experiência diferencia-se da USP, pois há a autogestão”.

O esmero na seleção dos colaboradores do projeto da IPEES é identificável pela modalidade de escolha dos contratados, o edital público. Dado este que colabora para a estruturação não-hierarquizada e preconizada na concepção desta incubadora pública, e destacado por Singer (2002) no trecho “igualdade entre os participantes ou membros”, situação está que auxilia o gestor referente a qualificação de seus colaboradores.

A entrevistada destaca que no caso da definição dos grupos a serem incubados passam necessariamente pelas fases de mobilização, sensibilização, pré-incubação, incubação e pós-incubação, semelhante a classificação de Fantini (2014). Esta estruturação teórica é aplicada na IPEES, tanto que há uma seleção de projetos econômicos solidários a serem incubados, e, neste sentido o gestor analisa e averigua a viabilidade do grupo e do projeto avançarem, assim como, avalia a capacidade destes introjetarem a concepção e as nuances de um EES.

Aprofundando-se no aspecto da experiência das pessoas responsáveis pela IPEES na entrevista, identificou-se nas falas da coordenadora pedagógica, que muitos dos colaboradores do projeto são provenientes das incubadoras da USP e da Prefeitura do Município de Osasco, quanto a esta última a coordenadora lembra que “nós aplicamos algumas das metodologias da incubadora de Osasco, e a aperfeiçamos e sistematizamos, pois, a metodologia precisa avançar”.

No parágrafo anterior o entendimento do gestor é que a experiência acumulada dos colaboradores é um ponto a favor da IPEES, ainda que estes possuíssem singularidades tanto de estrutura quando do perfil de pessoal, sendo assim, um agregador de informações para a consolidação e avanço metodológico da incubadora, de maneira que está também se coloque como uma experiência adaptada as demandas de serviços e produtos tanto dos incubados, quanto do mercado consumidor deste tipo de produto.

A entrevistada adverte que ainda que parte dos colaboradores detenham experiência com incubadoras, há a necessidade de reuniões semanais com o uso de práticas pedagógicas ativas. Tais como jogos cooperativos, dinâmicas de grupo e leituras coletivas solidárias entre os componentes do grupo, para que se consolide o alinhamento conceitual frente a conjuntura social dos grupos incubados.

Seguindo a tendência de inclusão e de diversidade que é intrínseca a uma política pública em ES, o perfil dos educadores contratados por edital público optou por duas categorias. A primeira formada por pessoas com experiência em trabalhos sociais e graduadas (educador 1), e uma segunda categoria de colaboradores, onde não é obrigatório o ensino superior (educador 2), mas, é necessária experiência em ES e/ou projetos sociais identificada na fala “experiência por exemplo na periferia ou educação popular, ou seja temos um grupo bem diverso”. Tal categorização foi assim instituída para que não se repetisse o modelo de incubadoras universitárias, onde os contratados geralmente são alunos e os coordenadores docentes, e portanto diminuindo a diversidade de pessoas e ideias.

A entrevista em diversos pontos tocou na questão da diversidade e representatividade social dos incubados como na fala “mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos, pessoas com perfil mais acadêmico e pessoas com perfil mais prático, há uma diversidade bem grande e bem legal aqui na incubadora”. Contudo a coordenadora pedagógica adverte que no caso das mulheres, os parceiros cobram destas a responsabilização exclusiva sobre a educação de filhos menores.

A IPEES também articula-se com as secretarias e as coordenadorias do município, as organizações da sociedade civil que tratem dos interesses de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) como da organização não governamental Transcidadania. Além de atentar-se com a geração de trabalho e renda em ES a grupos socialmente vulneráveis como população de rua (FANTINI, 2014).

Como é perceptível a IPEES coloca-se como política social, visto que, o espaço e a intenção do projeto é a emancipação dos incubados com a geração de emprego e renda. Então, a incubadora é o espaço de construção de soluções ativas entre os incubadores, os colaboradores da IPEES e o prefeitura paulistana. Cada qual com seu papel, interesse e vontade em transcender a situação de vulnerabilidade social, econômica ou limitações no campo do gênero e raça, consolidando desta maneira o entendimento como política social de emancipação.

Reforçando o entendimento anterior, Gaiger (2003) relata que EES se apresentam como redes solidárias com a combinação de atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural autogeridas. Tomando-se a acepção do autor a IPEES, fomentaria a criação de cooperativas e redes cooperação, disponibilizando “assessoria jurídica, de *design* de produtos” e, contribuiria para a criação de planos de gestão.

Adicionalmente, a IPEES garante a exposição dos produtos em espaços de grande circulação como os mercados públicos e praças da região central paulistana como indicado no

trecho da entrevista “mercado municipal, mercado de pinheiros, praça Benedito Calixto”, para que estes funcionem como pontos de comercialização dos grupos incubados. Mas, sempre valorizando o compromisso com a coletividade e reforçando a ideia de economia solidária como alternativa a capitalista.

Constatou-se também na entrevista a coordenadora pedagógica da IPEES que afora a questão produtiva e geração de trabalho e renda. É transversal ao projeto a leitura social, sustentabilidade, comércio justo e desenvolvimento local. Ou seja, a política pública em ES em curso no município de São Paulo, aponta para empreendimentos que estruturam pessoas fato esse identificado quando a coordenadora indica a parceria entre a IPEES e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, para que se valorize a criatividade e a capacidade de opinar dos cooperados.

Assim, os empreendimentos econômicos solidários incentivados pela IPEES contribuem para a distribuição mais homogênea de renda sobretudo quanto ao gênero, pois, segundo a “ grande parte da economia solidária são as mulheres que participam mais, eu acho que, pois, tem um tem trajetórias diferentes das dos homens. Pois, param de trabalhar para cuidar dos filhos”.

## **5 Conclusões/Considerações Finais**

Tomando-se os dados coletados na entrevista junto a coordenadora pedagógica da IPEES, e os integrando ao referencial teórico conclui-se que a incubadora pública já presta relevante papel social. Já que, traz ao debate o papel do Estado como fomentador de EES, e no empoderamento de grupos historicamente excluídos pela valorização social do trabalho, o estímulo a criatividade em cooperativas solidárias, o enaltecimento da questão de gênero no campo do trabalho, e a difusão da sustentabilidade em seus diversos aspectos.

Outro ponto que merece destaque é o processo de tomada de decisão na IPEES, pois, há uma complexa relação entre a burocracia municipal e a estrutura organizacional horizontalizada da IPEES. A primeira é tipicamente hierarquizada e executada por agentes públicos governamentais, já a segunda possui natureza horizontalizada e é gerida por colaboradores de perfil mais técnico não necessariamente estatais, contudo, mantidos com recursos públicos. E, parte destes selecionados em função de sua experiência em ES.

Como explicado no parágrafo anterior a complexidade de se estruturar um projeto como a IPEES é intrínseca a um empreendimento governamental como este. Portanto, a experiência

do gestor público conjuntamente com a opção por lançar editais de contratação diferenciados quanto a formação superior de educadores e a articulação inter e intragovernamental, gerou uma rede estratégica e colaborativa. Dando sustentabilidade técnico-política ao projeto, ainda que a instabilidade político-eleitoral gere riscos a manutenção de projetos deste tipo.

Constata-se que a administração pública, aqui identificada como a Prefeitura do Município de São Paulo, é seminal por disseminar, fomentar e articular entre vários atores políticos a concepção da IPEES. Por parte do legislativo, há também entendimento da importância da ES, tanto que tramita na câmara paulistana um projeto-de-lei que reserva 30% das compras públicas a produtos/serviços gerados pela ES.

O estudo detectou a necessidade da criação de indicadores de evolução desta política pública em ES e seus impactos sobre a geração trabalho e renda. Sendo assim aconselhável a pesquisas de monitoramento o aperfeiçoamento teórico nestas áreas, para que se averigüe futuramente a efetividade deste projeto ou análogos.

## Referências

- ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. Campo Grande, **Interações**, vol.15, n.1, jan./ju. n. 2014.
- ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LOBLER, M. L. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, abr./jun. 2016.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.
- BORNSTEIN, D. *How to change the world: social entrepreneurship and the power of ideas*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Lei nº 15.764**, de 27 de maio de 2013. Disponível em: <[http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios\\_juridicos/cadlem/integra.a.sp?alt=28052013L%20157640000](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.a.sp?alt=28052013L%20157640000)>. Acesso em: 07 set. 2016.
- BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CALBINO, D.; PAULA, A. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Revista Gestão Contemporânea**. Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez. 2013.
- CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. 2. ed. Palmas: Futura, 2009.
- CRUZ, G. As duas faces do empreendedorismo social. **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 5, n. 1, p. 9-20, 2012.
- FANTI, M. O Pão Compartilhado. **República**. Ano 5, ed. 23, jan. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a.

\_\_\_\_\_, G. C. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação**. In: FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILLE, J. Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002b.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da Ites/UFBA. **Organização e Sociedade**, v. 16, n. 51, 2009.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013.

\_\_\_\_\_, L. I. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, A. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143, 2003a.

\_\_\_\_\_, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez., p. 181-211, 2003b.

\_\_\_\_\_, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

\_\_\_\_\_, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009.

\_\_\_\_\_, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Outra economia*, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

\_\_\_\_\_, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

\_\_\_\_\_, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, v. XXI, n. 2, p. 513-545, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. São Paulo, **Lua Nova**, n. 93, p.139-168, 2014.

MORETTO NETO, L. M.; GARRIDO, P. O.; JUSTE, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. Rio de Janeiro, **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 828–845, set. 2011.

NAGEM, F. A.; SILVA, Sandro P. S. Institucionalização execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

ONOZATO, E.; RIVANDA, M. T. Empreendedorismo Social e a Criação de uma Organização do Terceiro Setor: o estudo de caso da aliança empreendedora. Santa Cruz do Sul, **REDES**, v. 18, n. 1, p. 43-66, jan./abr. 2013.

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 6, p. 241-257, dez. 2014.



SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_, P. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho**, n. 39, p. 42-48, mai. 2009.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In: Economia solidária e políticas públicas*. **Ipea**, n. 40, 2009.

SILVA, F. P. S.; MOTA, L. S.; BORGES, R. A. S. B.; COUTO, T. S. C.; SILVEIRA, T. C. Empreendedorismo Social. **Revista Científica FacMais**, v. 2, n. 1, 2012.

## **Economia Solidária e a organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil: Classe em movimento?**

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Filiação Institucional: PPGCS/UFCG

Agência de fomento: CAPES

E-mail: thelfrs@yahoo.com.br

### **Resumo**

Observando o percurso histórico de organização dos catadores(as), nos indagamos se não estamos diante de um fenômeno que Thompson nomeou de classe em movimento. Desta inquietação surge este artigo, com o objetivo de analisar se, historicamente, a organização dos catadores(as) de materiais recicláveis em torno da proposta da Economia Solidária tem possibilitado a ação coletiva destes trabalhadores, configurando um fenômeno de classe em movimento, ponderando se o conceito de classe se aplica ao caso dos catadores. Este artigo baseia-se em resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, razão pela qual as questões levantadas ainda estão em aberto. A metodologia adotada pode ser classificada como exploratória e qualitativa. Os métodos de pesquisa incluíram observação e incursões etnográficas. Como instrumentos de pesquisa utilizamos levantamento bibliográfico, análise de dados quantitativos secundários e da legislação vigente, diário de campo e entrevista semiestruturada. A análise desenvolvida nos leva a considerar que os conceitos de classe em movimento e de auto construção da classe trabalhadora de Thompson se aplicam ao caso dos catadores(as) no Brasil.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Catadores de Materiais Recicláveis, Organização do Trabalho, Ação Coletiva, Classe.

## **Introdução**

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por acontecimentos que trouxeram grandes mudanças no modo de produção hegemônico, nas relações de trabalho e na opinião pública sobre diversas questões relacionadas ao trabalho, ao meio ambiente e às desigualdades sociais. Tais mudanças parecem ter criado as condições mínimas para a organização coletiva dos catadores(as) de materiais recicláveis, transformando as relações entre estes trabalhadores e outros atores sociais e a visão da sociedade sobre esta atividade.

Com a crise do trabalho assalariado iniciada na década de 1970, ressurgiu o debate sobre cooperativismo e autogestão, que em 1980 passa a receber o nome de Economia Solidária (ES) (LEITE, 2009). Concomitantemente, cresce a preocupação com a questão do meio ambiente e da gestão do lixo. Do fortalecimento destes debates surgem as primeiras experiências de organização dos catadores(as) de materiais recicláveis em associações e cooperativas (LEITE, 2012; LIMA, 2015). Com o apoio de diversos atores sociais, os catadores e catadoras do Brasil iniciaram uma jornada de organização coletiva que já dura quase três décadas.

Hoje, uma parcela dos catadores(as) encontra-se organizada localmente, em cooperativas ou associações; regionalmente, em redes de comercialização; nacionalmente em movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) e os Fóruns de Economia Solidária; e internacionalmente, em articulações do movimento dos catadores. A organização destes trabalhadores(as) tem possibilitado o desenvolvimento de estratégias de ação coletiva que garantiram conquistas legais e sociais (LEITE, 2012; LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015).

Observando o percurso histórico de organização dos catadores(as), nos indagamos se não estamos diante de um fenômeno que Thompson (1987) nomeou de classe em movimento. Desta inquietação surge este artigo, com o objetivo de analisar se, historicamente, a organização dos catadores(as) de materiais recicláveis em torno da proposta da Economia Solidária tem possibilitado a ação coletiva destes trabalhadores, configurando um fenômeno de classe em movimento, ponderando se o conceito de classe se aplica ao caso dos catadores.

Este artigo baseia-se em resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, razão pela qual as questões levantadas ainda estão em aberto. Até o momento, apoiamos-nos na bibliografia sobre a organização dos catadores(as) no Brasil e na observação empírica dos catadores(as) no estado da Paraíba. Adotamos uma metodologia exploratória e qualitativa,



tendo por métodos de pesquisa a observação e incursões etnográficas. Como instrumentos de pesquisa utilizamos levantamento bibliográfico, análise de dados quantitativos secundários e da legislação vigente, diário de campo e entrevista semiestruturada aplicada a catadores(as), representantes de entidades de apoio e gestores públicos.

## **1. O processo de organização dos catadores(as) no Brasil**

Para entender as circunstâncias que possibilitaram a organização coletiva dos catadores(as) é preciso pensar o contexto macrossocial em que esta teve início. Com a falência do “Estado de Bem Estar Social”, a emergência do neoliberalismo e a reestruturação produtiva decorrente do surgimento do modelo toyotista, ocorre o processo de flexibilização do trabalho, que enxugou quadros industriais e expulsou milhares de trabalhadores do mercado formal (ANTUNES, 2011). A crise dos anos 1970 teria gerado a exigência de uma maior “qualidade” de vida, reivindicação de um crescimento qualitativo e de uma política do nível de vida que leve em conta a participação na vida social e a preservação do meio ambiente. Nesse cenário, a década de 1980 foi marcada pela renovação das atividades associativas, que assistem tanto uma alternativa à crise do emprego como o desejo de “trabalhar de outra maneira” (LEITE, 2009).

A atividade de catação não é uma novidade – este é um trabalho comum e uma forma de sobrevivência desenvolvida por uma parcela da sociedade que se encontra excluída socioeconomicamente em diversas partes do mundo (RODRIGUÉZ, 2005; SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013; LIMA, 2015). Desde a década de 1960 já existiam no Brasil experiências de aproximação com catadores, muitas apoiadas pelas pastorais da Igreja Católica, ONGs e universidades. Mas é a partir da década de 1980 que estes e outros atores passam a incentivar os catadores(as) a se organizarem em associações e cooperativas autogestionárias, buscando encontrar formas de trabalho e renda para esta camada da população, e ainda soluções a problemas sociais e ambientais (LEITE, 2012; LIMA, 2015).

Durante a década de 1990 se intensificam os debates acerca da Economia Solidária e da Gestão dos Resíduos Sólidos. Este último ganha força a partir do crescimento demográfico das grandes cidades, do aumento do consumo e da produção de lixo, e, principalmente, da emergência da indústria da reciclagem ou do “negócio do lixo” (RODRÍGUEZ, 2005; ANDRADE, 2015; LEITE, WIRTH e CHERFEM, 2015). O fortalecimento destes debates e o desemprego causado pela crise da década de 1990, que levou muitas pessoas a passarem a viver da catação, multiplicaram as experiências de associações e cooperativas de catadores(as).

Da articulação de atores ligados aos movimentos sociais e do envolvimento de cada vez mais catadores(as) nas discussões sobre tais temas, surge o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em 1999, fundado oficialmente em 2001 (LEITE, 2012). As primeiras conquistas advindas da ação coletiva dos catadores(as) foram o reconhecimento formal da profissão, através do registro no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) em 2002 (AMORIM, 2012), e a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (LEITE, 2012).

As políticas públicas voltadas aos catadores(as) no Brasil surgem tanto no âmbito da ES, através da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como no âmbito da discussão acerca da gestão dos resíduos. Converging em alguns objetivos: fortalecer a organização dos catadores(as) em associações ou cooperativas, garantindo a inserção socioeconômica destes trabalhadores(as) e os direitos básicos a esta parte da população (LEITE, 2012). Estas políticas visam facilitar a organização dos catadores(as) e integrá-los à gestão dos resíduos sólidos<sup>1</sup>.

Municípios que garantiram a implantação da lei, vem provando que a inserção dos catadores na gestão ambiental pode trazer resultados positivos (LEITE, 2012). Entretanto, Leite (2012) destaca que a tendência à privatização somada à inexistência de uma tradição de realização da coleta seletiva contribuem para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos. Por figurar uma das maiores licitações públicas, o imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão que leve em conta o interesse social. Leite, Wirth e Cherfem (2015) ressaltam que a possibilidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) modificar efetivamente a realidade dos catadores, não é muito grande, em virtude do lobby das grandes empresas de lixo e reciclagem, interessadas em continuar controlando a cadeia e explorando o trabalho dos catadores. Assim, é necessário que o MNCR continue avançando na luta contra a grande indústria da reciclagem.

Outras conquistas alcançadas pelo MNCR foram o Programa Pró-Catador e o Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE). Apesar de receber críticas, os benefícios advindos do CATAFORTE vem

---

<sup>1</sup> O marco legal de conquistas dos catadores(as) pode ser consultado em Amorim (2012); Leite (2012); Leite, Wirth e Cherfem (2015); Santos (2016).



sendo reconhecidos por pesquisadores (AMORIM, 2012; ANDRADE, 2015) e pelos catadores(as) entrevistados (SANTOS, 2016).

Destacamos que o atual cenário político do Brasil vem ameaçando as conquistas dos catadores(as). Com o Impeachment de Dilma Rousseff, Michael Temer assumiu a presidência, modificando estruturas governamentais, alterando o plano de governo e revendo prioridades orçamentárias. Ainda em 2016, entidades de apoio que têm parceria com a Senaes receberam a visita do MTE para avaliação dos convênios. Fomos informados de que a Senaes operava no final de 2016 com cerca de 40% do orçamento com o qual contava antes da saída de Dilma, e que nem os funcionários da Secretaria sabem o futuro desta, mostrando-se preocupados com a continuidade dos projetos e com o futuro da Economia Solidária (SANTOS e GUEDES, 2017).

## **2. Organização dos catadores na Paraíba: Lutas e conquistas**

Conforme o Censo Demográfico de 2010, existem 387.910 catadores(as) no território brasileiro. A divisão regional aponta que o Nordeste vem em segundo lugar, concentrando 116.528 pessoas, o que representa 30,6% dos catadores(as) do Brasil. Os dados revelam que a Paraíba apresenta 10.445 catadores(as) (SILVA, GOES e ALVAREZ, 2013). Destacamos que os dados do IPEA inclui catadores(as) não organizados, que trabalham individualmente. Ressaltamos ainda que o MNCR discorda dos números, indicando que há cerca de 1 milhão de catadores(as) no país.

Visando conhecer um pouco do universo dos catadores(as) organizados em empreendimentos econômicos solidário (EES), trazemos dados do segundo Mapeamento Nacional (SIES, 2013), que identificou um total de 19.708 EES no país, destes, 40,8% encontram-se no Nordeste. A Paraíba concentra 5,2% dos casos mapeados no Nordeste, são 416 EES, envolvendo 13.757 sócios(as). A quantidade de EES de catadores é baixa comparada ao total. São 606 casos identificados no Brasil, 60 casos do Nordeste e 03 casos na Paraíba. Infelizmente o mapeamento nacional não foi capaz de identificar todos os casos de ES no país<sup>2</sup>.

De acordo com a coordenadora estadual do Programa CATAFORTE e técnica do Projeto de Ações Integradas<sup>3</sup>, existem na Paraíba 14 cooperativas/associações de catadores(as) de

---

<sup>2</sup> Observando as reuniões do Fórum de Economia Solidária, identificamos um dos motivos para a diferença entre os números do mapeamento e a realidade: muitos EES ainda não estão cadastrados no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), que é a principal fonte de informação do mapeamento.

<sup>3</sup> O Projeto Ações Integradas faz parte das ações de fomento a ES financiadas pela Senaes/MTE.



materiais recicláveis ligados a uma rede estadual, a Rede CataPB, todas adequadas à ES. Dados das entidades de apoio revelam que, além destes EES, existem vinte e duas cooperativas/associações formalizadas e vinte e quatro grupos de catadores(as) em processo de formalização.

Na Paraíba um forte movimento em prol Economia Solidária e prol catadores(as) vem se constituindo, este surge a partir de movimentos sociais mobilizados por ONGs, Universidades, Incubadoras, entidades relacionadas à Igreja e dos próprios trabalhadores(as). Estes atores vêm desenvolvendo ações desde a década de 1990. A partir de dos anos 2000 se intensifica o diálogo entre eles, fortalecendo o movimento e permitindo um diálogo com o Governo do Estado e com governos municipais, que, em parte impelidos pela legislação nacional, passaram a incluir as demandas dos movimentos sociais na agenda pública.

A organização das políticas públicas de ES na Paraíba teve início em 2013, com o acesso a recursos destinados aos catadores. Para execução do projeto, o Governo estabeleceu articulações com movimentos sociais e catadores(as). Em 2015 foi criada a Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes), que tem os catadores(as) como um de seus públicos principais.

Para além da adoção da ES como política de governo, a PNRS obriga estado e municípios a desenvolverem ações voltadas aos catadores. Em 2015 foram divulgados dois planos estaduais referentes a gestão de resíduos sólidos, contendo ações que beneficiam os catadores(as). Os municípios da Paraíba também vem elaborando seus planos, mas até o momento nenhum realizou a contratação dos EES de catadores(as), apenas o município de Campina Grande vem caminhando nessa direção.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campina Grande foi elaborado com a participação de entidades de apoio e dos próprios catadores(as). Este contém diretrizes que podem beneficiar os catadores(as), inclusive a possibilidade de contratação das cooperativas. Três anos após a consolidação do plano, os catadores(as) ainda não estão recebendo pelo serviço de coleta seletiva e educação ambiental. Atualmente estão sendo realizadas reuniões para fechar os detalhes referentes a remuneração, o processo de negociação mobiliza os catadores(as) organizados da cidade, que participam massivamente das reuniões, expõem seu ponto de vista e reivindicam seus direitos frente a gestores públicos e ao MTE.



Para além das conquistas legais, identificamos que a organização e a ação coletiva dos catadores(as) têm possibilitado ganhos qualitativos (SANTOS, 2016). Apesar de ter melhorado significativamente, a vida dos catadores(as) organizados ainda apresenta grandes dificuldades (LIMA, 2015; SANTOS, 2016). Mesmo diante estas dificuldades e conscientes de que a maior parte dos catadores(as) permanece trabalhando de forma independente, entendemos que a organização e ação coletiva destes trabalhadores ao longo das últimas décadas tem garantido conquista de direitos e condições mínimas para sair de uma condição de invisibilidade e exclusão.

### **3. Conceito de classe em Thompson e sua aplicabilidade no caso dos catadores(as)**

Sem descartar as dimensões econômica e da consciência, para Thompson (1987) é a dimensão política proposta por Marx (2011) que explica a formação das classes. Classe seria um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria da experiência como na consciência. Não seria uma “estrutura”, nem uma “categoria”, mas algo que ocorre efetivamente nas relações humanas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p.10).

Assim, seria imprescindível observar a história das pessoas envolvidas em uma “organização social” específica para entender o “papel social” que elas desenvolvem, determinado por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes à classe (THOMPSON, 2001).

[...] Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidades de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe possíveis de uma comparação internacional [...] (THOMPSON, 2001, p. 270).

Analisando o processo histórico da organização dos catadores(as) no Brasil, identificamos mudanças no sistema capitalista que criaram as condições mínimas para sua organização: a emergência do neoliberalismo como sistema político, as mudanças no modelo



de produção vigente, a emergência da ES como resposta à crise do trabalho assalariado, o fortalecimento dos debates sobre meio ambiente e gestão do lixo, a expansão do Terceiro Setor e dos movimentos sociais, além do crescimento da indústria da reciclagem.

Partilhando experiências comuns, os catadores(as) vivenciam uma experiência de classe determinada, em parte, pelas relações de produção em que nasceram ou entraram involuntariamente. As relações de produção dos catadores(as) no sistema capitalista carregam uma peculiaridade: eles nem são detentores dos meios de produção, nem possuidores da força de trabalho em que o mercado está interessado, ou seja, a maioria não faz parte do “exército de reserva do capital”. Assim, ocupam a condição de lumpemproletariado (MARX, 2013).

A condição comum dos catadores(as) abre oportunidade para que sintam e articulem a identidade dos seus interesses em si. Assim, levantamos a hipótese de que, a partir do momento em que se organizam, os catadores(as) iniciam um processo de identificação pelas experiências partilhadas, que os possibilita a construção de uma identidade na própria vivência na ação coletiva. Observamos que catadores(as) organizados em cooperativas/associações e engajados nos movimentos sociais há algum tempo, parecem desenvolver uma consciência de classe, encarnando valores e ideias em comum, lutando por seus interesses e agindo de forma classista.

Ao longo de quase três décadas de mobilização, catadores(as) de materiais recicláveis se organizaram em nível local, nacional e internacional; estabeleceram alianças com outros setores da sociedade como o Terceiro Setor, a Igreja e as Universidades; desenvolveram estratégias de luta próprias, como a sensibilização e a negociação através do discurso; conquistaram direitos legais e sociais, melhorando suas condições de vida; e modificaram a relação de poder com outros atores sociais, como gestores públicos e os elos mais baixos da indústria da reciclagem. Desse modo, avaliamos que os conceitos de classe em movimento e de auto construção da classe trabalhadora de Thompson (1987) parecem se aplicar ao caso dos catadores(as) no Brasil.

### **Ensaio conclusivo**

Vimos como a organização dos catadores(as) no Brasil se iniciou a partir da emergência dos debates acerca da Economia Solidária e da Gestão do Lixo, que surgem em um contexto macro, marcado por mudanças globais. A partir do seu fortalecimento, os movimentos da ES e dos catadores(as) realizam conquistas a nível federal, como a criação da Senaes, a constituição do MNCR e a instituição de políticas públicas federais. Desse ponto em diante a pressão sobre



os governos estaduais e municipais vem tanto de baixo pra cima, partindo dos Movimentos Sociais e da sociedade civil, quanto de cima para baixo, partindo da legislação vigente.

Compactuando da opinião de Lima (2015), entendemos que apesar dos notórios avanços nas políticas públicas que beneficiam os catadores(as), estas ainda configuram medidas paliativas que deixam muito a desejar. As políticas públicas voltadas aos catadores(as), por enquanto, parecem configurar estratégias de enfrentamento da pobreza, que não garantem direitos fundamentais a estes trabalhadores(as). Se as políticas públicas representam um avanço em comparação à realidade vivenciada por estes trabalhadores(as) há alguns anos, estas ainda precisam avançar muito para lhes garantir condições de trabalho e de vida dignas.

A análise da organização dos catadores(as) de materiais recicláveis no Brasil, nos permitiu observar como estes trabalhadores(as) vem conquistando direitos e melhores condições de vida através da ação coletiva. Identificamos que o processo de organização dos catadores(as) ao longo do tempo tem possibilitado sua ação enquanto classe. Através da participação na ação coletiva, estes trabalhadores(as) tem “criado” uma identidade baseada nas experiências partilhadas, elaborando estratégias de luta, reivindicando direitos, lutando por seus interesses e enfrentando outros atores que tem interesses opostos aos deles.

Assim, somos levados a considerar que a história de organização dos catadores(as) no Brasil configura o que Thompson nomeou de um processo de classe em movimento, observando-se a auto construção da classe ao longo da história. Desse modo, entendemos que o conceito de classe pode ser uma chave de análise para melhor compreender o caso dos catadores(as) no Brasil, e talvez, até mesmo internacionalmente.

Embora as contribuições de Thompson sejam ricas para pensarmos o caso dos catadores, enfatizamos que este é apenas um dos teóricos que pode contribuir com a análise da organização destes trabalhadores enquanto classe, sendo necessário incorporar outras discussões e perspectivas que possibilitarão maior entendimento do caso. Será necessário trilhar os próximos passos da pesquisa para investigar mais profundamente se de fato estamos diante de um fenômeno de reconfiguração de classe.

## Referências Bibliográficas

- AMORIM, L. S. de. Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil. In: **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v.2, p.21-35, 2012.
- ANDRADE, M. T. de. O Programa CATAFORTE e o incentivo à Economia Solidária. In: **XIV Encontro Nacional da ABET**. Campinas, 2015.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEITE, M. de P. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidades. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, p. 31-51, fev., 2009.
- \_\_\_\_\_. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: G., I.P.H.; L., M. de P. (Org). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. p. 227-268. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.
- LEITE, M. de P., WIRTH, I.G. e CHERFEM, C.O. Trabalho e resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. (Org). **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. p. 335-361. São Paulo: Annablume, 2015.
- LIMA, J.C. Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A.M.C.; LIMA, J.C. (Org). **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. p. 325-333. São Paulo: Annablume, 2015.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. p. 329-367. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, T. F. R. dos. **Contra a maré?** Economia solidária e cooperativa de catadores em meio ao capital. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Campina Grande: UFCG, 2016.
- SANTOS, T. F. R. dos; GUEDES, D. M. B. A. Novos Desafios da Economia Solidária. In: **II Encontro de Ciências Sociais da UFCG**. Sumé, 2017.
- SIES. **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 10 de junho de 2015.
- SILVA, S. P. GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses**. In: SILVA, S.; NEGRO, A. L. (Org.). Campinas: Unicamp, 2001.

## **Desafios da Economia Solidária, gestão participativa e Incubação e a contribuição para a geração de renda e o desenvolvimento de tecnologias sociais em tempos adversos.**

Tânia Cristina Teixeira<sup>1</sup>  
Osvaldo Mauricio de Oliveira<sup>2</sup>  
Karen Munhoz de Oliveira<sup>3</sup>

### **Resumo**

O artigo apresentado enfatiza o desenvolvimento de uma proposta na área da economia solidária, das tecnologias sócias apropriadas, inovação e da geração de trabalho e renda junto a um segmento social considerado em vulnerabilidade social. O objetivo principal é a criação de oportunidades emancipatórias para famílias vulneráveis beneficiárias de Programas sociais tal como o programa Bolsa Família através da criação, acompanhamento e avaliação de um processo de incubação na perspectiva da economia solidária e do fortalecimento da cidadania. O processo de incubação foi realizado a partir dos conceitos de Tecnologia Social através de processos de capacitação, de formação, desenvolvimento de capacidades humanas dos agentes sociais, objetivando a inclusão produtiva e inserção no mercado de trabalho formal. . A proposta descrita aspira contribuir com o desenvolvimento e a construção de métodos com base em critérios científicos, tecnológicos efetivos para a consolidação de experiências comunitárias interinstitucionais sustentáveis. Neste sentido, foi esboçada uma metodologia, bem como, ferramentas e estratégias de ações que configuraram uma tecnologia social replicável com o objetivo de contribuir com desenvolvimento e inserção efetiva dos participantes desta iniciativa. Apresenta-se uma metodologia de incubação, destacando o plano de negócios, a contabilidade compartilhada e a formação continuada dos participantes. Esta iniciativa teve o apoio incondicional da PUCMINAS/NUTRA e dos movimentos locais de economia solidária em Belo Horizonte e Betim. É importante destacar que a experiência do processo de formação, de elaboração de um plano de negócios solidários e de contabilidade adaptada aos empreendimentos solidários será apresentada, bem como a conformação da IDEAS-Incubadora de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável como estratégia de atuação dos grupos solidários, cooperativa e pequenos empreendedores participantes e demais membros da rede.

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia aplicada – Universidad de Valencia- Espanha. Mestrado em Ciências Políticas - FAFICH. Dep. de Economia e Direito - PUCMINAS e membro do NUTRA-PROEX- PUCMINAS

<sup>2</sup>Mestre em Administração. Dep. de Administração – Coordenador do NUTRA/PROEX/PUCMINAS – Coordenador do Curso de Administração – PUC Betim.

<sup>3</sup>- Aluna do Departamento de Economia da PUC MINAS. Elabora uma pesquisa monográfica sobre a economia solidária e seus desafios na atualidade.

**Palavras-chave: Incubação; Economia Solidária; Sustentabilidade; Trabalho; Renda.**

## **Introdução**

O presente trabalho versa sobre o desenvolvimento de uma tecnologia social e de um processo de incubação com vistas à promoção do desenvolvimento de capacidades por parte do público beneficiário do programa Bolsa Família e da criação de um processo de incubação baseado nos princípios da economia solidária e nas garantias do direito e da cidadania. Enfatiza o desenvolvimento de uma proposta na área das tecnologias sociais apropriadas, inovação e da geração de trabalho e renda desenvolvida junto a um segmento social considerado em vulnerabilidade social. O objetivo principal é a criação de oportunidades emancipatórias para famílias vulneráveis através da criação, acompanhamento e avaliação de um processo de incubação na perspectiva da economia solidária e do fortalecimento da cidadania.

O processo de incubação foi realizado a partir dos conceitos de tecnologia social através de processos de capacitação, de formação, desenvolvimento de capacidades humanas dos agentes sociais. Objetivou a inclusão produtiva. O escopo final dessa iniciativa foi incubar quatro Empreendimentos Econômicos Solidários focados na produção alimentar - Condimentos, Frutas Desidratadas, Horta Comunitária e Urbana, e Setor de Serviços. A proposta descrita almeja contribuir, por meio de ações extensionistas, com o desenvolvimento e a construção de métodos com base em critérios científicos, tecnológicos efetivos para a consolidação de experiências comunitárias interinstitucionais sustentáveis. Neste sentido, foi esboçada uma metodologia, bem como, ferramentas e estratégias de ações que configuraram uma tecnologia social replicável com o objetivo de contribuir com a criação de alternativas econômicas efetivas no campo da economia solidária. É importante esclarecer que esta proposta foi realizada por meio de parceria da PUCMinas (pela ação do Núcleo Trabalho e Produção -PROEX), da Prefeitura de Belo Horizonte e de Contagem.

Contou com o financiamento do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e FINEP. Atualmente, esta iniciativa deu sustentação para a ampliação da rede que culminou na configuração de uma incubadora multidisciplinar em almeja uma abrangência regional.

A amostragem escolhida para este projeto foi composta por cerca de 500 (quinhentas) famílias beneficiárias do "Programa Bolsa Família", oriundas do cadastro nacional das Prefeituras de Belo Horizonte/MG e de Contagem/MG. Constatou-se que a liderança das famílias era exercida por mulheres. Em Belo Horizonte, o público foi composto de moradoras dos territórios de referência da proposta, a saber: Barreiro, Conjunto Águas Claras e Independência. Averiguou-se que as mulheres chefes de famílias possuíam baixo índice de escolaridade e estavam fora do mercado formal de trabalho. Em Contagem/MG optou-se pela região de Nova Contagem, região de Várzea das Flores, sendo o público constituído de responsáveis legais com algum grau de instrução (em geral de 5ª a 8ª série). No município de Contagem, além da questão de gênero, foi dada uma prioridade à amostragem famílias destacando as famílias que possuíam algum portador de necessidades especiais.

Para efeito da superação das atuais condições socioeconômicas das mulheres participantes definiu-se que as iniciativas de formação básica e específica eram prioritárias e foram formuladas a partir de cursos de capacitação relativos ao processo de incubação tecnológica de alimentos e de serviços. Ressalta-se que o objetivo central da capacitação foi de criar bases para o ensino de habilidades em gestão solidária e estimular a formação de grupos de produção alimentar em condimentos, frutas desidratadas, horta e serviços, respeitando os princípios da segurança alimentar nutricional.

É importante destacar que esta ação teve como meta garantir, por um lado, a compra dos produtos *in natura* das famílias de pequenos produtores e, por outro, manter a qualidade nutricional do produto a ser ofertado ao mercado institucional e aberto de alimentos. Neste aspecto, o intuito foi que o público atendido no programa alcançasse sustentabilidade econômica e condições efetivas para a melhoria de sua qualidade de vida e de geração de renda. Neste sentido, esta iniciativa interinstitucional, ao acolher um público que se encontra à margem do processo produtivo formal, visou contribuir

para a redução dos níveis de dependência e de pobreza dos beneficiários do “Programa Bolsa Família”. Parte-se do pressuposto de que a “porta de saída” dessa situação de dependência almeja contribuir para a redução da taxa de desemprego e da pobreza pela via da formulação de uma tecnologia social replicável em outras localidades ou regiões onde haja predominância de populações consideradas em vulnerabilidade social.

## **2. Desenvolvimento da iniciativa e a proposta de geração de uma tecnologia social apropriada**

O processo de incubação e a construção da tecnologia social resultam da convergência de esforços de atores sociais diversos, em âmbito federal e municipal. Na esfera federal, participaram o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Na esfera municipal, no caso de Belo Horizonte/MG, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mais especificamente a Pró-reitoria de Extensão – NUTRA, desenvolveu a ação em conjunto com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH/MG) por meio da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), a qual visa ao fortalecimento do trabalho de inclusão social e produtiva no eixo da economia solidária e de gênero, organizando empreendimentos solidários formados por mulheres chefes de família em situação de violência de gênero e/ou de vulnerabilidade social; da Secretaria Municipal de Política de Abastecimento (SMAB); e da Secretaria de Políticas Sociais, que visa à promoção da intersectorialidade, da complementaridade e da sinergia das políticas públicas, bem como o acompanhamento das condicionalidades, a autonomia das famílias beneficiárias, o controle público e o monitoramento e avaliação das ações. Em Contagem/MG, a ação foi desenvolvida em conjunto com a Prefeitura Municipal (PMC/MG), através da Secretaria do Trabalho e Promoção Social.

É importante destacar que o município de Contagem, entre as diversas políticas orientadas para a economia solidária como estratégia para o desenvolvimento de aspectos econômicos, sociais, culturais e humanos, possui uma lei municipal de fomento à economia solidária, a lei 4025/06, de 25 de junho de 2006. Neste sentido, o

Empreendimento Econômico Solidário (EES) de Serviços, desenvolvido na região de Nova Contagem/MG, está vinculado às políticas de economia solidária do próprio município, partícipe da proposta de extensão universitária e fomentador do desenvolvimento desta tecnologia social.. Segundo a pesquisa “O Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários<sup>3</sup>”, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária divulgada em 2005, 87,22% dos empreendimentos solidários realizados no país foram gerados a partir da década de 1990. Esse dado, isoladamente, poderia explicar por um lado: um grande crescimento dos EES nestas últimas décadas. No entanto, segundo a mesma pesquisa, este crescimento não impediu, de certa forma, a curta sobrevivência desses empreendimentos e a vulnerabilidade administrativa e contábil dos EES.

O propósito da criação de incubadoras tecnológicas foi esboçado com vistas a abrigar os EES e prover condições propícias para que o desenvolvimento sustentável fosse alcançado e, por consequência, a inclusão produtiva dos/as beneficiários/as do “Programa Bolsa Família”. É importante considerar que as incubadoras são instituições vinculadas a universidades públicas ou privadas, e, mais recentemente, a entidades criadas por governos ou a organizações da sociedade civil, que apoiavam e assessoravam novos empreendimentos ou empreendimentos já criados, oferecendo-lhes qualificação e assistência técnica durante o chamado período de incubação (MTE, 2008).

Segundo o MTE, as incubadoras podem destacar-se: na gestação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação; na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária; no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. A contribuição das incubadoras consiste em combinar apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas. Verifica-se que a ação das incubadoras universitárias tem, por conseguinte, fortalecido diversas iniciativas econômicas de cunho associativas, isto é, que possibilitam a reinserção social de populações de baixa

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa está disponível no site do IBASE.  
<http://www.ibase.br/pubibase/media/graficos2006final.pdf>.

renda e aos trabalhadores, tanto jovens quanto adultos, fadados e submetidos ao desemprego e à informalidade. Ainda de acordo com o MTE, a contribuição das incubadoras tem se mostrado relevante para a construção de novas práticas de mobilização democrática e de um novo paradigma organizacional para o trabalho e a economia solidários. A articulação do tripé ensino – pesquisa - extensão bem como a integração das universidades com as comunidades e segmentos externos à comunidade acadêmica. (MTE, 2008).

Outro aspecto a ser analisado se refere ao conceito de Tecnologia Social (TS), que tem sido utilizado como eixo norteador das ações de pesquisa desencadeadas pelas redes de incubadoras universitárias em várias partes do país. De acordo com Jardim e Rillo (2004), o conceito de TS pode ser definido como a combinação entre pesquisas, diálogos e experiências de diversos segmentos da sociedade organizada. Isto porque o conceito de TS parte do princípio de que a participação e a aprendizagem caminham conjuntamente, e que a produção científica e a tecnologia são frutos das relações sociais e das inter-relações culturais. Esse conceito também leva em consideração as práticas participativas dos atores sociais, as quais resultariam na melhoria das condições de vida da população e na construção de soluções solidárias pautadas na realidade na qual são aplicadas. Na sua gênese, a TS almeja disseminar a idéia de que Ciência e a Tecnologia devem ser reconhecidas e legitimadas pela sociedade a fim de estimular a conformação de graus de desenvolvimento humano e social dos cidadãos e das respectivas sociedades.

Em outras palavras, a TS almeja promover o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias a fim de atender demandas da população. Por esta razão, a TS tem como objetivo a construção de “redes” cuja tessitura entrelaça as demandas e as necessidades da população e a produção de conhecimento a ser difundido na sociedade. Essas redes permitem a identificação de práticas exitosas e de experiências transformadoras e, por meio do seu estudo e aperfeiçoamento, possibilitam a replicação destas em uma dada realidade. A iniciativa interinstitucional proposta e relatada neste artigo fundamentou-se nos princípios conceituais citados para desenvolver e propagar uma metodologia de pesquisa aplicada participativa, em parceria com os movimentos sociais organizados e setores do governo anteriormente mencionados.

Em uma esfera macrossocial, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se caracterizam por se constituírem como “organizações coletivas e supra familiares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, feiras vinculadas à segurança alimentar e a produção agrícola familiar, etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação de recursos.” (MTE, 2008).

É preciso frisar que esta iniciativa visa a construção de uma tecnologia social, de métodos e de técnicas de capacitação, de formação e de produção que estimulem a geração de trabalho e de renda não somente para as famílias participantes desta iniciativa. Por esse motivo, a equipe foi motivada a desenvolver uma tecnologia social e propiciar a construção de indicadores para esta tecnologia. Esses indicadores podem contribuir, sobremaneira, com processo de construção de um Índice de Tecnologia Social (ITS) , que permite mensurar e qualificar métodos e técnicas qualitativas, ampliando as possibilidades de elevar a correção de rumos e de replicar estas experiências de pesquisa-ação em outras localidades, em âmbito regional ou nacional, seguindo as bases conceituais da formulação de tecnologias sociais como exposto acima.

Como foi dito, a elaboração de uma TS, o qual se encontra em fase conclusiva, objetiva desenvolver uma metodologia sistêmica e replicável. A expectativa dessa ação é que os beneficiários obtenham, a curto e médio prazo, condições efetivas de geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades e de suas capacidades, atinjam a emancipação e a superação das condições socioeconômicas desfavoráveis.

A iniciativa foi estruturada a partir da criação de centros de formação e de capacitação dividida em 5 (cinco) subprojetos: 1 (um) projeto diagnóstico, 3 (três) incubadoras de produção e 1 (uma) incubadora de serviços. Esses projetos, atentos a bases mercadológicas, objetivaram criar uma rede institucional facilitadora de produção alimentar sustentável bem como a entrada dos produtos solidários no mercado institucional e aberto, de forma a superar a exclusão econômica e social. Para atingir os objetivos mencionados acima foram criados grupos de estudos específicos intitulados:

Metodológico, Pedagógico. Esses grupos compuseram uma estrutura de funcionamento colegiada composta pelos representantes das instituições envolvidas no projeto.

Em termos gerais, o núcleo metodológico si responsabilizou pela elaboração da metodologia referente à Tecnologia Social, pela concepção dos indicadores e do Índice de Tecnologia Social para Empreendimentos Solidários (ITSE's), além de acompanhar e monitorar a ação desde sua fase de criação até a conclusão da presente proposta. Já o núcleo pedagógico respondeu pelo acompanhamento dos estagiários em campo, no que se refere às oficinas de letramento e de gestão de negócios, cujo plano de trabalho desenvolvido de forma integradora foi mantido durante as duas primeiras fases do projeto. O passo seguinte foi ofertar cursos de capacitação centrados em habilidade, subdivididas em: habilidades básicas (Matemática e Português); gerenciais (cursos/oficinas/capacitação); competências empreendedoras solidárias e as capacidades humanas; habilidades específicas relacionadas à produção, ao processamento de alimentos e à qualidade nutricional.

### **3. Processo de acompanhamento e monitoramento através das ferramentas de gestão solidária**

A gestão de um empreendimento, por si só, é algo muito complexo e arriscado fato esse comprovado por inúmeras estatísticas brasileiras, que demonstram que a maioria das empresas que abrem, fecha nos primeiros três anos de existência.

Transportando essa complexidade dos negócios para o EES, que tem por natureza número considerável de associados e com formação e desejos distintos, pode-se imaginar que os riscos aumentem substancialmente. Além disso, e somando-se o fato dos empreendedores apresentarem um perfil de vulnerabilidade social, com baixa escolaridade e baixa autoestima, a gestão do EES se tornou realmente algo muito desafiador. Dentro deste cenário a Incubadora Social passou a ter um importante papel de capacitar e acompanhar o grupo na gestão administrativa e financeira do empreendimento, para que o mesmo se torne economicamente viável e possa cumprir com o seu objetivo de autossustentabilidade.

A metodologia que foi desenvolvida nas ações do projeto almejou aplicar os conhecimentos científicos existentes, principalmente no campo da Administração e da Economia, na busca da alta sustentabilidade do negócio. No campo da Administração, quando se pensa em sustentabilidade de um empreendimento se imagina um negócio com resultados econômicos positivos, ou seja, a maximização do lucro privado, fruto da ambição capitalista. Já na área das Ciências Sociais, onde se estuda a inclusão social por meio de empreendimentos economicamente solidários e autogestionários, como por exemplo, cooperativas e associações de fins econômicos, o enfoque econômico e financeiro é outro, já que o foco da sustentabilidade deixa de ser somente a maximização do lucro de forma individualista para ser o crescimento do grupo através da renda e da convivência de forma solidária não excludente.

No entanto, há uma grande questão a ser respondida: como os empreendimentos de economia solidária podem estruturar-se em um sistema comercial capitalista? Sabe-se que o empreendimento econômico, seja ele solidário ou não, gera renda através da comercialização de seus produtos e/ou serviços. Estamos aqui excluindo as rendas oriundas de doações, que não podem ser a principal fonte financeira da lógica de economia solidária autossustentável.

Voltando então à questão da dependência da comercialização, os empreendimentos solidários enfrentam um grande dilema: para quem vender? Qual o mercado atingir? E não tem muita opção, ou podemos dizer que praticamente nenhuma, a não ser concorrer no mercado capitalista.

Para se tornarem competitivos os empreendimentos buscam utilizar estratégias para manterem-se no mercado capitalista, que segundo Porter (1999), existem cinco forças que as empresas devem dominar para sobreviverem no mercado: *Rivalidade entre concorrentes; Poder de barganha dos clientes; Poder de barganha dos fornecedores; Ameaça de novos entrantes e Ameaça de produtos substitutos.*

Verificou-se que nem sempre é possível dominar essas forças sem uma boa estrutura financeira que permita investir em ações estratégicas. E essa estrutura financeira passa por um rigoroso sistema de controle de custos, de estratégias adequadas de precificação, de gestão de capital de terceiros e próprios, de um constante controle de fluxo de caixa, de análises de investimentos em projetos de desenvolvimentos de novos

produtos, processos e também em marketing e propaganda. Desta forma, uma das primeiras ferramentas de gestão trabalhada com o público do projeto foi o Plano de Negócio do empreendimento, com o objetivo de proporcionar aos participantes dos EES uma visão empreendedora, sistêmica e planejada do negócio.

Como o processo de incubação deve ocorrer de forma prática e educativa na formação, assessorias e acompanhamento sistêmico dos EES, a metodologia construída visou a aplicação das ferramentas de gestão, sem perder a base dos conceitos científicos, com adaptações das realidades das organizações, ou seja, aprender fazendo.

O método de formação e capacitação dos participantes se deu na realização de aulas de forma prática e dinâmicas, buscando assim atingir o objetivo através de uma linguagem mais adequada ao público do projeto. Como instrumentos didáticos foram adotados diversas modalidades, a saber: dinâmicas, oficinas, aulas formativas e cartilha com linguagem simples, aplicando os conceitos desenvolvidos no Plano de Negócios solidário (PNS).

O propósito de se adotar o PNS como ferramenta principal no processo de incubação é devido à sua amplitude de aplicação na gestão de um empreendimento. Através desta ferramenta, consegue-se planejar e decidir a respeito do futuro da organização, tendo como base o seu histórico, sua situação atual em relação ao mercado, aos clientes e à concorrência. Com o PN é possível identificar os riscos e propor planos para minimizá-los e até mesmo evitá-los; identificar seus pontos fortes e fracos em relação à concorrência e o ambiente de negócio em que atua; conhecer o mercado e definir estratégias de marketing para os produtos e serviços; analisar o desempenho financeiro do empreendimento, avaliar investimentos; enfim, trata-se de um poderoso guia que norteará todas as ações do EES. Como se nota, o PN não é uma ferramenta estática, pelo contrário, é uma ferramenta extremamente dinâmica e deve ser atualizado e utilizado periodicamente, o que permite ser um mecanismo de monitoramento e acompanhamento dos resultados da EES, por meio de diversos controles gerenciais, tais como:

- a) Estatuto Social;
- b) Regimento Interno;

- c) Livro de Atas das Assembleias;
- d) Livro Caixa (Fluxo de Caixa);
- e) Controles de Materiais (Estoques de Matérias Primas, Produtos em Elaboração e Produtos Acabados);
- f) Controle de Contas a Pagar e Receber;
- g) Apuração de Resultados (Receitas, Custos e Despesas);
- h) Prestação de Contas.

Os controles acima, considerados como imprescindíveis em uma gestão, foram construídos e implantados nos EES conjuntamente com os seus membros associados. Desta forma o percurso metodológico foi desenvolvido por meio de capacitações e assessorias técnicas e gerencial visando a consolidação e autonomia dos participantes.

O processo foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar da PUC, formada por alunos do curso de Administração, Direito, Geografia, Arquitetura, Matemática, Letras Pedagogia, Psicologia, Engenharia da Produção e Nutrição. Foram ministradas capacitações em salas de aulas, nas diversas áreas de conhecimento, e específicas relacionadas ao processo produtivo, buscando desenvolver as habilidades de gestão e técnicas.

A estratégia adotada foi utilizar situações do dia-dia para trabalhar com os conteúdos de cada área de conhecimento, tendo uma receptividade muito interessante por parte dos participantes, que pôde ser constatado pela dedicação e desempenho da turma. Como resultados, obtidos por meio da utilização desta metodologia que recorreu os seguintes passos:

- 1) realização de cursos de capacitação nas diversas áreas de conhecimento (Vendas; Finanças; Relação Interpessoal; Aspectos legais do negócio; Responsabilidade civil, social e ambiental; letramento, oficinas específicas de qualificação técnica, autogestão, empreendimento solidário e relações institucionais);

- 2) fomento da organização e a formalização da associação, bem como a sua inserção no mercado institucional e consumidor;
- 3) promoção de parcerias com empresas da região e com o poder público, buscando unir os recursos existentes em diversas ações já praticadas por esses atores sociais;
- 4) desenvolvimento de novos projetos específicos de acordo com as características dos grupos, empreendedores e profissionais e discentes que desejam ingressar no processo de incubação;
- 5) continuação do processo de capacitação dos beneficiários do programa da Bolsa Família, fomentando a formação de formas associativas, como cooperativas e associações considerando a inclusão no mercado formal e institucional.

Esta iniciativa passou por várias etapas e, atualmente, os empreendimentos incubados estão sendo assistidos e acompanhados pelo poder público municipal, assessorado por uma Organização não governamental, com a anuência da PUCMINAS e da rede de economia solidária estadual e municipal, com vistas a redefinir novos passos e novas estratégias para si situarem em um mercado bastante verticalizado que é o de alimentos. No entanto, verificou-se que durante os últimos anos, a incubadora foi utilizada como um suporte para a qualificação profissional e de grupos de beneficiários locais, sustentada pelos valores da economia solidária e sustentabilidade, por metodologias e técnicas capazes de redefinir outros desenhos, novos formatos e mudanças institucionais e políticas, interstícios do tecido social e das redes solidárias.

No entanto, é importante ressaltar que nos dois últimos anos, em função da redefinição de diretrizes do poder local, ocorreu uma redução de investimentos da rede de economia solidária, que pode ser atribuída à linha política que tem atendido de forma muito precária às demandas da rede solidária e da cidadania. Além disso, observou-se a queda de incentivos no sistema governamental em âmbito nacional e regional. O que

acarreta maiores dificuldades para sustentação dos grupos cooperados mais antigos e, impede, de certa forma a emergência de outros. Contribuindo com o crescimento da vulnerabilidade social e a marginalização de parte população que estava desenvolvendo suas capacidades em um contexto que assinalava a construção de alternativas econômicas capazes de reduzir a segregação econômica e social através da implementação de tecnologias sociais sustentáveis. Coraggio (1997) ressaltou que a economia popular não é definida apenas pela categoria social dos seus autores, como os pobres e excluídos, mas também pelas relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação. Este é o grande desafio posto para a rede de economia solidária na atualidade.

### **Considerações Finais**

Como foi dito anteriormente, a presente proposta, desenvolvida por meio da ação interinstitucional “Gerando Trabalho e Renda: Construindo uma Alternativa Solidária e Cidadã”, possui como objetivo fortalecer a participação de diversos atores sociais nas definições efetivas das políticas públicas, visando à promoção e emancipação dos cidadãos.

Todavia, percebe-se que o sucesso dos EES está diretamente ligado à sua capacidade de gestão, e embora não tenham a experiência e o ritmo do trabalho, os participantes dos mesmos se esforçam na organização das atividades com o espírito de cooperação, solidariedade e em busca da autogestão. E a autogestão só acontece quando se tem um trabalho em grupo, quando todos do grupo procuram encontrar saídas coletivamente e buscam a realização de tarefas de interesse comum.

O processo de autogestão requer novas capacidades e habilidades de um grupo e /ou organizações e, indubitavelmente, demandando um sistema de cooperação e de habilidades capazes de estimularem a emergência de valores que conformam um ambiente de trabalho, de geração e distribuição de recursos que não seja sustentado pela relação de dominação e, sim, de uma estrutura de funcionamento na responsabilidade, na participação efetiva e solidariedade entre os membros participantes. Portanto, para se

alcançar a autogestão, os empreendedores/as sociais também necessitam serem pessoas que queiram realizar, executar, definir metas e saber estabelecer objetivos estratégicos e planejamento em longo prazo.

Neste sentido, a iniciativa apresentou um resultado positivo por ter gerado grandes avanços no que diz respeito à visão, conhecimento, interação, espírito de responsabilidade e cooperação entre os participantes. Sendo que os instrumentos de controle e monitoramento da gestão implantado nos EES contribuíram para a efetivação dos ITS's. Entretanto, os resultados também demonstram a necessidade de continuar os investimentos em capacitações dos empreendedores para que os mesmos possam melhorar sua forma de organização e de controle das atividades e de processos de gestão solidária.

Finalmente, pode-se enfatizar que esta iniciativa visou estimular, por meio de uma ação integrada e de uma rede interinstitucional, a um grupo de empreendedores, com vistas ao desenvolvimento humano e a sustentabilidade, a redução da dependência das novas gerações egressas das camadas sociais menos favorecidas. Contudo, sabe-se que a superação da miserabilidade e a formação de valores exigem ações prepositivas e cidadania por parte da sociedade e de todos os atores sociais.

Sabe-se que na atual conjuntura, que o governo estadual tem direcionado recursos para estimular as feiras de economia solidária. Uma posição louvável em uma conjuntura econômica restritiva ao investimento social e marcada por forte tendência à concentração. Neste aspecto, iniciativas implantadas na esfera da economia solidária sofreram um processo de recrudescimento, inclusive, nas chamadas públicas, na redução de recursos destinados ao financiamento e a elaboração de metodologias e de projetos afeitos à Tecnologia Social. Comprometendo assim, a inovações e os avanços futuros em uma perspectiva mais inclusiva, mesmo que mercadológica proposta pela economia solidária. Sabe-se que os propósitos da economia solidária e sua sustentação esta na capacidade de reação do segmento social que sustenta esta rede, com seus valores que primam pela solidariedade e pela construção de uma sociedade mais justa e humanizada.

## **Bibliografia**

ALBURQUERQUE, E. M. (2006) Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. MG, Nº 5, 10 de outubro

AROCENA, José (1995) *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*. Editorial Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela

BLAS, Asier y IBARRA, Pedro (2006) “La participación: estado de la cuestión” en Cuadernos de Trabajo, Nº 39 Edita HEGOA Bilbao

BECK, Ulrich (1998) *¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Editorial Paidós. Barcelona

CARDONE, Vanessa. **Cooperativas de Trabalho: Legalidade e Subsistência**. São Paulo: Antiqua, 2007. 154p.

-----,(1999) *La sociedad del riesgo global*. Editorial Siglo XXI. Madrid

-----,(2008) “Generaciones globales en la sociedad del riesgo mundial” en Revista CIDOB d’Afers Internacionals, Nº 82-83/Septiembre Fundación CIDOB Barcelona

COLECTIVO IOÉ (2003) “Investigación Acción Participativa: propuesta para un ejercicio colectivo de la ciudadanía” (texto completo disponible en <http://www.nodo50.org/ioe>)

CONCEIÇÃO, Daniela Torres. **Cooperativas de Mão de Obra: Uma análise a partir da relação de emprego**. 2002. 224f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte.

CORTINA, Adela (2009) “Hemos de convertir las masas en pueblos” Entrevista publicada en Revista BUC-Revista de la Xarxa Vives d’Universitats, Nº 3 – primavera 2009 pp. 22-25

CORRAGIO, José. O que significa passar da economia popular à economia do trabalho? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 72, p. 30-38, 1997.

ESCOBAR, Arturo (2004) *La invención del Tercer Mundo. Construcción y reconstrucción del desarrollo*. Editorial Norma. Bogotá, Colombia

FRANKE, Walmor. **A interferência estatal nas cooperativas:** aspectos constitucionais, tributários, administrativos e societários. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. 128p.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (2004) *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, Jul./Dez. 2003. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/gaiger-l-i-g-a-economia-solidaria-diante-do-modo-de-producao-capitalistapdf.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e o projeto de outra mundialização.** Dados, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 set. 2016.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economia**, [S.l.], v. II, n. 3, 2º semestre, 2008a. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145/310>>. Acesso em: 24 set. 2016.

GAIGER, Luiz Inácio. **Economia solidária 2.** São Paulo: Le Monde Diplomatique, 2008b. Disponível em:<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=170>>. [Acesso em 24 set. 2016.](#)

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792009000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 02 out. 2016.

GEDIEL, José Antônio *et al.* **Os caminhos do cooperativismo:** Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Ed. UFPR, 2001. 174p

IBASE, RELATÓRIO PARCIAL DA PROPOSTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – Ano 2007 – Semestre 2 - Geração de Trabalho e Renda: Construindo uma Alternativa Solidária e Cidadã – PUC Minas/PROEX – NUTRAMDS/FINEP/PBH/PMC. 2005-2008

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Mapeamento do Empreendimentos Solidários. Disponível em <http://www.ibase.br/pubibase/media/graficos2006final.pdf> (Consulta el 16/04/2008)

ICAZA, A. (2002) *Economía solidaria, prácticas cooperativas y desarrollo local en el sur de Brasil*. CIRIEC – ESPAÑA. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa. Facultad de Valencia. Valencia - ESPAÑA. Nº 43 p. 41-60

JARDIM, F.; OTERO, M. Rillo (2004) Caderno de debates: Tecnologia Social no Brasil – Direito à ciência e ciência para a cidadania. Instituto de Tecnologia Social. R.J. Editora Raiz

LINS, Hoyêdo Nunes. **Cooperativas de trabalhadores:** Opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho? Nova Economia. Belo Horizonte, v.11, n.1, p.39-75, jul.; 2001.

MELO, Ana Beatriz Trindade. **Novos movimentos sociais e economia solidária:** Uma Base Cartográfica da Autogestão como processo de subjetivação. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Psicologia. Belo Horizonte.

MELO, Raimundo Simão de. **Cooperativas de Trabalho:** Modernização ou Retrocesso? Síntese Trabalhista. Porto Alegre: Síntese, v.13, n.148, p 25-33, out.; 2001.

MTBE- Ministério do Trabalho e Emprego – **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (2008)** – Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria> (acesso em 16/04/2008).

-----, Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (2008) – Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria> (consulta el 16/04/2008)

NAVARRO, V. (2003) *Bienestar insuficiente, democracia incompleta. Sobre lo que no se habla en nuestro país*. Editorial Anagrama. Barcelona

NORONHA, Adolfo Vasconcelos *et al.* **Cooperativismo**. (s.l.): (s.n.), 1976. 144p.

NUNES, Leonardo. J. S. **Cooperativas de trabalho- Experiências em cooperativismo: uma análise das virtudes e contradições do sistema cooperado frente às mudanças no mercado de trabalho**. Monografia- Departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. BH. 2008. 57pgs.

NUSSBAUM, Martha C. y SEN, Amartya (Comp.) (1996) *La calidad de vida* Edita Fondo de Cultura Económica México

OCB. **Movimento livre da influência do Estado**. Disponível em. [http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao\\_no\\_brasil.asp](http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp) > Acesso em: 25 maio 2009a.

-----, **Cooperativismo brasileiro se fortalece em2008**. Disponível em. < [http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/0209\\_parte3\\_apresentacaoOCB2.pdf](http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/0209_parte3_apresentacaoOCB2.pdf) > Acesso em: 25 maio 2009b.

-----, **Cooperativismo brasileiro se fortalece em2008**. Disponível em. < [http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/0209\\_parte3\\_apresentacaoOCB2.pdf](http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/0209_parte3_apresentacaoOCB2.pdf) > Acesso em: 25 maio 2009c.

OCBMS. **Cooperativismo**. Disponível em. < <http://www.ocbms.org.br/cooperativismo.php> > Acesso em: 06 maio 2008.

-----, **A cooperativa e seus valores**. Disponível em. < <http://www.ocemg.org.br/webcoop/Default.aspx?tabid=75> > Acesso em: 06 maio 2008.

OCERGS, **Historia da cooperação**. Disponível em: Disponível em . < <http://www.ocergs.com.br/arqs/htm/cooper.htm> > Acesso em: 06 maio 2008a.

-----, **Historia da cooperação**. Disponível em. < <http://www.ocergs.com.br/arqs/htm/cooper.htm> > Acesso em: 06 maio 2008b.

ORTIZ T., Pablo (2003) *Guía metodológica para la gestión de participativa de conflictos socioambientales*. Ediciones Abya-Yala. Quito, Ecuador

PRATS, Joan (2007) “Otra mirada sobre la globalización” en PRATS, Joan (Coord.) (2007) *A los príncipes republicanos. Gobernanza y desarrollo desde el republicanismo cívico*. Co-Edita IIG (Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya) / INAP (Instituto Nacional de Administraciones Públicas) / Editorial Plural. La Paz, Bolivia pp. 103-105

-----,(2009) “El lado oscuro de las democracias” en *Gobernanza*, Nº 11-Revista para la Cultura Democrática del siglo XXI en <http://www.aigob.org> (consulta julio 2009)

PEARCE, Jenny (2006) “¿Hacia una política post-representativa? La participación en el siglo XXI” en *Cuadernos de Trabajo*, Nº 40 Edita HEGOA Bilbao

PEREIRA, Maria Isabel. **Cooperativas de Trabalho: O impacto no Setor de Serviços**. São Paulo: Pioneira, 1999. 77p.

PNUD (1998) *Informe sobre Desarrollo Humano 1998*. Editorial Mundi-Prensa. Barcelona

-----,(2008) *Informe sobre Desarrollo Humano 2007/2008 La lucha contra el cambio climático: solidaridad frente a un mundo dividido*. Editorial Mundi-Prensa. Barcelona

PORTAL DO COOPERATIVISMO POUPULAR. **Cooperativismo Popular no Brasil**. Disponível em. <[http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/coop\\_oquee.php](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/coop_oquee.php)> Acesso em: 06 maio 2008.

PUCMINAS/PROEX/NUTRA. Relatório Parcial da Proposta de Extensão Universitária – Ano 2007 – Semestre 2 - **Geração de Trabalho e Renda: Construindo uma Alternativa Solidária e Cidadã** – PUC Minas/PROEX - NUTRA?MDS/FINEP/PBH/PMC. 2005-2008

SANTOS, Ana Claudina Melo dos. **Manual do Cooperado: O que é cooperativismo?** Pará: Cecrespa, (19- ). 77p.

SEN, Amartya (2000) *Desarrollo y libertad* Editorial. Planeta. Barcelona

-----,(2003) *Nuevo examen de la desigualdad*. Alianza Editorial. Madrid

-----,(2006) *El valor de la democracia*. Edita El Viejo Topo. España

-----,(2007) *Identidad y violencia. La ilusión del destino*. Katz Editores. Buenos Aires, Argentina

SENAIS-Secretaria Nacional de Economia Solidária. Mapeamento de Empreendimentos Solidários. Disponível em <http://www.ibase.br/pubibase/media/graficos2006final.pdf>. Acesso em 16/04/2008

SENNETT, Richard (2003) *El respeto. Sobre la dignidad del hombre en un mundo de desigualdad*. Editorial Anagrama. Barcelona

SIEBER, Wolfgang (1999) “Los actores en la dimensión local” en RODRÍGUEZ SINGER, Paul; KRUPPA; Sonia Maria Portela et alli. Senaes e a economia solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais in . **Tecnologia Social: Uma Estratégia para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.89 -101.

SUPERINTENDÊNCIA DE COOPERATIVISMO (MG). Coordenadoria de Orientação e Controle. **Manual de Constituição de Cooperativa**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (7)f.

URQUIJO ANGARITA, Martín Johani (2007) *La ciudadanía reexaminada. Un análisis a la ciudadanía democrática desde el enfoque de las capacidades humanas*. Edita Universidad del Valle/Departamento de Filosofía. Santiago de Cali, Colombia

TEIXEIRA, T. C & SOLER DOMINGO, A. (2002) La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencia y desafíos en el siglo XXI. CIRIEC – ESPAÑA. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa. Facultad de Económicas - Valencia. Valencia - ESPAÑA N° 43, pp. 205-229.

## **POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO RECENTE (2011-2016): SIMULAÇÃO DE POSSÍVEIS PAYBACKS PARA O INVESTIMENTO PÚBLICO E CONSIDERAÇÕES PARA A EXPANSÃO DO FLUXO DE BENEFÍCIOS ASSOCIADOS<sup>12</sup>**

Viviani Renata Anze

E-Mail: viviani.anze@mte.gov.br

### **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho trata das políticas públicas de fomento à economia solidária implementadas no estado de São Paulo pelo governo federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no período de 2011 a 2016, inserindo-se, contudo, no campo mais amplo do fortalecimento das ações das Seções e dos Núcleos de Economia Solidária das Superintendências Regionais do Trabalho (SRTE) do Ministério do Trabalho (MT), fazendo parte, assim, dos esforços promovidos pela Senaes para o acompanhamento descentralizado das políticas e dos programas de economia solidária em nível regional, traduzindo o imperativo da descentralização das políticas sociais, do fortalecimento e da promoção da governança em múltiplos níveis (Pierre e Peters, 2005) em suas estruturas de gestão, incorporando aos quadros das Seções e dos Núcleos de Economia Solidária servidores da carreira de desenvolvimento de políticas sociais, do cargo de analistas técnicos de políticas sociais.

---

1. Este estudo é dedicado aos trabalhadores e às trabalhadoras das cooperativas de catadores do estado de São Paulo, aos quais guardo profundo respeito, consideração e solidariedade. Os dados usados aqui foram compilados pelos servidores da Seção de Economia Solidária, os senhores Carlos Geraldo de Oliveira Almeida e Guilherme Passarella, aos quais formalmente agradeço. As reflexões suscitadas neste trabalho surgiram de diversas reuniões realizadas com convenentes de todo o estado de São Paulo, aos quais sou grata, em especial os colegas da Prefeitura de São Carlos, na pessoa de Caio Yamazaki Saravalle, e os companheiros do Conselho de Economia Solidária de São Carlos (ComeSol). Agradeço também à equipe do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (Numi EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) pela oportunidade de reflexão coletiva, e ao seu coordenador, o professor doutor Wagner Molina, do Departamento de Sociologia, pelas oportunidades de aprendizado e ações conjuntas, e à equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) pelo apoio recebido no desenvolvimento do trabalho junto à Seção de Economia Solidária. Este texto deriva da contribuição fundamental de Carlos Alberto da Cruz Azambuja, a quem sou grata pelo apoio.

2. Uma primeira versão deste artigo foi submetida ao Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, nº62, do IPEA (no prelo).

Este texto está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção 2 caracteriza as ações implementadas no estado de São Paulo, a partir de informações relativas ao perfil do gasto associado com essas políticas, apresentando também o volume de beneficiários nas modalidades de beneficiamento previstas (direta e indireta). A seção 3 simula possíveis prazos de retorno do orçamento de investimento alocado nas ações de fomento à economia solidária em duas modalidades de ação, nas quais houve provisionamento de orçamento para investimento<sup>3</sup> (ações integradas e catadores). Por fim, a seção 4 traz as considerações finais deste estudo, fornecendo indicativos, para o governo federal, de estratégias para a ampliação do retorno dos investimentos realizados.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO 2011-2016 NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Este trabalho trata das políticas públicas de fomento à economia solidária implementadas no estado de São Paulo pelo governo federal, por intermédio da Senaes, no período de 2011 a 2016. Todos os dados tratados aqui se encontram em acesso público no Portal da Transparência<sup>4</sup> e no Portal de Convênios – Sistema de Convênios (Siconv) –<sup>5</sup> do governo federal (neste último, na aba “Acesso livre”).

O período selecionado compreende a participação de recursos e ações de programas dos três últimos Planos Plurianuais (PPAs) do governo federal (quais sejam: PPA 2008-2011 – Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade; PPA 2012-2015 – Brasil Sem Miséria; PPA 2016-2019 – Desenvolvimento, Inclusão Social e Produtividade), envolvendo, sobretudo, os seguintes programas: Programa 1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento

---

3. As simulações das taxas de retorno foram realizadas apenas para as modalidades de ação referentes às ações integradas e aos catadores. Assim, embora a ação para inclusão social e produtiva de populações de rua tenha recebido recursos de investimento, por tratar-se de um único instrumento, decidiu-se não a incluir na análise.

4. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>.

5. Disponível em: <http://portal.convenios.gov.br/>.



(2011);<sup>6</sup> Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (2012-2015); e Programa 2071 – Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (2016-2019).

Por meio desses programas foram investidos em políticas de fomento à economia solidária pelo governo federal, no estado de São Paulo, no período analisado, aproximadamente R\$ 78,5 milhões, ou seja, nesse período, o investimento médio anual com essas políticas no estado foi da ordem de R\$ 15,75 milhões. O estado de São Paulo representou, em termos comparativos, mais de 30% do volume total de recursos aportados em políticas de fomento à economia solidária, considerando-se tanto os gastos diretos do governo federal quanto as transferências<sup>7</sup> de recursos, que, juntos, totalizaram aproximadamente R\$ 260 milhões.

As transferências de recursos, no período em análise, no caso do estado de São Paulo, envolveram a celebração de 34 convênios ou congêneres com governos municipais e estadual, além de entidades de apoio e fomento, incluindo, entre estas, organizações públicas não estatais e universidades, sendo o valor médio por instrumento celebrado de R\$ 2,3 milhões. Há, contudo, significativa variância no valor do instrumento, segundo a modalidade de política implementada.

As modalidades de políticas implementadas nesse período no estado incluíram:<sup>8</sup>

- ações de fomento aos empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis (Catadores);

---

6. A execução orçamentária e financeira do Programa 1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento, no período analisado, pode ser observada de 2011 a 2015.

7. Não foram computados no cálculo do volume total de gastos do governo federal os gastos diretos e as transferências realizadas em políticas de fomento à economia solidária junto aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, em função da dificuldade de identificar essas ações no Programa 8007 - Resíduos Sólidos Urbanos.

8. As ações de apoio às incubadoras tecnológicas populares, junto às universidades do estado de São Paulo, no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), não são tratadas neste trabalho.



- ações de fomento às redes de cooperação solidárias, empreendimentos econômicos solidários organizados em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários (Redes);
- ações de apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza (Ações Integradas);
- ações de apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário (Finanças);
- ações de apoio a empresas recuperadas pelos trabalhadores organizados em autogestão;
- ações de apoio à formação de gestores públicos de programas, políticas e projetos de fomento à economia solidária no âmbito das ações promovidas no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) (Rede de Gestores);
- ações de promoção do desenvolvimento local e inclusão socioeconômica das populações em situação de rua e jovens, com base nos princípios da economia solidária.

A tabela 1 apresenta os valores globais e médios por modalidade de ação, e o gráfico 1 apresenta a distribuição percentual dos gastos em políticas de fomento à economia solidária, no período 2011-2016 no estado de São Paulo, em relação ao total investido com essas políticas no estado nesse mesmo período.

TABELA 1

**Valor global, valor médio e volume de instrumentos celebrados pela Senaes no estado de São Paulo, por tipo de modalidade de ação (2011-2016)**

Modalidade de ação	Valor (R\$)	Volume de instrumentos celebrados
--------------------	-------------	-----------------------------------

<p>Ações de apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza (ações integradas)</p>	<p>Valor global associado à modalidade de ação: R\$ 34.675.536,60.</p> <p>Valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 2.311.702,44.</p>	<p>15</p>
<p>Ações de fomento aos empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis (catadores)</p>	<p>Valor global associado à modalidade de ação: R\$ 18.615.661,54.</p> <p>Valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 2.326.957,69.</p>	<p>8</p>
<p>Ações de promoção do desenvolvimento local e inclusão socioeconômica das populações em situação de rua e jovens, com base nos princípios da economia solidária</p>	<p>Valor global e valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 5.434.782,61.</p>	<p>1</p>
<p>Ações de apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário (finanças)</p>	<p>Valor global e valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 2.173.045,58.</p>	<p>1</p>

Ações de fomento às redes de cooperação solidárias, empreendimentos econômicos solidários organizados em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários (redes)	Valor global associado à modalidade de ação: R\$ 14.954.255,38.  Valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 2.136.322,20.	7
Ações de apoio a empresas recuperadas pelos trabalhadores organizados em autogestão (empresas recuperadas)	Valor global e valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 1.558.460,00.	1
Ações de apoio à formação de gestores públicos de programas, políticas e projetos de fomento à economia solidária no âmbito das ações promovidas no BSM (rede de gestores)	Valor global e valor médio associado à modalidade de ação: R\$ 1.316.653,74.	1
<b>Total</b>	<b>78.728.395,41</b>	<b>34</b>

Fonte: Siconv.

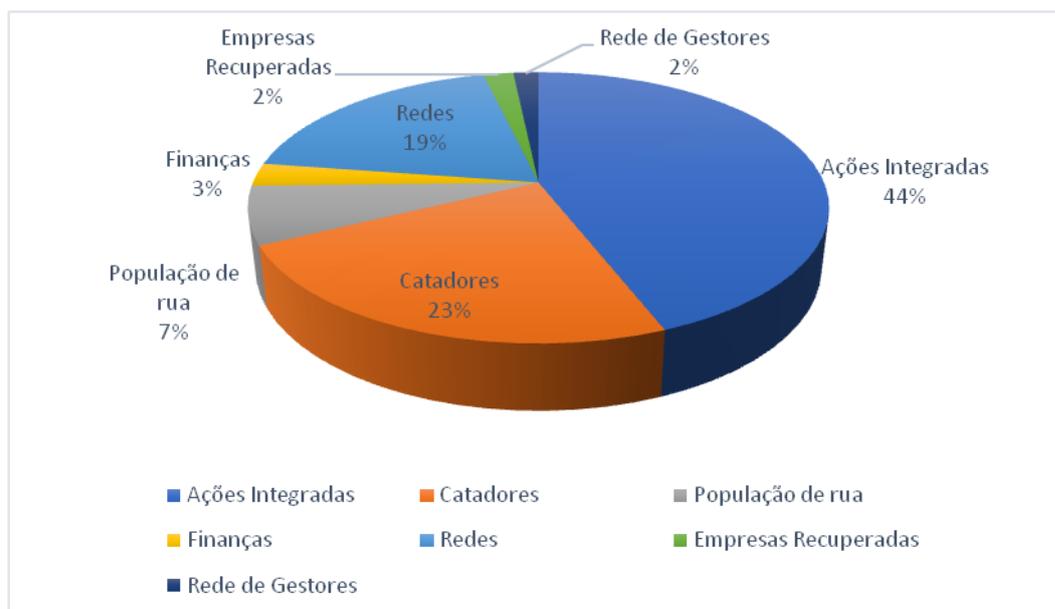
Elaboração da autora.

Percebe-se, assim, que tanto em termos do volume de instrumentos celebrados quanto na participação por modalidade de ação os convênios e os congêneres relativos às Ações Integradas, aos Catadores e às Redes representam o maior volume de recursos e de instrumentos. O gráfico 1 apresenta a distribuição percentual do gasto do governo federal no estado de São Paulo com políticas de fomento à economia solidária, por modalidade de ação, no período analisado.

## GRÁFICO 1

### Distribuição do gasto do governo federal no estado de São Paulo em políticas de fomento à economia solidária, por modalidade de ação (2011-2016)

(Em %)



Fonte: Siconv.

Elaboração da autora.

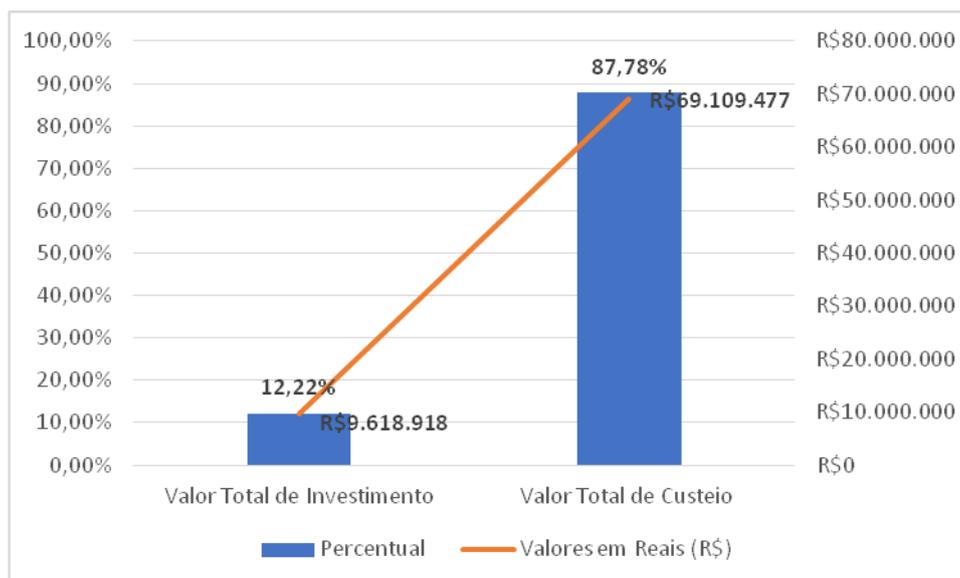
Essas informações permitem destacar a importância do apoio às políticas públicas municipais de fomento à economia solidária em relação ao total investido no estado de São Paulo, uma vez que as transferências realizadas em convênios e congêneres na modalidade de Ações Integradas representam quase a metade do valor total investido no estado de São Paulo (44,20%), bem como se destacam as ações de fomento ao cooperativismo solidário na área de resíduos sólidos urbanos (23,68%) e as ações de fomento às redes de cooperação solidárias (18,87%); juntas, essas três modalidades representam 86,75% do total de recursos investidos no estado.

Analisando-se o perfil das transferências do governo federal em políticas de fomento à economia solidária no estado de São Paulo, entre 2011 e 2016, observa-se que os gastos concentram-se, sobretudo, em recursos para custeio (87,78%), que representaram R\$ 69,1 milhões, ante um investimento da ordem de R\$ 9,62 milhões (12,22%).

## GRÁFICO 2

### Perfil das transferências do governo federal em políticas de fomento à economia solidária no estado de São Paulo (2011-2016)

(Em % e R\$, respectivamente)



Fonte: Siconv.

Elaboração da autora.

Quando se analisa os beneficiários associados às políticas de fomento à economia solidária no estado de São Paulo, o volume total é relativamente elevado, da ordem de quase 480 mil trabalhadores, considerando-se os beneficiários diretos e indiretos, e o montante total de empreendimentos econômicos solidários (EES) beneficiados, direta e indiretamente, é de 3.737.

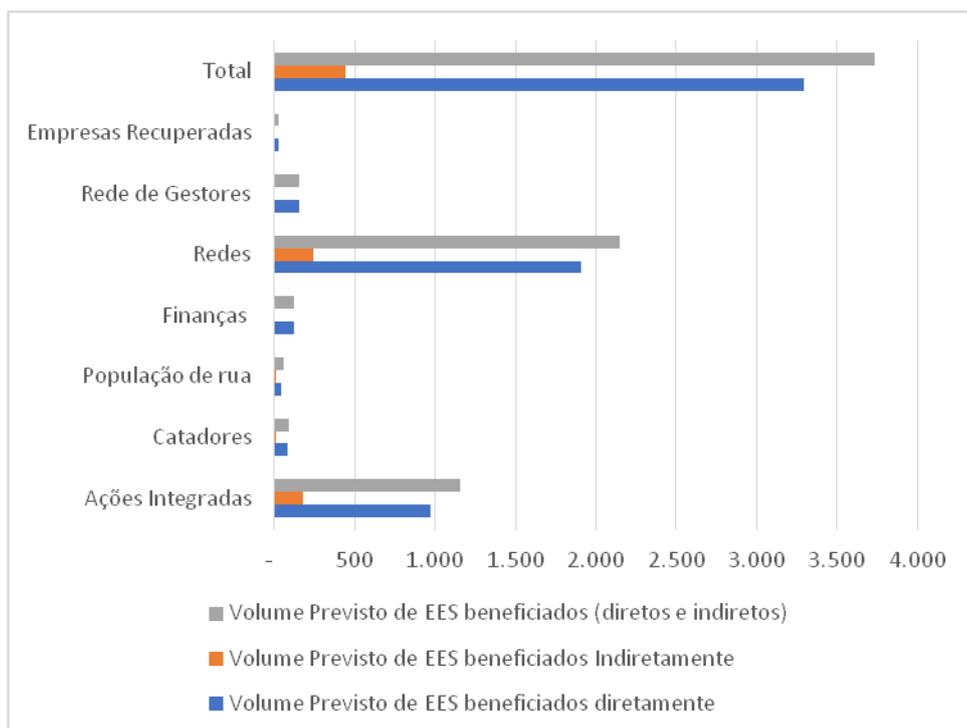
Apresentam-se, a seguir, por modalidade de ação, por categoria de beneficiário e por modalidade de beneficiamento, o volume previsto de beneficiários<sup>9</sup> e os valores *per capita* associados em relação aos recursos totais despendidos nas modalidades de custeio e de investimento.<sup>10</sup>

9. Optou-se por utilizar o volume previsto de beneficiários, em relação ao volume efetivamente alcançado, em função da maioria dos convênios ainda estar em execução.

10. A provisão de recursos para investimento concentrou-se apenas em duas modalidades de ação: ações integradas e catadores. Os valores globais dos convênios, bem como de custeio e de investimento, referem-se as informações

### GRÁFICO 3

#### **Volume previsto de empreendimentos econômicos solidários beneficiados, por modalidade de ação e de beneficiamento, por EES**



Fonte: Siconv.

Elaboração da autora.

Nota-se, em relação aos empreendimentos econômicos solidários, que as duas modalidades de ação que mais os beneficiaram foram Ações Integradas e Redes. No caso dos convênios de Redes, esse dado já era esperado, uma vez que essa modalidade de ação visa fomentar a constituição de redes de cooperação entre os empreendimentos.

O valor relativamente elevado observado no caso do convênio da Rede de Gestores, inclusive por meio do beneficiamento direto, faz referência aos resultados esperados das ações

---

constantes no Siconv na data de 5 de maio de 2017, incluindo, em alguns casos, os recursos de rendimento e eventuais aditamentos de valor.

de formação e articulação promovidas para gestores públicos de políticas e programas de economia solidária no que se refere às ações executadas pelo ente federativo beneficiado.

A relativa discrepância observada entre as modalidades de Catadores e de Ações Integradas, no volume de empreendimentos beneficiados, faz menção não apenas ao volume de instrumentos celebrados (quinze, no caso de ações integradas, e oito, no caso de catadores), mas, sobretudo, aos marcos regulatórios desses instrumentos.

No caso dos convênios de Catadores, no edital de chamada pública que originou a maior parte dos convênios do estado de São Paulo, objetivou-se promover, nas ações propostas por cada entidade conveniente, a integração dos catadores não organizados às cooperativas, na razão de 70% do público atendido nos projetos, frente a 30% de trabalhadores organizados em cooperativas<sup>11</sup>.

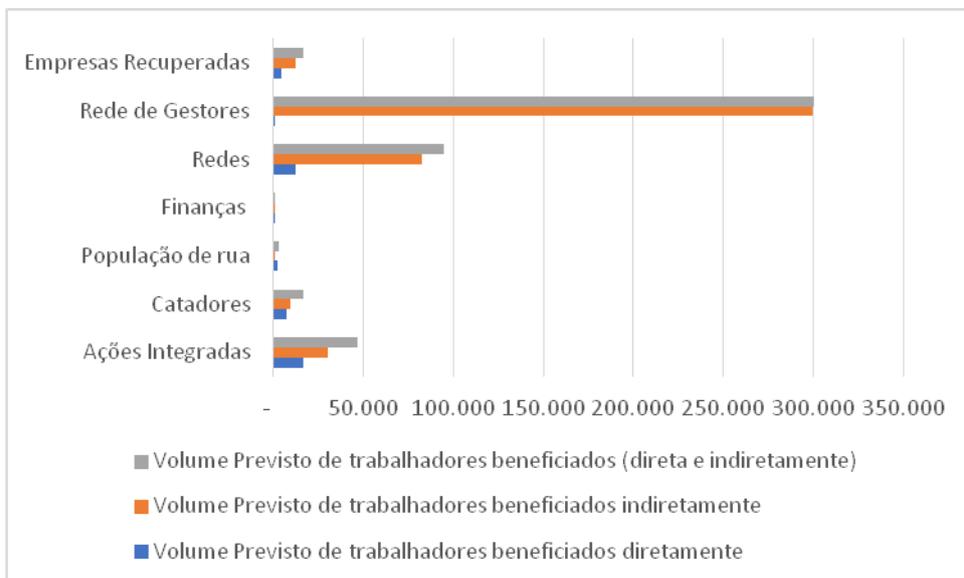
Quando se observa o volume de trabalhadores beneficiados, os beneficiários indiretos de um único instrumento perfazem 300.000 trabalhadores na modalidade de ação voltada à Rede de Gestores de políticas e programas de economia solidária, considera-se, assim, desejável, para o monitoramento e a avaliação das ações de fomento à economia solidária, a harmonização da metodologia de estimação do volume de trabalhadores beneficiados, sobretudo indiretamente, uma vez que o volume de trabalhadores e empreendimentos beneficiados diretamente pode ser auferido por meio das listas de presença, dos relatórios de execução e de outros instrumentos presentes no acompanhamento da execução desses convênios e congêneres.

#### GRÁFICO 4

#### **Volume previsto de trabalhadores beneficiados, por modalidade de ação e de beneficiamento, por pessoa física beneficiada**

---

<sup>11</sup> A proporção é consoante a realidade dos catadores no país, na medida em que apenas 10% estão adequadamente organizados, em cooperativas ou associações (IPEA, 2012)



Fonte: Siconv.

Elaboração da autora.

Embora a modalidade de ação de Empresas Recuperadas não se destaque no que se refere ao volume de empreendimentos beneficiados, quando se analisa o volume de trabalhadores beneficiados, a participação dessa modalidade de ação é destacável. Esse dado é consoante ao maior tamanho, em termos do volume de associados, das empresas recuperadas, *vis-à-vis* a média dos empreendimentos econômicos solidários (Leite, Araújo e Lima, 2015).

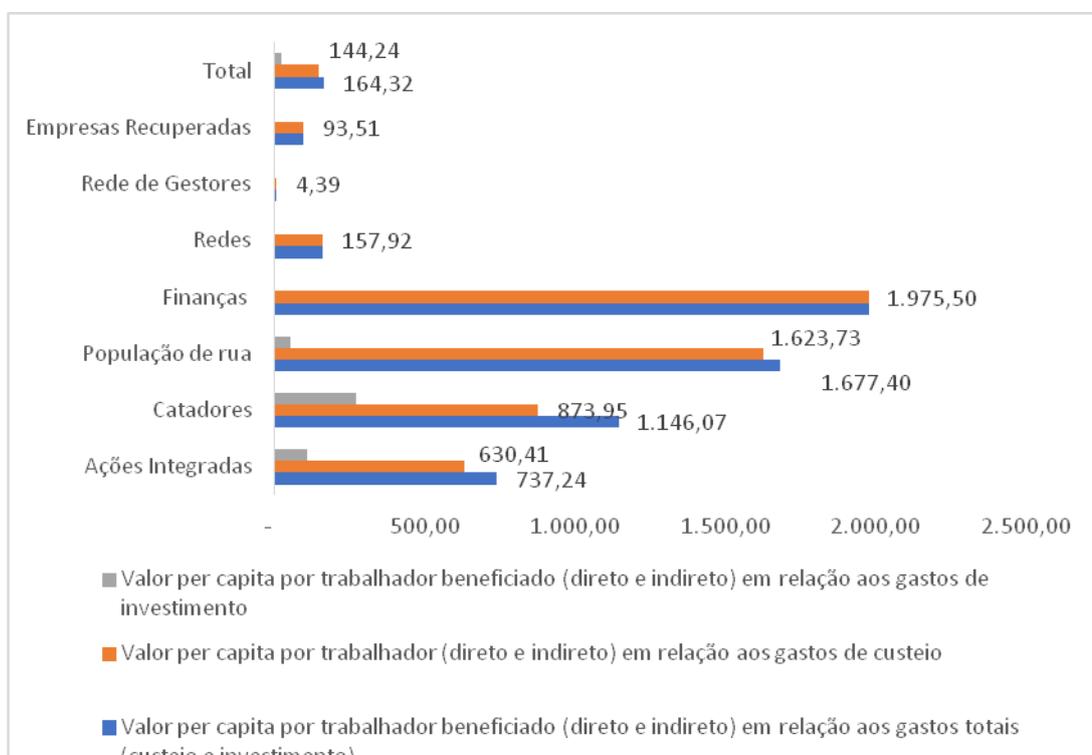
A atuação orientada para o fomento à constituição de redes de cooperação de empreendimentos econômicos solidários amplia o alcance indireto do beneficiamento previsto na modalidade de redes, ao passo que se percebe a atuação orientada ao beneficiamento direto previsto nas modalidades de Ações Integradas e Catadores, cuja diferença, em termos do volume de trabalhadores beneficiados, nas modalidades direta e indireta de beneficiamento, é inferior às demais modalidades de ação, embora, como se ressaltou anteriormente, a metodologia para estimação dos beneficiários indiretos não tenha sido homogênea entre os proponentes das modalidades de ação analisadas.

Observando-se o gasto *per capita* por trabalhador beneficiado (direta e indiretamente), a partir das modalidades de gasto de custeio, investimento e gastos totais, nota-se que o valor

médio por beneficiários, em relação aos gastos totais, foi de R\$ 164,32, e o valor máximo associado foi de aproximadamente R\$ 2 mil (Finanças).

**GRÁFICO 5**

**Gasto *per capita* do governo federal em políticas de fomento à economia solidária no estado de São Paulo, por trabalhador beneficiado – direta e indiretamente –, por modalidade de ação e por modalidade de gasto – custeio, investimento e gastos totais (2011-2016) em Reais (R\$)**



Fonte: Siconv.

Elaboração da autora.

**3 SIMULAÇÃO DO PRAZO DE RETORNO E DO FLUXO DE BENEFÍCIOS DO INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL EM POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Neste trabalho foi realizada uma simulação de possíveis prazos de retorno (*paybacks*) para o investimento em políticas de fomento à economia solidária no estado de São Paulo no período 2011-2016, segundo a metodologia proposta por Leismann e Roesler (2009).

Destaca-se que, das modalidades de ação implementadas no estado de São Paulo, o investimento concentrou-se em Catadores e Ações Integradas, sendo a simulação realizada apenas para essas modalidades.

Para estimar o fluxo mensal de benefícios, o seguinte procedimento foi realizado:<sup>12</sup>

- no caso da modalidade de ação relativa às Ações Integradas, a simulação foi feita assumindo-se que, do volume total de beneficiários previstos nos convênios e congêneres celebrados no estado de São Paulo nessa modalidade, no período de análise, 1% auferiu um salário mínimo (SM) vigente (R\$ 937,00);
- no caso da modalidade de ação relativa a Catadores, a simulação foi feita assumindo-se que, do volume total de beneficiários previstos nos convênios e congêneres celebrados no estado de São Paulo nessa modalidade, no período de análise, 5% aufeririam um SM vigente (R\$ 937,00).

A taxa de desconto utilizada nas simulações foi a taxa básica de juros (Selic) real (0,54%), calculada a partir da Selic nominal acumulada do mês de fevereiro de 2017 (0,87%), descontando-se a inflação do mesmo mês (0,33%), medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A tabela 2 mostra os valores para cada modalidade de ação para a qual se fez a simulação tanto do fluxo mensal de benefícios quanto do tempo de retorno do investimento.

---

12. O desenvolvimento de instrumentos de coleta e processamento de informações sobre os beneficiários das políticas de fomento à economia solidária, tais como o Sistema de Informações de Pessoas e Empreendimentos (Sipes), permitirá à Senaes dimensionar, de forma mais precisa, esse parâmetro. Na ausência de informações para todo o estado de São Paulo, optamos por parâmetros relativamente conservadores, de 0,05 e de 0,01, para as modalidades de ação analisadas nesta seção (catadores e ações integradas, respectivamente).

No caso dos Catadores, o fluxo mensal de benefícios gerado pelos investimentos do governo federal no estado de São Paulo é de R\$ 761 mil, totalizando, em um ano, mais de R\$ 9 milhões, e, em cinco anos, mais de R\$ 45 milhões gerados na economia paulista, fomentando as economias locais a partir de um universo relativamente pequeno de trabalhadores beneficiados direta ou indiretamente (16.243), o que indica o potencial das políticas de economia solidária como estratégia de geração de renda e de desenvolvimento local.

O tempo de retorno, usando-se a Selic real como fator de desconto para o investimento público, é bastante próximo do valor obtido no método de *payback* tradicional, que é aquele em que se estima o tempo de retorno do investimento sem levar em conta o “valor do dinheiro no tempo” (taxas de juros reais), apenas dividindo-se o valor investido pelo fluxo mensal de benefícios: o investimento em convênios e congêneres na modalidade de Catadores apresenta tempo de retorno do investimento descontado de seis meses diante de uma taxa de retorno no método de *payback* tradicional de 5,808 meses. O segundo *payback* descontado e o *payback* descontado global dessa modalidade de ação são de, respectivamente, treze e dezoito meses.

A geração de renda associada ao investimento feito pelo governo federal no estado de São Paulo, na modalidade de ações de fomento à constituição de cooperativas e redes de cooperativas de catadores, é capaz de, em seis meses, gerar o mesmo valor investido em cinco anos pelo governo federal.

O segundo *payback* descontado, nessa modalidade de ação, é de treze meses, o que significa que, se dobrássemos os valores investidos na modalidade de catadores, a geração de renda associada a esse investimento, mensurada por meio do fluxo mensal de benefícios, seria capaz de igualar-se ao valor investido em pouco mais de um ano.

O *payback* global dessa modalidade de ação é inferior a dois anos, sendo estimado em dez anos o tempo para depreciação absoluta do investimento, que é o esperado para que o investimento realizado tenha valor residual nulo. Considerando-se esse prazo para atingir valor residual nulo, esses investimentos, inferiores a R\$ 5 milhões, poderiam gerar retorno superior a R\$ 73 milhões para a economia do estado de São Paulo.

No caso da modalidade de ação referente às Ações Integradas, o volume de beneficiários diretos e indiretos previsto é da ordem de quase 50 mil trabalhadores.

A geração de renda mensal esperada, nessa modalidade de ação, é da ordem de R\$ 440.708,58, ou seja, as gerações de renda anual e em cinco anos associadas a essas ações são da ordem de, respectivamente, R\$ 5,29 milhões e R\$ 26,44 milhões.

O *payback* tradicional referente à modalidade de Ações Integradas é de 11,4 meses, sendo o *payback* descontado de doze meses, que, assim como se observou na modalidade de Catadores, é bastante próximo do tempo de retorno pelo método tradicional.

O segundo *payback* descontado e o *payback* global dessa modalidade de ação são de, respectivamente, 25 e 37 meses, o que significa que o tempo de retorno para o caso de o investimento inicial ser dobrado é de pouco mais de dois anos.

Esses resultados mostram que a geração de renda associada ao investimento realizado nessas modalidades de ação rapidamente supera o valor investido pelo governo federal, o que suscita a questão de como ampliar o retorno do investimento público realizado, o que depende, no caso dos catadores, de oportunidades e marcos regulatórios favoráveis sob responsabilidade municipal, e, no caso dos centros e espaços públicos de economia solidária, do desenvolvimento de estratégias interfederativas para a manutenção desses espaços.

## TABELA 2

**Volume de beneficiários (diretos e indiretos), fluxo mensal, anual e octanual de benefícios, valor de investimento e taxa de desconto (Selic real) das modalidades de ação implementadas pelo governo federal no estado de São Paulo: Catadores e Ações Integradas (2011-2016)**

	Catadores	Ações integradas
Volume total de beneficiários (diretos e indiretos)	16.243	47.034
Fluxo mensal de benefícios (R\$)	760.984,55	440.708,58
Fluxo anual de benefícios (R\$)	9.131.814,60	5.288.502,96
Fluxo octanual de benefícios (R\$)	73.054.516,80	42.308.023,68
Valor residual do investimento após dez anos (R\$)	0,00	0,00
Valor do investimento (R\$)	4.420.013,66	5.025.003,86
Taxa de desconto – Selic real (mês de fevereiro de 2017)	0,54	0,54
<i>Payback</i> tradicional em meses (n)	5,81	11,402
<i>Payback</i> descontado em meses (n)	6,00	12,00
Segundo <i>payback</i> descontado em meses (n)	13,00	25,00
<i>Payback</i> global (primeiro e segundo <i>paybacks</i> ) em meses	19,00	37 meses

Fontes: Siconv e Bacen.

Elaboração da autora.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho apresentou informações sobre as políticas de fomento à economia solidária implementadas pelo governo federal no estado de São Paulo, no período de 2011 a 2016. Tal estado representou mais de 30% do orçamento total, incluindo gastos diretos e transferências despendidos pela Senaes em políticas de fomento à economia solidária no mesmo período.

Os valores associados a custeio (R\$ 69,11 milhões) e a investimento (R\$ 9,62 milhões) nesse período são expressivos, se considerarmos que a Senaes e as políticas de economia solidária não possuem um fundo próprio para custeio, como se observa em relação às demais políticas de trabalho do MT, que contam, em sua maioria, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No caso do estado de São Paulo, no período analisado, foram celebrados 34 convênios ou congêneres, com valor médio de R\$ 2,3 milhões. Foram beneficiados quase 500 mil trabalhadores, direta e indiretamente, com valor médio *per capita*, considerando-se os gastos totais, incluindo custeio e investimento, de R\$ 164,32, o que significa que, ao ano, foi investido em cada beneficiário, em média, R\$ 32,86.

Analisando o tempo de retorno dos investimentos realizados, observa-se que as políticas de fomento à economia solidária são opções atrativas para a alocação de recursos do orçamento do governo federal, na medida em que o prazo de retorno, descontado o custo de oportunidade do gasto público, representado nas simulações pela taxa Selic mensal real, em meses, é bastante próximo ao tempo de retorno na metodologia de cálculo tradicional.

O *payback* descontado dos investimentos feitos nas modalidades de Catadores e de Ações Integradas é atrativo, mesmo se considerarmos, em nossas simulações, cenários conservadores do ponto de vista do volume de trabalhadores que auferem um SM vigente.

Considera-se, assim, adequado o lançamento de esforços para que esses investimentos mantenham-se gerando fluxos de benefícios. Ou seja, no caso das modalidades de Catadores e Ações Integradas, é fundamental, no primeiro caso, a análise de estratégias de fomento que



visem assegurar aos trabalhadores das cooperativas de catadores a continuidade de seu trabalho nos campos da coleta, da separação e da recuperação de reutilizáveis e recicláveis, e, no caso das incubadoras, dos espaços e dos centros públicos de economia solidária, é necessário o desenvolvimento de estratégias para a preservação desses equipamentos públicos, a partir de ações orientadas à gestão e ao custeio interfederativo de tais equipamentos.

## **REFERÊNCIAS**

IPEA. Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2012.

LEISMANN, E. L.; ROESLER, D. A. Investimentos governamentais e tempo de retorno. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 9, n. 16, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/Gn3t6F>>.

LEITE, M. P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015.

PIERRE, J.; PETERS, B. G. **Governing complex societies: trajectories and scenarios**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.